



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

ANA PAULA DE OLIVEIRA SOUZA

DISSERTAÇÃO

**ENTRE O ROSA E O AZUL: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DE SER HOMEM E DE SER MULHER**

SEROPÉDICA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

**ENTRE O ROSA E O AZUL: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DE SER HOMEM E DE SER MULHER**

ANA PAULA DE OLIVEIRA SOUZA

Sob a Orientação da Dr.^a

Luciene Alves Miguez Naiff

Dissertação submetida como parte dos requisitos para a obtenção do grau de **Mestre** em Psicologia, no Programa de Pós-graduação em Psicologia UFRRJ, área de concentração em Psicologia.

SEROPÉDICA - RJ

2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719e Souza , Ana Paula Oliveira, 1992-
ENTRE O ROSA E O AZUL: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DE SER HOMEM E DE SER MULHER / Ana Paula
Oliveira Souza . - Nova Iguaçu, 2021.
106 f.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Psicologia- PPGPSI, 2021.

1. Representações sociais. 2. categorização de
gênero. 3. Relações de poder. 4. Feminismo . I. Alves
Miguez Naiff, Luciene, 1969-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Psicologia- PPGPSI III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTº DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO



TERMO Nº 290/2021 - DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Nº do Protocolo: 23083.019007/2021-61

Seropédica-RJ, 17 de março de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

ANA PAULA DE OLIVEIRA SOUZA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, área de Concentração em Psicologia.

Aprovado em _06___/___02___/2021_

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Alves Miguez Naiff

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Banca Examinadora: Profa. Dra. Anna Beatriz Esser dos Santos

Universidade Iguazu (UNIG)

(Assinado digitalmente em 18/03/2021 13:10)

DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF

CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matrícula: 1547770

(Assinado digitalmente em 17/03/2021 18:17)

LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matrícula: 1765641

(Assinado digitalmente em 17/03/2021 18:32)

ANNA BEATRIZ ESSER DOS SANTOS

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 124.174.337-10

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **290**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/03/2021** e o código de verificação: **9406bc8dcf**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e minha família por ser a minha inspiração para tudo que me empenho a fazer.

Aos leitores desta pesquisa.

Aos amigos e professores que tive a honra de conhecer e que foram fundamentais no meu processo de construção/partilha de conhecimento.

EPÍGRAFE

Quando pedimos para conhecer o outro, ou pedimos para que o outro diga, final ou definitivamente, quem é, é importante não esperar nunca uma resposta satisfatória. Quando não buscamos a satisfação e deixamos que a pergunta permaneça aberta e perdura, deixamos o outro viver, pois a vida pode ser entendida exatamente como aquilo que excede qualquer relato que dela possamos dar.

Judith Butler (2015, p. 61).

AGRADECIMENTOS

A palavra gratidão sem dúvidas é a ideal para definir meu sentimento. Um ano tão difícil como 2020 e como vem sendo 2021, estarmos vivos é um motivo ainda mais importante para agradecer. Eu agradeço primeiramente ao Deus Criador, por ter me ajudado em todas as etapas, me encorajado desde o processo seletivo até aqui.

Agradeço também a toda a minha família que me inspira e me fortalece em cada passo que dou na vida e nesta família está inclusa uma grande amiga e parceira Greice Rodrigues, pessoa fundamental em todo o meu processo de formação acadêmica, é quem me abriga em todas as angústias desde a graduação, é quem por tantas vezes me motiva e comemora comigo todas as conquistas. Ter alguém com quem contar é maravilhoso.

Agradeço a minha querida orientadora Luciene Naiff por toda sua dedicação, jamais esquecerei como você me tranquilizou naquela na etapa de entrevista, como foi gentil ao me notar nervosa, você escolheu me **acolher**. Muito obrigada por ter acreditado e confiado que juntas poderíamos fazer um bom trabalho. Como sou grata por isso!

Agradeço aos membros da banca que tanto me ajudaram na qualificação.

À professora Anna Esser, por suas colaborações e sua nítida gentileza ao se expressar, me abriu tantas possibilidades de pensamento sobre a pesquisa. Muito grata á você, Anna!

Ao professor Denis Naiff, que prazer ouvi-lo! Quanto crescimento me proporcionou. Muito obrigada por tantas, tantas vezes ter me feito repensar os meus próprios conceitos, quantas vezes eu voltando para casa, vinha pensando no ônibus nas suas colocações, nas suas falas tão pontuais e didáticas sobre nossas crenças sociais. Saiba que suas aulas (conversas) me (des) construíram em muitos aspectos. Levarei comigo, muitíssimo obrigada!

Agradeço também ao coordenador do PPGPSI Ronald Ericeira, sempre atencioso e dedicado quando precisei de orientações.

Aos meus queridos colegas, companheiros de estudos em RS, entre eles a minha parceira de estudos, Selma Sardinha com quem compartilhei muitas histórias.

Agradeço a CAPES por ter proporcionado a minha continuidade no mestrado.

Por último, mas não menos importante aos meus amados animais de estimação que foram de extrema importância para a minha saúde mental neste percurso.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

SOUZA, Ana Paula de Oliveira. **Entre o rosa e o azul: um estudo em representações sociais de ser homem e de ser mulher. 2021.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

RESUMO

Considerando que aspectos relacionados ao gênero são de uma importância central da vida pessoal, no estabelecimento das relações sociais e da cultura em uma sociedade, a presente pesquisa se propôs a desenvolver um estudo psicossocial baseado na Teoria das Representações Sociais e buscou: identificar a estrutura das representações sociais de ser homem e de ser mulher em 160 estudantes universitárias com idades entre 18 e 60 anos, assim como os elementos que a compõem; e por último, fazer uma análise comparativa a fim de observar se há mudanças nas representações das estudantes pelo critério de idade. Assim, os sujeitos foram divididos em dois grupos: grupo 1 que se refere as estudantes de 18 a 29 anos e grupo 2 que se refere as estudantes de 30 a 60 anos. Para tanto, a escolha metodológica obedeceu às propostas da abordagem estrutural das representações sociais de Abric (1994) que concebe a existência de dois sistemas: o central, responsável por gerar toda a significação representacional e o periférico que organiza hierarquicamente os elementos da representação. A pesquisa é de natureza quanti-quali, seu instrumento de coleta de dados foi composto por um questionário sociodemográfico, tarefas de evocação livre e perguntas abertas e fechadas sobre as funções e comportamentos associados aos homens e as mulheres. O questionário foi gerado pelo Google Forms e aplicado de maneira online através de compartilhamento nas redes sociais. Os resultados mostraram a importância de falar sobre as categorizações impostas ao gênero uma vez que as mesmas produzem uma série de preconceitos, desigualdades e refletem a estrutura patriarcal brasileira.

PALAVRAS CHAVE: Representação social. Gênero. Homem. Mulher.

SOUZA, Ana Paula de Oliveira. **Between pink and blue: a study on social representations of being a man and being a woman. 2021.** Dissertation (Master in Psychology). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

ABSTRACT

Considering that gender-related aspects are of central importance in personal life, in the establishment of social relations and culture in a society, the present research proposed to develop a psychosocial study based on the Theory of Social Representations and sought to: identify the structure of social representations of being a man and being a woman in 160 college students between 18 and 60 years old, as well as the elements that compose it; and finally, make a comparative analysis in order to observe if there are changes in the students' representations by the age criterion. Thus, the subjects were divided into two groups: group 1, which refers to students from 18 to 29 years old, and group 2, which refers to students from 30 to 60 years old. For this, the methodological choice followed the proposals of the structural approach of the social representations of Abric (1994), which conceives the existence of two systems: the central one, responsible for generating all the representational signification, and the peripheral one, which organizes hierarchically the elements of representation. The research is of a quanti-quali nature, its data collection instrument was composed of a sociodemographic questionnaire, free evocation tasks, and open and closed questions about the roles and behaviors associated with men and women. The questionnaire was generated by Google Forms and applied online through sharing on social networks. The results showed the importance of talking about the categorizations imposed on gender since they produce a series of prejudices, inequalities, and reflect the Brazilian patriarchal structure.

KEY WORDS: Social representation. Gender. Men. Woman.

LISTA DE SIGLAS

NC	Núcleo Central
RS	Representações sociais
SP	Sistema Periférico
TNC	Teoria do Núcleo Central
TRS	Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I- TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	12
1.1. Definindo representações sociais: um breve histórico da teoria	13
1.1.1 Fundamentos da Teoria das Representações Sociais: processos de formação	16
1.1.2. Funções das Representações Sociais	21
1.2. A Teoria do Núcleo Central – TNC.	22
1.2.1.A metodologia das Representações Sociais de acordo com a abordagem estrutural	26
1.2.2 Considerações sobre a relação entre representações sociais e práticas sociais..	30
CAPÍTULO II- ENTRE O ROSA E O AZUL	33
2.1. O patriarcado como dominação	34
2.2. O patriarcalismo contemporâneo: lutas por igualdade.....	37
2.3. Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim?:(des) construindo sexo e gênero.....	44
2.3.1. Identidades de gênero e os atos performáticos em Butler	52
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	61
3.1: Sujeitos.....	61
3.2 Procedimentos	61
CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	
4.1 – Dados sociodemográficos.....	64
4.2 – Análise evocações livres.....	69
4.3 – Análise de similitude.....	74
4.4 – Discutindo comparativamente os resultados.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE	100

INTRODUÇÃO

Falar sobre os significados de ser homem e de ser mulher é precisamente falar de uma arena que enfrenta sérias questões práticas no que diz respeito à justiça, à identidade e até mesmo à sobrevivência. O tema "gênero" tem suscitado diversos debates (ou embates) no contexto político, moral, religioso e, também, no contexto educacional.

A interrogação sobre o que é a "identidade de gênero" está cada vez mais presente no campo do saber comum. É possível observar que, ao se tratar de comportamentos de gênero, qualquer definição que fuja da perspectiva biologizante do que designa ser homem ou ser mulher, produz uma forte resistência social, sendo inclusive motivo para manifestações de posições explícitas ou veladas por determinados discursos, em especial os mais conservadores. “Fala-se até em ideologia de gênero, uma invenção curiosa para um conceito acadêmico quase inofensivo. Gênero no sentido terrível das redes sociais é uma ideologia de perversão, uma alteração da ordem natural da vida e das coisas. É pecaminoso, uma blasfêmia.” (DINIZ, 2016, p. 3)

É precisamente a relutância social numa definição de comportamentos de gênero que vá além da sequência sexo biológico ➔ gênero ➔ sexualidade que nos instiga compreender quais são os fundamentos e os modos pelos quais uma sociedade cria ou reproduz determinadas crenças que demarcam quais comportamentos são aceitáveis ou inaceitáveis para homens e mulheres segundo seus corpos.

Ao longo dos séculos, grande parte das sociedades tem como princípio de sua organização a distinção e a divisão do masculino e o feminino. No cotidiano brasileiro, por exemplo, as marcas do gênero estão em toda parte, nas placas de banheiros que indicam se um homem ou uma mulher pode entrar naquele ambiente ou não, nos uniformes escolares e de times esportivos, no marketing, nas lojas de roupas com sessões de feminino e masculino, nos eventos convencionais como casamentos, cerimônias, até mesmo nos perfumes etc. Esta divisão homem X mulher é definida a partir das interpretações e leituras *sociais* feitas sobre um corpo até mesmo antes do nascimento, a partir do que aquele corpo mostra “biologicamente” revela-se aos pais se eles estão no “mundo azul” da bola de futebol ou no “mundo cor de rosa” dos laços de fita. (MACHADO, 2013)

Contudo, é engano pensar que o modo como definimos um corpo a partir da sua materialidade é o mesmo em qualquer cultura, em qualquer tempo ou em todo e qualquer lugar. Ao contrário disto, deve ser pensado como uma construção sócio-histórica guiada por um conjunto de normas preestabelecidas em um grupo social que tem caráter específico (e

transitório). Ou seja, os modos de leitura de um corpo são compreendidos de maneiras distintas em diferentes culturas, sendo assim, os significados dados a “ser homem” e “ser mulher” divergem e se modificam histórica e culturalmente. Isto significar dizer que agir e sentir-se como homem ou como mulher vai depender de cada contexto sociocultural. De modo que, “falar em gênero é desnaturalizar o mundo – desiludir-se com a natureza, preciso ser honesta, é um baita sofrimento para aqueles que preferem não pensar”. (DINIZ, 2016, p. 3).

A escolha pela a teoria das representações sociais para nortear esta pesquisa que visa identificar os estereótipos de ser homem e ser mulher se deu por sua possibilidade de relações com as práticas sociais e também pela função que elas exercem na formação das identidades.

Segundo Naiff et al (2009), as representações sociais são importantes instrumentos para se entender a realidade social: “pelos possibilidades que oferecem de antecipar hipóteses sobre comportamentos e trajetórias, bem como de identificar conflitos entre os sentidos atribuídos ao mesmo objeto pelos diferentes atores sociais envolvidos” (NAIFF, 2009,p. 224).

Para Jodelet (2001), a principal função da formação de representações sociais por grupos sociais é partilhar informações acessíveis e que permitam apreender o mundo a sua volta, além de ser um importante ponto de referência para orientar comportamentos. Isto é, as representações sociais são responsáveis por expressar os valores, as normas, as crenças, ou seja, o sistema simbólico de um grupo e com isso justificar e validar práticas sociais.

Toda prática social envolve uma interpretação do mundo, que por sua vez é feita a partir de um discurso que reflete interesses sociais e uma gama de sistemas culturais com significados específicos. A expressão “ser homem” e “ser mulher” geram automaticamente uma série de alusões, imagens, entendimentos que ativamos por um determinado conjunto de significados de realidade que acumulamos ao longo da nossa vivência em sociedade.

As representações sociais configuram a construção social da realidade e funcionam como um guia de comportamentos, uma vez que elas possibilitam a leitura dos eventos cotidianos definindo-os como aceitáveis ou inaceitáveis e isto se aplica aos significados que damos ao gênero, às representações culturais de ser homem e ser mulher e às atitudes generificadas que tomamos.

De acordo com a TRS todas as relações sociais que nós estabelecemos no cotidiano são frutos de representações que são facilmente apreendidas pelos indivíduos no/do meio social. É no universo sociocultural que as representações sociais estão e são continuamente produzidas as. Moscovici (2003) salienta que compreender o porquê de uma pessoa se comportar de um jeito e não de outro, requer que nos atentemos às relações sociais embutidas

em seu cotidiano. Nossas reações frente a outras pessoas e objetos sociais estão em grande parte mediadas pela percepção e pelas representações sociais que fazemos dela.

Deste modo, podemos compreender, por exemplo, que a desigualdade nas relações de gênero tem também, como pano de fundo as representações sociais do que é ser mulher/feminino e o que é ser homem/masculino, e são essas simbologias sociais de gênero que vão influenciar diretamente a construção do conhecimento compartilhado e a cultura.

Ainda que se reconheça a importância das construções sociais e culturais na constituição do mundo e dos sujeitos tal como os conhecemos, ainda há uma forte objeção em colocar o corpo, gênero e o sexo para além das diferenças entre machos e fêmeas.

É a respeito de tal inserção que entre outros autores, a filósofa estadunidense Judith Butler (2003) lança sua ideia chave, que se justifica na concepção de que o *corpo não é natural*, mas é fundamentalmente *feito de relações sociais*, socioculturais.

De acordo com este pensamento, é possível então compreender que o que fundamenta o *ser homem* ou *ser mulher* não está ligado à essência natural e interior da "pessoa", tal como é propagado em muitas sociedades, mas diz respeito a um conjunto de regras que são instituídas, mantidas e repetidas sobre um corpo através de um discurso normatizador.

Considerando a importância das representações sociais nas relações sociais de gênero, buscamos investigar como vem sendo categorizado e estereotipado os conceitos de ser homem e ser mulher nos grupos escolhidos. Ao destacar as teorias de gênero e a Teoria das Representações Sociais vimos que ambas exprimem o mesmo interesse desconstrucionista frente aos problemas humanos e consideram que não há um "si" inseparável do social. Ou seja, ambas se fundamentam na ideia de que os sujeitos só podem ser compreendidos em suas interações com o meio.

A partir deste arcabouço teórico, notamos que o conceito de gênero é ligado ao conjunto das representações sociais e culturais elaboradas a partir das diferenças sexuais e que as ideias e representações sobre o que são mulheres e homens derivam dos discursos vigentes. A criação dos sujeitos sociais e culturais como "homem" e "mulher" atribuindo-lhes características "naturais" distintas colabora na visão inferiorizada de um gênero em detrimento do outro ao longo dos tempos.

Tendo em conta que, tal como afirma Souza (2018), as universidades configuram um grande espaço de interação social, onde se compartilham ideias e se expressam as práticas sociais e subjetividades, o principal objetivo desta pesquisa foi identificar as representações

sociais de ser “homem” e ser “mulher” em estudantes universitários do gênero feminino com idades entre 18 e 60 anos.

O presente estudo se divide em um primeiro capítulo que apresenta a teoria das representações sociais, suporte teórico escolhido como matriz da pesquisa. O segundo capítulo exploramos o objeto de estudo, qual seja, as definições perpetradas na sociedade sobre o que significa ser homem e ser mulher. Faremos uma breve sistematização dos objetivos geral e específicos antes de adentrar na metodologia utilizada, onde apresentaremos as participantes e os procedimentos de coleta. E por fim apresentamos e discutimos os resultados levantados que nos permitiu desenvolver as inferências finais.

CAPÍTULO I

A Teoria das Representações Sociais

As Representações sociais têm sua primeira base teórica através da obra do psicólogo social Serge Moscovici intitulada *A Psicanálise, sua imagem e seu público* (MOSCOVICI, 2012) originalmente publicada em 1961. Considerado o pioneiro nos estudos de representações sociais, Moscovici vivencia na sociedade parisiense diversos debates sobre a psicanálise mobilizados por intelectuais e estudantes universitários na cidade. De acordo com Jorge Vala (2004), a teoria psicanalítica tornou-se tema de grande interesse de pesquisadores, de tal modo que somente entre 1953 e 1956 foram publicados cerca de 1.600 artigos sobre Psicanálise.

Ocorre que esses debates amplamente discutidos durante este período, repercutiram intensamente na imprensa e logo, penetraram no tecido social. Como consequência disto, houve uma incorporação e apropriação (ainda que de forma “inadequada” ou próxima do senso comum) dos termos da psicanálise pela sociedade francesa, e foi justamente isso que chamou atenção de Moscovici academicamente.

Através de estudos realizados, por meio de questionário e análise de conteúdo da imprensa, ele elaborou as questões chave sobre a qual se debruçam a Teoria das Representações Sociais e assim “Moscovici lançava uma problemática específica: como é apropriada, transformada e utilizada pelo homem comum uma teoria científica; e uma problemática mais geral: como se constrói um mundo significativo” (VALA, 2004, p.457).

O autor romeno buscou então estudar como as representações oriundas do universo reificado, ou mais embasadas cientificamente são transformadas e reorganizadas em representações socialmente compartilhadas do senso comum. É no campo da análise destas questões que propôs o conceito de representações sociais. Segundo Oliveira e Werba (2013), as Representações Sociais surgem como “teorias” sobre saberes populares e do senso comum que são produzidas coletivamente e tem o objetivo de construir e interpretar o real.

Depois de sua primeira apresentação realizada por Moscovici em 1961, o conceito e a teoria das representações sociais foram gradativamente ganhando impacto significativo tanto na psicologia social quanto nas outras ciências sociais. Atualmente, a noção de representação social é mencionada em muitos trabalhos de diversas áreas de conhecimento.

De forma a dar uma introdução ao conceito que será melhor explorado abaixo, escolhemos a definição de Vala (2004):

Entende-se que uma representação é social no sentido em que é coletivamente produzida: as representações sociais são um produto das interações e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, refletindo a situação desse grupo, os seus projetos, problemas e estratégias e as suas relações com outros grupos. (p. 461).

Dito isto, com objetivo de apresentar de modo mais abrangente a Teoria das Representações Sociais faz-se necessário retornar às suas raízes epistemológicas, é o que vamos ver a seguir.

1.1. Definindo Representações Sociais: um breve histórico da Teoria

Moscovici ao partir do conceito primordial da teoria das representações sociais, de que os grupos sociais buscam transformar o não familiar em familiar reorganizando o real a partir de suas concepções compartilhadas e criando um ambiente cognoscível e de fácil apreensão como o senso comum, entendeu também que tal conceito merecia ser bem explorado de forma a ganhar maturidade e consistência antes da formulação cristalizada de uma definição. O autor nos diz que: “a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a *elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos*” (MOSCOVICI, 1978, p. 26, grifos meus).

A noção de representações formuladas por uma coletividade para dar solidez a conceitos perpassados por gerações na sociedade teve início com Émile Durkheim, através de seu conceito de Representação Coletiva. No sentido empregado por Durkheim, representações significava uma lei, a moral, as instituições e todas as formas coletivas que constituía o que ele denominou de consciência coletiva. Jodelet, (2001) argumenta que o sociólogo Durkheim, distinguia as representações em seus estudos como sendo individuais ou coletivas.

Oliveira (2012) também nos aponta que em Durkheim, as representações coletivas sintetizam o que os homens pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca, elas se emancipam das representações individuais, pois são frutos da interação e dos laços sociais que os homens estabelecem entre si. E, segundo o autor ainda que não explorado pelo sociólogo Durkheim, poderia orientar práticas. Nas palavras de Durkheim:

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos. Os símbolos com que ela pensa mudam de acordo com sua natureza [...]. É preciso saber atingir a realidade que eles figuram e que lhes dá sua verdadeira significação. Constituem objeto de estudo tanto quanto as estruturas e as instituições: são todas elas maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe. (DURKHEIM, 2007, p. 71).

Deste modo, é possível compreender que o conceito de representações coletivas para Durkheim apresenta um social que extrapola o individual e o sobrepõem, regendo o que se pensa, sente ou age. Moscovici não se inspira propriamente nos conceitos de Durkheim, ao contrário, poderíamos dizer que os atualiza e renova, dando aos grupos sociais mais dinamismo na forma como a realidade é apreendida (GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 1999).

Ocorre que, Serge Moscovici se afasta desta perspectiva sociológica de Durkheim ao considerar as representações como algo compartilhado de modo heterogêneo em diferentes grupos sociais, segundo ele: “criamos e transmitimos um produto progressivamente elaborado em inúmeros lugares, segundo regras variadas” (MOSCOVICI, 2007, p.63). As representações coletivas se referem às tradições, e são homogêneas, enquanto que a ideia de representações sociais apresentada por Moscovici deixou claro o seu caráter marcado pela diversidade e pelo dinamismo.

Farr (1999) indica que esta diferença se dá porque as representações coletivas são produzidas nas sociedades simples e as representações sociais são produzidas nas sociedades contemporâneas e por isso trazem em si as características desta sociedade.

Nesta lógica, entende-se que uma representação é **social** no sentido em que é **coletivamente produzida**, representações sociais são um produto das interações e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, refletindo a situação desse grupo, os seus projetos, problemas e estratégias e também as suas relações com outros grupos. Neste sentido, Vala nos mostra que Moscovici atualiza a visão das representações coletivas para uma perspectiva mais contemporânea e assim aproxima a psicologia da sociologia com a **Teoria das representações sociais** Farr (1999) nos apresenta dois dos elementos que dão à Teoria das Representações Sociais o seu caráter inovador.

Em primeiro lugar, porque contra uma epistemologia do sujeito "puro", ou uma epistemologia do objeto "puro", a teoria das representações sociais centra seu olhar sobre a relação entre os dois. Ao fazer isso ela recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio. [...] Em segundo lugar, a teoria das representações sociais estabelece uma síntese teórica entre fenômenos que, em nível da realidade, estão profundamente ligados. A dimensão cognitiva, afetiva e social estão presentes na própria noção de representações sociais. O fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção de *saberes sociais* e, nessa medida, ele envolve a cognição. (FARR, 1999, p.19-20; grifos meus).

Não obstante, Moscovici ter se recusado a conceituar representações sociais de modo definitivo, muitos autores têm-se esforçado para compreendê-la mais profundamente, e em contribuir para seu desenvolvimento enquanto teoria. Considerada a principal colaboradora de

Moscovici, Denise Jodelet (2001) talvez, seja quem mais detalhadamente conceitue a representação social. Ela diz que as representações sociais trata-se de “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET,2001, p. 22).

Logo, entende-se que Representações Sociais são construções coletivas criadas com o fim de entender o mundo, ou torna-lo familiar, e para facilitar a comunicação nas relações sociais através de **modelos simbólicos da realidade**. A respeito disto, Jean Claude Abric (1994, p. 13) diz que:

A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações do indivíduo com seu entorno físico e social e que determinará seus comportamentos e suas práticas. É um guia para ação que orienta as ações e as relações sociais, é um sistema de pré-decodificação da realidade, uma vez que determina um conjunto de antecipações e expectativas.

Prosseguindo à nossa apresentação da Teoria das Representações Sociais, agora é preciso conhecer suas classificações, dimensões e processos. Vala (2004) apresenta a seguinte tipologia para a Teoria das Representações Sociais preconizada por Moscovici, são elas:

Representações sociais hegemônicas: Estas representações equivalem ao conceito de representação coletiva de Durkheim. Podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (um partido, uma nação etc.). Sua função é regular a ortodoxia do grupo e se caracterizam pelo modo cristalizado e rígido compartilhado e presente em um grupo, elas prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas.

Representações sociais emancipadas: estas refletem a cooperação entre grupos e resultam da troca de significados diferentes a respeito de um mesmo objeto. Ou seja, cada grupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. “São modalidades de conhecimento sobre um mesmo objeto com alguma autonomia relativamente aos grupos sociais que estão na sua origem” (VALA, 2004, p. 462). Cita como exemplo, o estudo de Denise Jodelet sobre a representação da doença mental.

Representações sociais polêmicas: por fim, estas representações são geradas no decurso dos conflitos ou controvérsias sociais e que não são partilhadas pela sociedade no conjunto, ou seja, são determinadas pelas relações antagonistas entre grupos sociais. Ocorre que diferente das representações emancipadas, aqui, não há negociação, as representações sociais polêmicas refletem pontos de vistas exclusivos sobre um mesmo objeto.

Cabe ressaltar que essas diferenciações analíticas aos tipos de representações sociais proposta por Moscovici, destacam a sua diversidade e assim, alerta como o estudo do contraste dos diferentes tipos de relações sociais e a sua repercussão no pensamento social se

torna mais pertinente do que o contraste entre o pensamento individual e o pensamento coletivo.

Ao que concerne à análise das Representações Sociais, Oliveira e Werba (2013, p. 90) acrescentam que há três níveis de compreensão, são elas: **Nível fenomenológico** – em que as representações sociais são um objeto de investigação. Esses objetos são elementos da realidade social, são modos de conhecimento, saberes do senso comum que surgem e se legitimam na conversação interpessoal cotidiana e têm como objetivo compreender e controlar a realidade social; **Nível teórico** – é o conjunto de definições conceituais e metodológicas, construtos, generalizações e proposições referentes às RS; **Nível metateórico** – é o nível das discussões sobre a teoria.

O aspecto que nos interessa acentuar é que a Teoria das Representações Sociais está intrinsecamente relacionada ao estudo das simbologias sociais, como também, no estudo das trocas simbólicas que são desenvolvidas em nossos ambientes sociais e nas nossas relações interpessoais. Moscovici se debruça à análise de como esses símbolos influenciam a *construção do conhecimento compartilhado, a cultura*. Por ser produção simbólica destinada a compreender o mundo “ela provém de um sujeito ativo e criativo, tem um caráter cognitivo e autônomo e configura a construção social da realidade. A ação e a comunicação são seu berço e chão: delas provém e a elas retorna a representação social” (ARRUDA, 2002, p. 142).

Tratamos até aqui, como se deu o interesse e o nascimento da Teoria das Representações Sociais e também as principais características que dão a ela um caráter inovador. Assim, podemos compreender que a intenção da teoria das representações sociais é clara, uma vez que ela assume como seu centro, a comunicação e as representações **compartilhadas**. Moscovici (2007) relata que a Teoria das Representações Sociais espera elucidar os elos que unem a psicologia humana com as questões sociais e culturais contemporâneas. Dadas estas informações, vale levantar a seguinte questão: como são formadas essas representações compartilhadas e quais são suas funções? É precisamente disto que nos ocuparemos à diante.

1.1.1 Fundamentos da Teoria das Representações Sociais: processos de formação

As representações sociais são indispensáveis nas relações humanas e fazem parte do processo de interação social, permitindo aos membros de um grupo se comunicarem e se compreenderem. Pode ser vista também como uma forma dos indivíduos explicarem e fundamentarem as suas opiniões e comportamentos, funcionando como um meio de análise

dos códigos sociais, o que nos permite então a nos posicionar de diferentes formas em diferentes contextos sociais. Neste sentido, sua importância se dá pelo fato de que sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. Azâmor e Naiff (2009) nos mostram que os grupos sociais constroem representações sociais não só para compreenderem o mundo ao seu redor, mas também para se comportarem diante dele.

Por isso, para que o sujeito possa compreender melhor o mundo que o cerca cabem às representações sociais duas principais atribuições: a primeira atribuição é a de que as representações sociais “convencionalizam os objetos, pessoas e acontecimentos” (Moscovici, 2007, p.34). Isto acontece a partir do momento em que um determinado grupo social tenta adequar objetos tidos como estranhos (não-familiares) a modelos já conhecidos (familiares) para que assim, possam ser compreendidos; a segunda atribuição é que as representações são “prescritivas”.

Neste sentido, o ser humano já nasce envolto por uma estrutura social pré-estabelecida, antes mesmo do seu nascimento há uma série de concepções de mundo elaboradas e reforçadas socialmente e, portanto, são de fato, impostas ao sujeito. De acordo com Jodelet, as representações sociais mantêm com o objeto uma relação simbólica e interpretativa. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la.

A ideia de que pela interação social construímos teorias, doutrinas e códigos sobre e sob as questões do cotidiano representa uma concepção nova sobre o homem, a estrutura social e as relações sociais. Dado a relevância deste fenômeno, importa nos atentar das seguintes questões: como se formam as representações sociais e quais são os fatores que as sustentam?

Moscovici (2007, p.206) diz que “[...] como resposta a esta pergunta, sugeri que a razão para se criarem essas representações é o desejo de nos familiarizarmos com o não-familiar”. Ele considera que os universos consensuais são universos familiares nos quais as pessoas não desejam sair, pois não há conflito. Todo desvio do familiar, toda ruptura da experiência já conhecida ou qualquer coisa que fuja de uma explicação tida como óbvia, cria um sentimento suplementar que traz à tona uma busca pelo sentido e explicação daquilo que nos afeta como estranho e perturbador. Contudo, Moscovici elucida que:

A motivação para a elaboração de representações sociais não é, pois, uma procura por um acordo entre as nossas ideias e a realidade de uma ordem introduzida no caos do fenômeno ou, para simplificar, um mundo complexo, mas uma tentativa de construir uma ponte entre o estranho e o familiar; e isso à medida que o estranho pressupõe uma falta de comunicação dentro do grupo, em relação ao mundo que

produz curto-circuito na corrente de intercâmbios e tira do lugar as referências da linguagem. (MOSCOVICI, 2007, p. 207).

A procura pelo familiar em uma situação estranha presume que as representações tendem ao conservadorismo a fim de ter assegurado o seu conteúdo significativo. Na formação deste tipo de pensamento estão subjacentes dois processos que funcionam em parceria: a objetivação e a ancoragem.

Segundo Azâmor e Naiff (2009):

Muitas vezes, o fenômeno que gera representações sociais em determinado grupo social vem do que Moscovici chamou de universo reificado, isto é, de conhecimentos produzidos no meio científico. É na passagem desses fenômenos de um conhecimento balizado cientificamente para uma apropriação consensual que se formam as representações sociais. Essa formação se dá por dois processos – ancoragem e objetivação –, que correspondem, respectivamente, à associação do elemento novo a formas já conhecidas cognitivamente e à produção de uma imagem que representa esse objeto. (AZÂMOR; NAIFF, 2009, p. 655).

Antes de expor esses dois processos sociocognitivos, vale dizer que, segundo Jodelet (2001), a formação da representação corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto: “Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. Não há representação sem objeto” (p.5). Embora a *objetivação* e *ancoragem* estejam intrinsecamente ligados não são sequenciais, por isso serão expostos de forma autônoma.

Objetivação: De acordo com Jorge Vala (2004), o processo de objetivação se refere tanto à forma como se organizam os elementos constituintes das representações sociais, como ao percurso através do qual tais elementos se materializam e se tornam expressão de uma realidade pensada como natural. Sendo assim, é o processo através do qual as representações complexas e abstratas se tornam simples e concretas. Ao referir-se à função do processo de objetivação, diz Vala (2004 p. 467) que o processo de objetivação consiste assim, em identificar os elementos que dão sentido a um objeto, a sua seleção de um conjunto mais vasto de conceitos, as relações entre esses conceitos (reconstrução de um esquema), a sua figuração e as modalidades que assume a sua naturalização.

Na objetivação, alguns elementos são excluídos e conseqüentemente outros são valorizados a fim de que a realidade possa ser explicada de modo mais simples e comunicável possível. Ocorre também um reagrupamento de ideias em torno de um mesmo assunto, como por exemplo, política, educação, diferenças étnicas, etc. Moscovici (2007) acrescenta que objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem, que comparar já é representar, encher o que está naturalmente vazio com substância. Para que uma ideia inicialmente vazia se torne

visível, basta compará-la a uma pré-existente. O processo de objetivação realiza um duplo esforço, tal como coloca Moscovici:

O primeiro [...] é um salto no imaginário que transporta os elementos objetivos para o meio cognitivo e prepara para eles uma mudança fundamental de status e função. Naturalizados, julga-se que o conceito de complexo ou de inconsciente reproduzem a fisionomia de uma realidade quase física. O caráter intelectual do sistema em que eles participam perde importância; o mesmo ocorre com o aspecto social de sua extensão. segundo esforço é de classificação, que coloca e organiza as partes do meio ambiente e, mediante seus cortes, introduz uma ordem que se adapta à ordem preexistente, atenuando assim o choque de toda e qualquer nova concepção” (MOSCOVICI apud VIANA, 2008, p. 32).

Serge Moscovici, no seu estudo sobre a representação social da psicanálise, descreveu o percurso pelo qual se desenvolve o processo da objetivação que envolve três momentos: *construção seletiva, esquematização e naturalização*.

- **Construção Seletiva** – neste momento as ideias, crenças, os elementos do objeto de uma representação sofrem um processo de seleção e descontextualização. Só uma parte da informação, a mais relevante, é mantida. O que está em questão é a formação de um todo relativamente coerente.

- **Esquematização Figurativa** – nesta segunda etapa da objetivação as informações selecionadas são organizadas num “núcleo figurativo” da representação em que é convertida num esquema figurativo simples, concreto, que poderão ser constituídos por imagens, essa organização corresponde à esquematização estruturante da representação. Para Vala (2004, p. 466), “as relações entre conceitos enunciados pela esquematização estruturante, revestem uma dimensão imagética ou figurativa. A cada elemento de sentido corresponde uma imagem, o que permite a materialização de um conceito ou de uma palavra”.

- **Naturalização** – a representação é materializada, isto é, o abstrato torna-se concreto, através de imagens simples e concretas ou metáforas, da associação de ideias ou teorias a uma pessoa que a representa. O outro processo existente na naturalização, afirma Vala (2004) é a metaforização em que a difusão de uma nova ideia no grupo estaria dependente da sua figuração em imagens e metáforas que transmitam o essencial do seu conteúdo de forma aceitável para o quadro de valores do grupo. Ele diz que: as metáforas não são meras figuras de estilo ou retórica, mas expressões do próprio processo de pensamento, permitindo transferências de sentido e a naturalização do que era abstração conceptual.

Ancoragem: Este processo corresponde ao enraizamento, aqui ocorre a assimilação das imagens criadas pela objetivação na mentalidade coletiva, onde novas representações juntam-se às representações anteriores. Essas representações então passam a orientar as

relações sociais e os comportamentos. De acordo com Sawaia (2004): “ancoragem é o processo de assimilação de novas informações a um conteúdo cognitivo-emocional pré-existente, e objetivação é a transformação de um conceito abstrato em algo tangível” (p.76). Moscovici coloca que para classificar um objeto, é necessário nomeá-lo.

[...] dar nome a uma pessoa ou coisa é precipitá-la (como uma solução química é precipitada) e que as consequências daí resultantes são tríplices: a) uma vez nomeada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências, etc; b) a pessoa, ou coisa, torna-se distinta de outras pessoas ou objetos, através dessas características e tendências; c) a pessoa ou coisa torna-se o objeto de uma convenção entre os que adotam e partilham a mesma convenção. (MOSCOVICI, 2007, p.67)

Segundo Jorge Vala a primeira perspectiva sobre o processo da ancoragem foi proposta por Doise em 1992, que divide a ancoragem em três tipos: *ancoragem psicológica*, *ancoragem sociológica* e *ancoragem psicossociológica*. Vejamos:

- **Ancoragem psicológica:** são “modelações de uma representação que decorrem do nível de análise individual ou interindividual. De certa forma, este tipo de ancoragem remete para uma perspectiva diferencialista ou para processos intra-individuais básicos” (Vala 2004, p.475);

- **Ancoragem sociológica:** analisa a relação social diretamente ligada a representação social, onde experiências comuns às pessoas de um grupo, provocam representações sociais semelhantes no grupo;

- **Ancoragem psicossociológica:** consiste na maneira como os indivíduos nas reações sociais e nas divisões posicionais e categorias de um dado campo social localizam-se simbolicamente, ou seja, “referem-se às modelações de uma representação que decorrem do nível de análise individual ou interindividual” (VALA, 2004, p. 475). Inclui-se aqui a análise de identidades e representações sociais. O estudo da ancoragem, a partir do ponto sociológico, analisa a relação entre as pertenças sociais e os conteúdos de uma representação, partindo da hipótese de que as experiências comuns aos membros de um mesmo grupo suscitam representações semelhantes.

Quando ancorada, uma representação social cumpre a função de filtro cognitivo, isto é, as novas informações são interpretadas de acordo com os quadros de representações preexistentes. Convém ressaltar que as representações são marcadas pelo histórico cultural de cada sociedade e, portanto não são de modo algum homogêneas no interior de uma mesma sociedade, diferentes grupos sociais podem partilhar representações diferentes sobre uma mesma realidade (AZAMOR; NAIFF, 2009).

Embora as representações sociais não sejam conscientemente percebidas, muitas vezes elas estão absolutamente implícitas no nosso modo de perceber os outros e o mundo que nos cerca. Pode-se dizer que enquanto característica, as representações sociais possuem grande poder mobilizador de modo que impactam diretamente o nosso comportamento, ou seja, nossa forma de pensar, sentir e *agir*.

Deste modo, o processo que permite a apropriação de uma representação social por um indivíduo *é um processo psíquico*, em que há seleção de informação acerca de um dado objeto social, por meio da contextualização dos elementos deste objeto social, o transformamos em uma imagem de modo que possibilita a percepção das ideias construídas como algo concreto e indiscutivelmente real que o torna familiar.

1.1.2 Funções das Representações Sociais

Para Moscovici (2007, p. 34), as representações sociais apresentam duas funções: elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram, ou seja, as representações lhes dão uma forma definitiva, possibilitando a localização em uma determinada categoria e também são *prescritivas* “isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado”.

De acordo com Vala (2004, p. 479), falamos das representações sociais como um saber *funcional* ou teorias sociais práticas. De um modo geral, pode-se dizer que as representações sociais têm como função a atribuição de sentido ou a organização significativa do real.

Esta função pode ser decomposta de diferentes formas. Lembremos que Taifel (1982) definiu as seguintes três funções dos estereótipos: causalidade social ou explicação dos acontecimentos sociais; justificação dos comportamentos; e diferenciação social. Estas mesmas funções podem, com propriedade, ser aplicadas às representações sociais.

Como colocamos acima, as representações sociais são fundamentais para a construção de regras, normas, valores sociais, tratam-se de modelos simbólicos da realidade, como não nos sentimos confortáveis com o desconhecido (não-familiar) trabalha-se com esquemas; uma representação social é sempre de algum objeto social para um determinado grupo social. Neste sentido Jean Claud Abric (1994, p. 15-16) coloca que as RS cumprem um papel fundamental nas práticas sociais e também nas relações sociais e atribui quatro funções essenciais ao seu desempenho, são elas:

1) **Função de saber:** *as representações sociais permitem compreender e explicar a realidade.* “Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem”.

2) **Função identitária:** *definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos.* Permite “situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados”.

3) **Função de orientação:** *as RS guiam os comportamentos e as práticas.* “A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social”.

4) **Função justificadora:** *por essa função as representações sociais permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos.* “As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a manutenção ou discriminação da distância entre eles”.

Em suma, as representações sociais têm por função: estabelecer a comunicação e relação social a fim de que os indivíduos possam se compreender dentro de um sistema de valores; auxiliar o processo de socialização a partir do momento em que contribui para formação da identidade social do indivíduo ante o grupo; permitir aos indivíduos o julgamento dos comportamentos, orientando o seu caráter lícito ou ilícito de acordo com o contexto do grupo e assim também possibilitar aos indivíduos a explicação e justificação de determinados comportamentos e decisões.

1.2 - A Teoria do Núcleo Central (NC)

A Teoria do Núcleo Central das representações sociais se oriunda da teoria das representações sociais, foi proposta por Jean Claud Abric e complementada por Flament e outros colaboradores em torno do mundo. O grupo inicial de pesquisadores é conhecido como “Grupo Midi” (por sediar na região do Mediterrâneo).

Definida como uma abordagem complementar à “grande teoria” de Moscovici tal como fala Abric, a Teoria do Núcleo Central (TNC) retoma a ideia de modelo figurativo posposta por Moscovici, porém, não se esgota nela. Cabe lembrar que para Moscovici uma representação social apresenta em sua estrutura uma face figurativa e uma face simbólica, que

são indissociáveis. Contudo, apesar de Abric retomar este modelo figurativo proposto por Moscovici, ele elucida que há um distanciamento entre o núcleo figurativo e o núcleo central.

Nós vamos ver que a teoria do núcleo central retoma em grande parte as análises de Serge Moscovici, mas não limitando este núcleo imaginante ao seu papel genético. Nós pensamos da nossa parte, que o *núcleo central é o elemento essencial de toda representação* construída e que ele pode, de certa maneira, superar o simples quadro do objeto da representação para encontrar sua origem diretamente nos valores que o transcendem e que não exigem nem aspectos figurativos, nem esquematização, nem mesmo concretização. (ABRIC, 1994, p.21; grifos meus).

A consideração de que toda representação possui duas faces: figurativa e simbólica implica dizer que na atividade representativa cada figura possui um sentido e de igual modo, cada sentido possui uma figura. De acordo com Abric (1994), é a coexistência dessas duas lógicas: cognitiva e social é que torna a análise das representações sociais difícil. Segundo Alves Mazzotti (2002, p. 19) esta dificuldade de análise das representações sociais apontada por Abric se dá porque a sua construção supõe um sujeito ativo do ponto de vista cognitivo, porém, a operação desses processos cognitivos é diretamente determinada pelas condições sociais nas quais a representação se elabora ou se transmite.

A coexistência dessas duas lógicas distintas “permite compreender por que as representações integram em seu conteúdo, o racional e o irracional e por que toleram aparentes contradições”. Ocorre que, é justamente isto que os pesquisadores do Grupo Midi procuram demonstrar em seus trabalhos, seja nos experimentos de laboratório, ou elaboração teórica: que estas contradições são apenas aparentes e que “ao contrário, as representações sociais são sistemas organizados e coerentes” (ibidem).

Segundo Alves Mazzotti (2002, p. 19), duas características das representações sociais que aparentemente são contraditórias estão na origem dos trabalhos de Abric na elaboração da Teoria do Núcleo central: “1. Como as representações sociais podem ser ao mesmo tempo rígidas e flexíveis? 2. Como elas podem ser consensuais e ao mesmo tempo marcadas por diferenças individuais?”. É precisamente dessas questões que se debruçam os estudos da abordagem estrutural de Abric.

Segundo Abric (1994), na organização interna das representações sociais há dois sistemas de significados que compõe o sistema sócio-cognitivo da representação: o sistema central e sistema periférico. A ideia é de que as representações sociais são constituídas por um núcleo central e a sua volta encontram-se os elementos periféricos.

A ideia essencial de Abric (1994, p. 73) é que “toda representação se organiza em torno de um núcleo central, por sua vez este núcleo é determinado pela natureza do objeto representado”, ele aponta ainda que o núcleo central é “um subconjunto das representações,

composto de um ou alguns elementos cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente” (ibidem). Sá (2002, p. 73) nos diz que “a representação conquanto uma entidade unitária é regida por um sistema interna duplo, em que parte tem um papel específico, mas complementar. Haveria assim, em primeiro lugar um sistema central constituído pelo núcleo central”.

A questão que se chega aqui é: por que as representações sociais se organizam em torno de um núcleo central? De acordo com Mazzotti: “Abric responde que elas são manifestações do pensamento social e que todo pensamento social necessita, para garantir a continuidade do grupo, um certo número de crenças coletivamente engendradas [...] que sejam inegociáveis” (MAZZOTTI, 2002, p.20). Isto é, um grupo social a fim de manter a sua permanência precisa de um determinado número de crenças mais firmemente determinadas, mais consistentes, identitárias e de difícil dissolução.

Pela definição de Abric, o Núcleo central possui as seguintes características:

Ele é diretamente ligado e determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas. Ele é neste sentido fortemente marcado pela *memória coletiva* do grupo e pelo sistema de normas ao qual se refere. Ele constitui, portanto a base comum, coletivamente compartilhada das representações sociais. Ele é *consensual*. É porque ele que se realiza e que se define a homogeneidade de um grupo social. Ele é estável, coerente, resistente a mudanças assegurando assim, uma segunda função, a da continuidade e da *permanência* da representação. Enfim, ele é, de uma certa maneira, relativamente independente do contexto social e material imediato no qual a representação é posta em evidência. (ABRIC, 1994, p. 78; grifos do autor).

De acordo com o autor (1994), o núcleo central desempenha duas funções essenciais e Alvez Mazzotti (2002), acrescenta ainda uma terceira função, são elas:

- **Função geradora:** elemento pelo qual se cria ou se transforma os outros elementos que constituem uma representação.
- **Função organizadora:** que determina a natureza das ligações entre os elementos de uma representação. É por meio desta que os elementos adquirem sentido e valor.
- **Função estabilizadora:** seus elementos são os mais resistentes à mudanças.

Abric (1994) destaca ainda que o núcleo central é responsável por toda a significação da representação, ele ocupa um lugar privilegiado e pode assumir duas dimensões distintas: a dimensão *funcional*, no qual o núcleo se constitui dos elementos fundamentais para a realização da tarefa; e a dimensão *normativa*, onde uma norma, ou um estereótipo, ou atitude estão presentes fortemente no núcleo da representação.

Com base nisto, podemos afirmar que há então no TNC elementos principais, responsáveis pela significação da representação e elementos adjuntos que entram na

composição da representação. A este último chamamos de *sistema periférico*. O **sistema periférico** (ou elementos periféricos) desempenha um papel fundamental no funcionamento e na dinâmica das representações, constitui a parte operatória da representação e visa proteger a significação do NC. De acordo com Mazzotti (2002), Abric destaca 5 funções do sistema periférico no funcionamento das representações sociais:

- 1) *Concretização do NC*: em termos ancorados na realidade, imediatamente compreensíveis e transmissíveis;
- 2) *Regulação*: que consiste na adaptação da representação às transformações do contexto, integrando novos elementos ou modificando os outros, em função de situações concretas com as quais o grupo é confrontado;
- 3) *Prescrição de comportamentos*: os elementos periféricos funcionam como esquemas organizados pelo NC, garantindo o funcionamento instantâneo da representação como grade de leitura de uma dada situação e, conseqüentemente, orientando tomadas de posição;
- 4) *Proteção do NC*: o sistema periférico é um elemento essencial nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central da representação absorvendo as questões novas suscetíveis de por em questão o NC;
- 5) *Modulações individualizadas*: é o sistema periférico que permite a elaboração de representações relacionadas à história e às experiências pessoais dos sujeitos. (MAZZOTTI, 2002, p. 22, grifos do autor).

Flament (1994) põe em evidência a importância da “periferia”, ressaltando que é através delas que as representações aparecem no cotidiano e que o funcionamento do NC não pode ser entendido senão por meio de uma dialética com os aspectos periféricos. Para que um elemento central seja definido, antes é necessária uma comparação com a condicionalidade periférica, para que assim, apareça os elementos incondicionais e inegociáveis e, portanto, pertencentes ao NC.

O quadro a seguir, foi proporcionado por Flament (1994) e aborda as principais características distintivas entre os sistemas central e periférico:

Núcleo central	Sistema periférico
Ligado á memória e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente e rígido	Flexível, suporta contradições
Resiste à mudança	Se transforma
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Gera a significação da representação e determina sua organização	Permite adaptação à realidade concreta e à diferenciação

Quadro 1- Características do sistema central e periférico

Com o resumo das características destes dois sistemas descrito acima, Abric, resolve a aparente contradição entre “de um lado rigidez, estabilidade e consensualidade e, de outro a flexibilidade, a sensibilidade às transformações e as diferenciações individuais, que caracterizam as representações sócias” (MAZZOTTI, 2002, p.22). A partir do que foi apresentado até aqui acerca da importância da abordagem estrutural das representações sociais, é importante ressaltar os vários saltos que esta proposta trouxe a Teoria das Representações Sociais originalmente proposta por Serge Moscovici. Veremos a seguir alguns desenhos metodológicos que foram desenvolvidos e aperfeiçoados a partir da TRS.

1.2.1 A metodologia das representações sociais de acordo com a abordagem estrutural

As pesquisas em representações sociais tem como característica marcante a utilização de uma gama de métodos e técnicas diversificadas e contínuas. Tal como coloca Sá (2002), o campo das representações sócias, pela própria natureza, ou seja, pelas formas modernas e específicas de estudo do conhecimento prático na vida cotidiana, tem sua base firmemente repousada sobre atividades de pesquisa empírica. Devido a sua problematização, por conta da complexidade e também diversidade dos tipos de manifestação dos fenômenos, há uma série de discussões e críticas metodológicas conduzidas ao campo das representações sociais.

Abric (1994, p. 53) proporcionando uma visão à metodologia utilizada na coleta de dados das representações sociais diz que “o estudo das representações sociais coloca dois problemas metodológicos desafiantes: o da coleta das representações sociais e da análise de dados obtidos”. Neste sentido, o referido autor ressalta a importância do método aplicado está devidamente em acordo com a natureza do objeto de estudo, com as suas considerações empíricas e a metodologia deve harmonizar com todo o suporte teórico que sustenta e justifica a investigação.

Segundo o referido autor (1994) uma representação social se define a partir de dois componentes: por um lado o seu conteúdo e por outro lado a sua organização (a estrutura interna da representação), deste modo, deve ser investigado não somente o conteúdo da representação, mas, também a sua estruturação. O estudo das representações sociais requer métodos que permitam identificar os elementos constitutivos da representação e o núcleo central da representação, é desta forma que se torna possível então, verificar tanto a centralidade como a hierarquia dos elementos.

Conforme nos diz Abric (1994, p. 54), a pesquisa é dividida em três etapas sucessivas de coleta de dados conforme os seus objetivos, assim, ele propôs um esquema sequencial contendo os objetivos “gerais” da construção do objeto de pesquisa pela teoria do núcleo central. Vejamos:

1. A identificação do conteúdo da representação;
2. O estudo das relações entre os elementos, sua importância relativa e sua hierarquia;
3. A determinação e o controle do núcleo central

Ele descreve os métodos disponíveis para a coleta de dados em cada uma dessas etapas descritas acima. Quanto à avaliação do conteúdo de uma representação utilizam-se os **métodos interrogativos**, que incluem dentre os listados: entrevista, questionário, desenhos e suportes gráficos e os **métodos associativos**, que incluem evocação livre e mapas associativos e outros, é realizado pelo próprio sujeito pesquisado, a fim de que seja descartado qualquer influência ou interpretação errônea pelo pesquisador.

Quanto à determinação e o controle do núcleo central, Sá (2002, p. 107) elucida que é nesta terceira etapa que a construção do objeto de pesquisa informada pela teoria do núcleo central assume sua especificidade metodológica plena. Segundo Sá (2002), nela utilizam-se os **métodos de levantamento ou de identificação das cognições centrais**, estes, encontrados em Moliner (1994).

Segundo Sá (2002, p. 114), Moliner sugere uma classificação dos métodos de pesquisado núcleo central em dois principais grupos: *métodos de levantamentos* dos possíveis elementos do núcleo central “que envolvem a colocação em evidência e da conexidade e cujos resultados só permitem a formulação inicial de hipóteses quanto a constituição do núcleo”; e os *métodos de identificação* “a partir das cognições inicialmente levantadas, daqueles elementos que efetivamente compõe o núcleo central, mercê de seu valor simbólico e/ou associativo”.

Para Sá (2002), Moliner atribui quatro propriedades distintas às cognições centrais que são: valor simbólico; poder associativo; saliência e conexidade na estrutura. Estas são divididas em propriedades qualitativas e propriedades quantitativas. O valor simbólico e o poder associativo correspondem às propriedades qualitativas, já a saliência e a conexidade da estrutura, correspondentes às quantitativas.

Cabe agora listar alguns dos principais métodos e técnicas de levantamento da saliência e conexidade dos elementos da representação desenvolvidos pelo o Grupo Midi que

possibilitam um levantamento inicial dos elementos mais suscetíveis a compor o núcleo central.

Principais métodos de levantamento do NC quanto à **saliência** dos elementos de uma representação:

- **Associação livre:** a partir de um termo indutor proposto pelo pesquisador pede-se ao sujeito que digam as palavras que lhe vieram imediatamente à lembrança. De acordo com Abric (1994, p. 66) a vantagem deste método é que “a associação livre permite a atualização de elementos implícitos que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas”.

- **Hierarquização de itens:** Sá (2002) acrescenta que este método também pode ser utilizado para a produção de medidas de saliência diferenciadas das diversas cognições de uma representação. Sobre seu procedimento, é pedido para que o sujeito escolha em uma lista preestabelecida a partir de entrevistas exploratórias, os itens que considera mais importantes do objeto da representação pesquisada. Este método possui duas vertentes principais: *triagens hierarquizadas* desenvolvidas por Abric que consiste em:

- 1) Constituir a partir dos itens produzidos em uma tarefa de evocação livre um conjunto de elementos suficientemente grande (32 itens, em geral) para abarcar tanto os mais frequentes como outros pouco frequentes;
- 2) Apresentar esses itens aos sujeitos sob formas de fichas pedindo-lhes para separar em dois grupos 16 itens julgados mais característico do objeto estudo e 16 menos caraterísticos
- 3) Sobre os 16 itens retidos como mais caraterísticos, pede-se aos sujeitos para repetir a operação, separando os 8 mais ou os 8 menos caraterísticos ou representativos do objeto e assim, sucessivamente (SÁ, 2002, p.121);

Além das *escolhas sucessivas por blocos* em que é pedido aos sujeitos que escolham uma série de blocos, a partir de 20 itens inicialmente propostos. Segundo Abric, a vantagem deste método é “a de que ele possibilita uma abordagem quantitativa que permite comparar a importância relativa de certos elementos da representação em grupos diferentes” (ABRIC apud SÁ, 2002, p. 122).

- **Indução por cenário ambíguo:** comporta duas etapas onde “a primeira provê uma hipótese acerca da centralidade de certas cognições; a segunda a verificação experimental dessa hipótese”. (SÁ, 2002, P. 133). Sá diz ainda que:

A primeira etapa proporciona por certo, resultados relevantes, no sentido da delimitação do campo representacional, dos levantamentos dos elementos que discriminam o que o objeto da representação é e o que não é para os sujeitos. A segunda etapa focaliza na organização interna da representação, com as vista a uma identificação ou confirmação definitiva dos elementos que se supôs centrais. [...] (ibidem, p. 136).

Vejam agora, os métodos de levantamento do NC quanto à **conexidade** dos elementos de uma representação:

- **A constituição de pares de palavras:** Como coloca Abric (1994), neste método, pede-se ao sujeito que a partir *corpus* que ele mesmo produziu (por associações livres, por exemplo) para que constitua um par de palavras que lhes pareçam “ir juntas”, é pela análise de cada par constituído que será possível, compreender de forma mais abrangente o sentido dos termos utilizados pelos sujeitos, assim diminuindo uma eventual polissemia. O objetivo é de “apreender as estruturas esquemáticas da representação analisando as divisões efetuadas pelos sujeitos e seus fundamentos, a partir dos laços de similitude” (ABRIC, 1994, p.73).

- **Análise de similitude:** foi introduzida no campo das representações sociais por Claude Flament e constitui a principal técnica de detecção do grau de conexidade dos elementos da representação. Basicamente trata-se de “uma técnica de tratamento dos dados cuja influência na definição final dos resultados é já determinada, em boa parte, pelos procedimentos de coleta” (SÁ, 2002, p. 126-127), essa análise foi especificamente desenvolvida para adequar-se a construção de objetos de pesquisa no campo das representações sociais. Sá (2002, p. 128) diz ainda que esta estratégica metodológica envolve:

De início, a partir de um conjunto de dados pareados ou agrupados [...], o cálculo entre o índice de similitude entre cada par de itens. O mais simples destes índices (dentre os vários que tem sido propostos), consiste segundo Moliner (1994a), na relação entre números de co-ocorrências (número de ligações estabelecidos entre dois itens específicos) e o número de sujeitos envolvidos. Ou como diz Flament ‘admite-se que dois itens serão tanto mais próximos na representação, quanto um número mais elevado de sujeitos os trate da mesma maneira, calcula-se um índice de contingência que é um índice de similitude clássico.

Por fim, a pesquisa em RS tem se caracterizado por uma enorme diversidade de métodos e técnicas. Contudo, os esquemas metodológicos na pesquisa em representações sociais que aqui foram abordados são apenas alguns dos considerados principais citados por Abric (1994) e Sá (2002).

1.2.2- Considerações sobre a relação entre representações sociais e práticas sociais

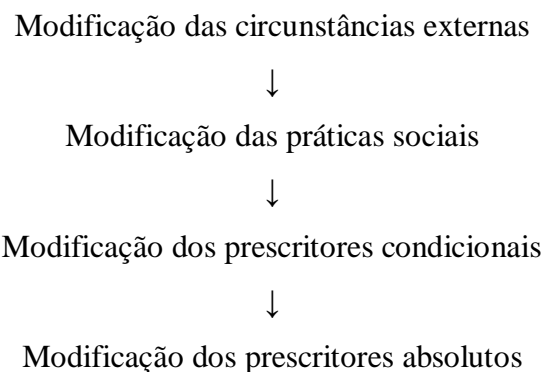
Abric (1994) faz uma correlação das práticas sociais e das representações, de acordo com autor, o domínio das práticas sociais ocupa um lugar pouco privilegiado na psicologia social. De acordo com Sá (2002) isso também parece valer no campo dos estudos das

representações sociais, onde o tratamento sistemático desta questão é mais trabalhado é precisamente pela abordagem do núcleo central.

Abric, em sua obra *Práticas Sociales y Representaciones* em 1994 faz uma série de reflexões que levam a seguinte questão: são as práticas sociais que determinam as representações ou as representações sociais determinam as práticas sociais? Ou as duas são indissociavelmente ligadas e interdependentes? Sá (2002, p.88), nos diz que Abric “acaba privilegiando em sua análise a determinação das práticas pela representação, provavelmente porque as demonstrações empíricas disponível no campo das representações sociais se encaminham predominantemente nessa direção”. Para análise destas questões, ele cita três fatores determinantes no papel das práticas sociais na constituição das representações: os *fatores culturais, os fatores ligados às normas e valores e os fatores de ação do sujeito*.

Segundo Sá (2002), Claud Flament (1994) propõe um esquema descritivo e outro explicativo que se baseiam na hipótese condicionalidade como fator de transformação das representações sociais sob o fator das práticas sociais. De acordo com seu esquema sequencial descritivo, para que uma transformação nas representações sociais ocorra, é preciso que ocorra:

Tabela 1 - Esquema acerca da dinâmica da mudança representacional – fonte Abric 1994



Modificação nas circunstâncias externas: que se referem “a qualquer estado do mundo fora da representação social, ou seja, dependente de uma causalidade estranha à representação social”.

Modificação das práticas sociais: considerando que as práticas sociais são de algum modo a interface entre circunstâncias externas e prescritores internos da representação; “são comportamentos globais que evoluem para se adaptar às mudanças das circunstâncias externas”.

Sobre os dois últimos que se referem à **modificação de prescritores condicionais e modificação dos prescritores absolutos** (núcleo central), Sá comenta:

Considerando no funcionamento do cotidiano das representações são as prescrições –absolutas e condicionais- que determinam o engajamento dos indivíduos ou grupos em determinadas práticas, configuradas de tal ou qual maneira, deve-se esperar, segundo Flament, que esses “prescritores” tendam a “absorver” as eventuais modificações das práticas, ocorridas em função de algum fator circunstancial. A partir dessa suposição, o autor dá conta dos processos de modificação ao nível propriamente representacional dos últimos dois elementos do esquema. (SÁ, 2002, p. 92).

Avançamos agora, à proposição explicativa de Flament para as transformações das representações sociais, apresentado por ele de forma aparentemente simples. De acordo com Flament (1994) tudo se passa de tal modo que cada indivíduo envolvido no processo, possa assim dizer “nas circunstâncias, eu faço alguma coisa não-habitual mas, eu tenho *boas razões* para isso” (FLAMANT, 1994, p. 50, grifos do autor). Ele postula que “quando falamos de boas razões no nosso modelo, estamos considerando que o meio de reestabelecer o equilíbrio é, se não claramente consciente e explícito, ao menos explicitável pelo próprio sujeito” (ibidem, p. 53).

Sá, diz que o caráter público assim exigido dessas “boas razões” permite distinguir dois casos de sua invocação: as boas razões são geradas pelo sistema condicional da representação; as boas razões são tomadas da cultura global, fora da representação social considerada.

Em suma das ideias elaboradas por Flament a respeito das mudanças das práticas sociais e sua relação com a mudança das representações sociais aqui apresentados, conclui-se que as modificações das circunstâncias vão remeter a esses “bons motivos” que nada mais são do que cognições condicionais que justificam a emergência de novas práticas, se essas novas práticas sociais persistem ao longo do tempo e passam ser percebidas como irreversíveis, o núcleo central pode ter sua composição alterada e assim surgir uma representação diferente do objeto, porém se estão ao nível dos prescritores condicionais (sistema periférico- negociáveis) a estrutura central é mantida.

Na expectativa de termos proporcionado ao leitor ao menos uma compreensão básica sobre a importância das representações sociais nas relações, laços e comportamentos sociais a partir do momento em que nos possibilitam atribuir julgamentos (sobre o que seria certo/errado, bonito/feio, por exemplo) e guiar as nossas ações, daremos um passo à frente na discussão proposta nesta pesquisa: compreender como as representações sociais se articulam às noções e rotulações dirigidas e delegadas ao gênero, isto é, aos significados de ser “homem” e ser “mulher” indicando e conferindo-lhes identidades, funções, atributos e

incumbências sociais. Para tanto, devemos apresentar o objeto de estudo da presente pesquisa que engloba as noções de **ser HOMEM e ser MULHER**.

CAPÍTULO II ENTRE O ROSA E O AZUL

Falar em gênero é desnaturalizar o mundo – desiludir-se com a natureza, preciso ser honesta, é um baita sofrimento para aqueles que preferem não pensar. Desnaturalizar o mundo é devolver potência de agência, ou dito mais simplesmente, assumir o poder de escolha para nós humanos, como sujeitos da história. Não é do além-mundo que os sentidos e destinos serão criados. É da vida na história.
(DINIZ, 2016, p. 3)

Este capítulo tem por objetivo apresentar os principais aspectos históricos que contribuíram para atribuição dos significados de ser homem e ser mulher. Ou seja, dedica-se em investigar quais são os possíveis pontos que colaboram para o conjunto de padrões e expectativas de comportamentos dirigidos aos homens e mulheres. Para tanto, o texto a seguir divide-se em três principais momentos: no primeiro momento trataremos do estabelecimento da família patriarcal e as consequências que essa estrutura produz nas desigualdades de gênero brasileira; no segundo momento discutiremos sobre a imposição social de comportamentos de gênero baseado na dicotomia sexo/gênero; e por fim, no terceiro momento trataremos da diversidade das identificações (ou não identificações), apresentando um glossário.

Como já dito na introdução desta pesquisa, falar em gênero tem despertado uma série de repercussões na atualidade e vem causando manifestações de posições regressistas e conservadoras, sobretudo quando se fala no contexto escolar, porque “[...] talvez, pronunciar gênero seja sofrimento para os que sustentam haver ordem natural na vida”. (DINIZ, 2016, p.3). Com isso, é possível observar que o tema em questão exige um empenho desconstrucionista que possibilite um repensar que vá além dos ideais biologicistas que lhe é conferido e repercutido no decorrer dos tempos através dos mais variados discursos.

Por via de regra, o saber comum considera que ser de tal sexo significa ou deve significar consequentemente ser de tal gênero; isto é, sempre colocado em uma ordem heterossexual. Assim, é atribuído ao gênero uma espécie de "essência humana" que seria responsável por direcionar os comportamentos dos indivíduos como homens e mulheres.

O gênero tem uma importância central na vida pessoal, no estabelecimento das relações sociais e na cultura. Em seu uso mais comum, o termo gênero significa “a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão entre fêmeas e machos” (CONNEL; PEARSE, p. 46). De acordo com Debora Diniz, (2016, p.3) “falar em gênero é desnaturalizar

o mundo – desiludir-se com a natureza, preciso ser honesta, é um baita sofrimento para aqueles que preferem não pensar”.

Embora o gênero seja um tema medular no que diz respeito à justiça, a identidade e até mesmo a sobrevivência, sobre ele se debruçam uma série de preconceitos, mitos e desinformações.

No cotidiano, tomamos o gênero como algo dado sob o sexo a partir das diferenças biológicas e o indivíduo é interpelado a seguir fielmente os regimentos do “código azul” (pênis) ou do “código rosa” (vagina). Reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher quase que instantaneamente, pelos seus gestos, roupas, forma corporal, tudo o que envolve o social é organizado em torno desta distinção entre homem e mulher, como por exemplo, as cerimônias de casamento, esportes, uniformes escolar, uniformes de empresa etc.

Esses arranjos sociais em torno do gênero são tão familiares que parecem fazer parte de uma certa natureza que os determinaria ser como são, de tal modo que quando alguém não segue padrões que foram naturalizados, outras pessoas se escandalizam. Um claro exemplo disto é como a homossexualidade é classificada e difundida (por muitos anos e ainda hoje) como uma aberração, uma patologia. Ou seja, neste tipo de pensamento está a ideia de que em algum momento ocorreu um “erro” na natureza deste ser ou até mesmo que ele decidiu ir contra essa natureza, com isso este indivíduo é ora patologizado, ora demonizado.

A questão de gênero é uma questão emergente, em várias partes do mundo e em diferentes religiões, havendo, inclusive, punições severas baseadas na desigualdade gênero. A respeito disto, Connell e Pearse (2015) relatam em seu livro sobre criminalização do adultério *feminino* na Charia que é uma lei religiosa islâmica, este tipo de legislação e punição social são partes de um esforço para controlar os comportamentos, manter uma coesão social, regular e normatizar as práticas sociais e as atividades dos indivíduos. É diante desta lógica, que, de modo geral, o mundo se mostra hoje com impasses urgentes ligados ao gênero.

Tomando ânimo em tais questões, propomos nesta pesquisa a reflexão sobre como as categorizações de gênero, o processo de heteronormatização dos corpos e o atributo de uma essência às identidades generificadas dos indivíduos dão suporte aos protótipos do que é ser “homem” e ser “mulher”. No tópico a seguir vamos tratar de como tais questões que foram desenvolvidas no decorrer da história corroboraram/corrobora para a **hierarquização** do gênero

2.1 O patriarcalismo como dominação

Segundo Scott, J. (1990), o patriarcado é uma estrutura social em que as relações são controladas a partir de duas diretrizes fundamentais: as mulheres são hierarquicamente inferiores aos homens, e os jovens por sua vez estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos patriarcas da comunidade. Definido como a supremacia do homem nas relações sociais, o patriarcalismo configura-se como um domínio social que centraliza o poder na figura do homem ou do masculino. É baseada na própria ideia de *paters*, ou seja, figura do pai. O sistema patriarcal sustenta o capitalismo e esta nas diversas esferas da vida pública, privada, política, educacional e religiosa.

Na sociedade brasileira não é difícil notar sua expressão, está presente na violência de gênero de forma psicológica, na violência física e explícita, ou nas desigualdades entre homens e mulheres manifestada das formas mais sutis e veladas possíveis. Por isso, daremos importância em destacar o surgimento e a manifestação da cultura do patriarcado, já que a violência, o preconceito contra mulheres e as desigualdades se perpetuam pelo machismo estrutural que é amparado na estrutura social do patriarcado.

De acordo com Stearns (2010), por volta do quarto milênio a.c., um número de sociedades estava começando a avançar em direção a um novo ciclo de organização chamada “civilização”. Conforme as civilizações iam se desenvolvendo a partir dos contatos e das limitações das trocas, todo sistema de gênero, isto é, as relações entre homens e mulheres, as determinações de papéis e definições dos atributos de cada sexo, foram tomando uma nova configuração também. Stearns esclarece que nesta fase histórica:

O deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres. Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram relativamente baixas e mantidas assim em parte pelo aleitamento prolongado. Em consequência disso, o trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muito frequentes e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino. (STEARNS, 2010, p. 32)

A partir disto a plantação tornou-se de total responsabilidade dos homens, a mulher prestava assistência vital, mas era incumbência do homem suprir a maior parte dos alimentos. Simultaneamente, “os sistemas culturais, incluindo religiões politeístas, apontavam para a importância de deusas, como geradoras de forças criativas associadas com fecundidade e, portanto, vitais para a agricultura” (STEARNS, 2010, p.32).

Considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX, o escritor Gilberto Freire (2001) retrata que a família brasileira (tanto no campo como na cidade) se formou a partir do regime patriarcal sob a influência da miscigenação de três culturas: indígena,

européia e africana. A família funcionava como um núcleo principal composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos e um núcleo de membros considerados secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos).

No Brasil, o patriarcalismo teve grande influência da colonização portuguesa. Durante o período colonial e Imperial, onde as relações sociais e econômicas se davam no meio rural, os homens eram considerados agentes mais importantes da alta sociedade, tendo a posse de terras, da produção agrícola, dos escravos e do destino de sua família. As mulheres deveriam seguir as condições impostas pelos seus maridos, sem direitos a posses e a decisões, devendo cuidar do lar. Dessa forma, as vidas das mulheres passaram a ser definidas em termos de maternidade, dos cuidados com as crianças e com o ambiente familiar. De acordo com Stearns (2010), este foi o cenário ideal para o novo e penetrante patriarcalismo.

Com o passar dos tempos, o reforço da imagem da mulher associada aos cuidados acabou por cristalizar que esse papel social era na verdade uma “essência” feminina, sobretudo voltada à maternidade, estabelecendo uma diferença crucial entre o homem e a mulher. É sob essa articulação que se pautou a ideia de uma separação entre natureza e cultura, onde a mulher é colocada do lado da natureza e, portanto, do lado da maternidade, enquanto o homem é situado no pólo da cultura, do trabalho. Assim, gradativamente o corpo da mulher vai sendo entendido como um *locus* destinado exclusivamente à reprodução.

A concepção de uma natureza feminina voltada para as questões “emocionais” colocavam as mulheres numa posição oposta à ciência, já que supostamente essas características as tornariam inadequadas ao pensamento conceitual; o modelo imaginário da mulher fica voltado para a intimidade do lar, surgindo sobre a figura feminina uma visão de sexo frágil em detrimento ao homem. Segundo Fortes (1998, p.288; grifos meus).

Paralelamente a isto, construiu-se a idéia da mulher como uma criança ou como tendo um caráter semelhante ao dos povos primitivos. Infantil e primitiva, *mais frágil e menos evoluída do que o homem*, a mulher precisa então de uma tutela: a tutela de um marido do qual será dependente, tal qual uma criança. Assim, enquanto ao homem cabiam os atributos da razão, da abstração e do conceito, presentes no espaço público, à mulher ficaram designadas as necessidades físicas, do coração e da alma, que se revelariam no espaço privado.

A medicina higienista passa a reforçar a dupla imagem feminina de mãe e esposa, a mulher que não correspondesse a esta imagem seria considerada antimoral e antinatural. Vista como uma expressão da patologia, em meados do século XIX, a Academia Imperial de Medicina começa a organizar debates sobre a mortalidade infantil no Rio de Janeiro, sendo formado uma série de manuais sobre a gravidez e parto. Desde aquele momento, as famílias e em especial as mulheres eram constantemente avaliadas em sua função vista como “natural”.

De acordo com Santos nascia “o projeto de moralização da sociedade brasileira” (SANTOS, 2009, p.2) sendo necessário normalizar a sociedade a fim de discipliná-la e conduzi-la ao progresso. Para isso, era necessário organizar a “família brasileira com vista ao estabelecimento da saúde psíquica e física que garantisse filhos saudáveis” (ibidem).

A mulher branca passou então a ter a função de transmitir para o marido e para as crianças os discursos morais da estrutura social, de modo que isso a valorizou aos olhos da moral social. Contudo, era primordial a submissão da mulher em relação ao marido, sendo ele o senhor de todas as decisões a posição inferiorizada da mulher era nitidamente demarcada no contexto social patriarcal.

Evidencio que se trata de um brevíssimo histórico do patriarcalismo no Brasil e que essa discussão requer que situemos um contexto racial mais específico, visto que neste mesmo período histórico, a realidade da mulher branca e a realidade da mulher negra e pobre são de cenários diferentes (como é ainda hoje?), mas por hora, não será possível adentrar neste texto. Contudo, talvez tenha sido possível ao leitor identificar ao menos como o modelo patriarcal relaciona instâncias públicas e privadas da vida social e é uma estrutura bastante comum na sociedade humana presente nas organizações, práticas e relações sociais brasileiras.

O patriarcalismo vem da antiguidade e vai se adequando de acordo com cada sociedade, porém a sua substância se mantém. Ou seja, o homem enquanto líder profissional, líder religioso, líder familiar e etc, e a mulher enquanto sua subordinada.

Agora cabe fazer alguns apontamentos de como o chamado patriarcado e a cultura do machismo (originária do patriarcalismo) operam no contemporâneo e afetam as mulheres em duas principais dimensões: familiar e profissional. Veremos também as conquistas feministas que foram e vem sendo alcançadas.

2.2 O patriarcado contemporâneo: lutas por igualdade

O patriarcado associa a biologia à cultura no sentido de diferenciar os papéis sociais baseados em papéis sexuais. Em geral ainda na conjuntura atual há inúmeras discussões sobre a desigualdade de gênero, que nada mais são do que um efeito desta lógica de predisposição comportamental de acordo com seus órgãos sexuais. Por que ainda hoje, século XXI, discutimos sobre cargos de maior importância cultural ser destinados a homens, enquanto que cargos de importância familiar ser relegados às mulheres? Por que ainda falamos sobre salários extremamente desiguais? O que sustenta isso? Por que parece ser tão difícil uma relação de gênero igualitária?

Segundo Aguiar (2000), os sentidos do patriarcado caracterizado pela supremacia masculina ainda culmina na desvalorização da identidade feminina e também em sua atribuição funcional para procriação.

No âmbito familiar, vemos como o patriarcalismo possui grande influência na nossa formação enquanto indivíduos. Tarefas domésticas facilmente são atribuídas e relegadas às mulheres como cozinhar, passar e especialmente educar os filhos. Sobre este último inclusive, por vezes diante de uma cena da chamada “birra de criança” a pergunta que se levanta comumente é: “essa criança não tem mãe? cadê a mãe dessa criança?”. Expressões supostamente inofensivas como estas só demonstram o quanto é enraizado a conexão mulher/mãe/família.

A ideia de que existe uma diferença natural determinada pelos sexos dos indivíduos, ou que há uma essência interior que determina o homem ser “forte” e a mulher “frágil” é a base para todos os padrões sociais de gênero que privilegiam os homens em todas as esferas da vida, uma vez que esse pensamento sustenta que os homens:

[...] os estereótipos de gênero, em particular os estereótipos sobre as mulheres, restringem direitos e violam a igualdade entre homens e mulheres. Um estereótipo é uma visão abrangente ou preconceituosa de atributos e características que alguns grupos ou indivíduos possuem ou mesmo que a sociedade espera que possuam. No campo de gênero, estereotipar é uma ação política de controle sobre os corpos das mulheres. (DINIZ, 2016, p. 3)

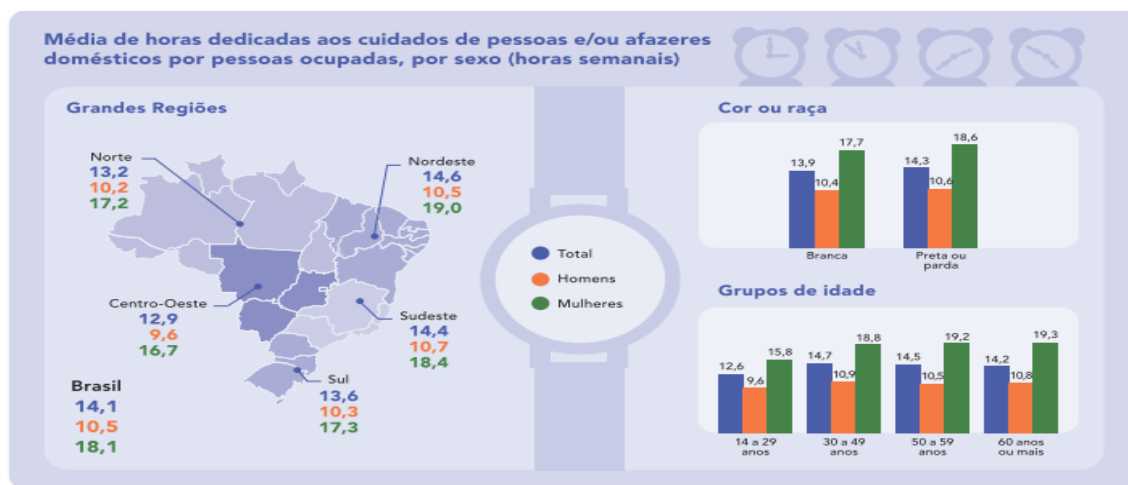
De acordo com Nogueira (2016), no contexto desta citação acima se faz evidente o que ele chama de “dupla moral sexual” em relação às mulheres, no sentido em que a sexualidade feminina é tolhida e reprimida em comparação com a masculina, por exemplo, a condenação social do adultério matrimonial quando é praticado por mulheres é negativamente potencializada moral e socialmente, enquanto para os homens a sexualidade é sempre estimulada. Este é um exemplo de muitos dos privilégios sociais que os tem homens pela consideração de sua “natureza”.

Muito embora as mulheres venham cada vez mais conquistando seus espaços e direitos, ainda não há alterações significativas nos deveres familiares condicionados aos homens e as mulheres na estrutura tradicional da família. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgada pelo IBGE em 2018, as mulheres dedicam em média 21,3 horas por semana com afazeres domésticos e o cuidado de pessoas, quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas – 10,9 horas. “A diferença entre sexos no cuidado de pessoas não se mostrou tão discrepante quanto em afazeres domésticos, mas a mulher, além de cumprir mais tarefas, também tem peso muito maior em obrigações mais essenciais nos cuidados do dia a dia”, frase finalizada pela analista do IBGE.

A figura da de esposa/mãe moderna passa a obter características de independência em relação ao marido, busca pela carreira profissional de sucesso e independência financeira, porém, não é louvável aos olhos da sociedade que seja prejudicada sua dedicação ao lar e a família.

No âmbito profissional é precisamente esse dever para com os filhos e atividades domésticas que acaba gerando outra dificuldade para mulher: como dar conta de assumir a carreira profissional sem prejudicar o dever de mãe e chefe do lar? Como ter tempo para realizar tantas funções simultaneamente? Houve mudanças em relação aos papéis sociais feminino? Como dito, a carreira profissional atualmente é valorizada aos olhos sociedade atual, contudo, em contrapartida as cobranças como cuidar dos filhos e afazeres do lar não sofreram mudanças de impacto.

Há uma sobrecarga evidente e factual sustentada por “resquícios” da ideologia patriarcal que se baseia na ideia de que mulheres são “naturalmente” inclinadas aos cuidados da família e do lar. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2016, as mulheres ainda dominam amplamente o ranking de cuidados domésticos ou pessoas. Vejamos os resultados obtidos na pesquisa do IBGE



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016¹

A divisão sexual do trabalho foi a primeira dimensão de gênero a ser reconhecida nas ciências sociais, e segue sendo o centro da maioria das discussões sobre o gênero na antropologia e na economia, visto que em muitas sociedades e situações a noção de “trabalho de homem/trabalho de mulher” é bastante demarcado. A figura feminina quase sempre é ligada a visão de sexo frágil, à delicadeza e o descontrole emocional.

¹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101674_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 06/07/2020

É por essa proposta do modelo imaginário de mulher voltada para a intimidade de um lar que se sublinha um importante ponto ainda em questão: a desigualdade salarial entre homens e mulheres no desempenho de uma mesma função. De acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ainda ganham menos do que os homens no mercado de trabalho. Mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país.

Nogueira (2018) diz que o modelo estabelecido homem-provedor e mulher-cuidadora ainda vigente consente com a ideia de que a mulher arque em forma unilateral, quando não exclusiva, com as atividades de cuidado e assistência aos membros da família e seu engajamento no mercado de trabalho permanece marcado por esse papel.

Com isso, é possível afirmar que os arranjos de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fonte de injustiça e dano. Isto significa que o ser homem e o ser mulher é inerentemente político, mas também significa que essa política pode ser complicada e difícil, é o que coloca Diniz:

Por isso, entendo gênero como uma norma política que nos forma e conforma (Diniz, 2015b): ao nascer, somos sexadas – meninas ou meninos é a retórica binária que nos move. O binarismo sexual se crê soberano pela natureza; essa é a falácia moral que o texto sobre gênero tenta nos provocar, daí seu caráter insuportável. Não é o corpo com esse ou aquele desenho que grita a sexagem como uma identificação, mas é a moral sobre os corpos que classifica a matéria. (DINIZ, 2016, p. 4)

Na ordem do gênero, a desigualdade e a opressão têm levado repetidamente demandas por reformas. Lutas por salários iguais, direito ao voto, por oportunidades iguais de emprego, por direitos reprodutivos e etc. vêm ocorrendo ao longo da história. Por volta do século XX, a mulher dá seus passos inaugurais para conquistar seu espaço social.

A nova mulher brasileira passou a ter direito ao registro em carteira profissional e a alguns benefícios sociais somente a partir de 1970, obtendo avanços que não se esgotaram até os dias de hoje e nem podem parar, visto que ainda há muito a conquistar e grandes riscos de se perder conquistas estabelecidas. Até hoje, século XXI, luta-se para resistir às situações de conflitos que perpetuam nos espaços sociais, como por exemplo, conseguir creche para os filhos pequenos para terem condições de procurar trabalho. Este ideal perdura até os dias de hoje, mas com uma dimensão valorativa diferenciada, os valores centrais que pretendem alcançar (e vem sendo alcançados) contemporâneos são de liberdade e democracia.

Por séculos, mulheres têm retratado sobre as desigualdades enfrentadas por causa do seu sexo. Nesta lógica é indispensável salientar a importância das conquistas já obtidas (e que

continuam sendo) do movimento político e social feminista, que luta pela igualdade de direito e de condições das mulheres na sociedade e que desde o século XIX vem ganhando cada vez mais espaço. A partir dele, as mulheres aos poucos foram abrindo espaço na sociedade patriarcal no comando de suas vidas, sem ter que viver sob o governo de um marido, sob suas ordens, submissas a esse poder imposto.

Como já pontuado, a injustiça de gênero não é um problema apenas de hoje, apesar de atualmente ser bastante discutido no campo do saber, ainda existe muito equívoco sobre o que é o feminismo, falta de informação e mesmo preconceito, o que contribui e muito para que parte da sociedade não compreenda a grandeza e relevância social da defesa dessa causa, que tem em seus pilares o combate à estrutura patriarcal.

No Brasil foram obtidas diversas conquistas substanciais e históricas, tais como: a liberação de meninas para estudar em colégios; acesso das mulheres nas universidades; direito ao voto; a criação do estatuto da mulher casada (1962) que permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar; a lei do divórcio (1977); e tantos outros.

Um grande marco que evidenciou o êxito da luta feminista se evidenciou na vigente Constituição de 1988 é a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil, ou seja, passaram a ser incluídas legalmente como cidadãs com os mesmos direitos e deveres dos homens.

As conquistas constitucionais da mulher a partir da Constituição de 1988 foram bastante expressivas na luta de combate às desigualdades de gênero. Vejamos a lista apontada pela jurista e advogada pública Flávia Piovesan (2007) que apresenta alguns dos principais ganhos jurídicos alcançados. São eles:

A) a igualdade entre homens e mulheres em geral (art. 5o, I) “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”; e especificamente no âmbito da família (art. 226, § 5o);

B) o reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 3o , regulamentado pelas Leis nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996);

C) a proibição da discriminação no mercado de trabalho motivado pelo sexo ou estado civil (art. 7o, XXX, regulamentado pela Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a

exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho);

D) a proteção especial da mulher no mercado de trabalho (art. 7º, XX, regulamentado pela Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho);

E) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (art. 226, § 7º, regulamentado pela Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, no âmbito do atendimento global e integral à saúde); e

F) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8º, tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados nos termos da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003).

Nos casos de violência e assédio as leis que contribuem e asseguram as mulheres são:

Lei Maria da Penha: Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que realiza ações de combate a violência doméstica contra mulheres. A lei tem esse nome em homenagem a Maria da Penha Fernandes, vítima de violência realizada por seu ex-marido, ela sofreu e sobreviveu a duas tentativas de homicídio, devido a fortes agressões, Maria da Penha chegou a ficar paraplégica. Devido a isto, passou a lutar pelos direitos das mulheres, se tornou um símbolo de superação no Brasil. A Lei Maria da Penha considera os diversos tipos de violências praticados contra as mulheres, contemplando a violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial e oferece às vítimas: prisão temporária do acusado, exame de corpo de delito, estipula distancia entre o acusado e a vítima, proteção policial e escolta.

Lei do minuto seguinte: Lei Nº 12.845, sancionada em agosto de 2013 e ainda pouco conhecida, esta lei foi criada para oferecer proteção às vítimas de violência sexual. Oferece atendimento imediato pelo SUS, sem que antes seja necessário fazer o boletim de ocorrência; com acolhimento médico, psicológico e social; exames preventivos de DST's; informações dos direitos legal e outros.

Lei Carolina Dieckmann: Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Embora não seja exclusivamente para mulheres, esta lei contempla um crime que ocorre com muita frequência a elas. Esta lei alterou o Código Penal na tipificação de crimes cibernéticos como violar dados de usuários e divulgar informações privadas (como fotos, mensagens etc). A lei

tem este nome devido invasão de um computador pessoal e acesso a fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann. O caso ganhou forte repercussão em maio de 2011.

Lei do Femicídio: Lei 13.104, esta lei alterou o Código Penal e estabeleceu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio incluindo no rol de crimes hediondos o assassinato de mulheres por razão de gênero. Sendo assim, quando uma mulher morre devido a uma violência física e/ou psicológica (até mesmo em causas de suicídio), pelo simples fato de ser mulher, o acusado pode pegar de 12 a 30 anos de prisão. De acordo com Diniz, o gênero foi palavra em disputa para aprovação da lei, contudo,

Optou-se por falar em mulheres e abandonar gênero – feminicídio é quando se morre pela condição da sexagem original da vítima. Só os corpos sexados como femininos ao nascer podem reclamar feminicídio. Mulheres transformadas, a exemplo das transmulheres, a lei silenciou sobre a proteção pelo feminicídio. Falar em gênero provocou arrepios nos legisladores, pois a palavra parece ser maldita. Gênero perturba a ordem moral da natureza, corpos sexados como machos podem ser mulheres no futuro. Mesmo oculto, é do gênero que a lei fala – as mulheres mortas são as que denunciam os abusos do patriarcado. (DINIZ, 2015, n.p).

Stealthing: *stealthing* (dissimulação, em português) crime que se enquadra no artigo 215 do código penal (violação sexual mediante a fraude), caracterizado pela conduta de alguém retirar preservativo durante uma relação sexual sem o consentimento da (o) parceira (o).

Apesar de todas as conquistas das mulheres nas últimas décadas, vale lembrar que ainda vivemos em uma sociedade patriarcal e bastante machista. Podemos observar no cotidiano brasileiro uma certa tolerância à violência contra a mulher e a propagação de discursos que reforçam a ideia de que “ser” mulher ou “nascer” mulher é um “fraquejo” em detrimento de “ser/nascer” homem. Ou matérias de jornal retratando como um elogio a mulher bela, recatada e do lar. Até quando perdurará o desrespeito?

Infelizmente não é incomum ouvirmos comentários de que mulher não nasceu pode executar determinada tarefa por ser “coisa de homem e não de mulher”. Embora muita coisa tenha mudado, ou melhor, venha mudando, a tão presente romantização da maternidade e do casamento traz ainda mensagem social de que uma mulher só estará *verdadeiramente* realizada se ela se casar (na ordem heterossexual) e/ou tiver filhos.

Há também comentários que justificam e minimizam a violência contra a mulher, como no caso do estupro ou assédio sexual, que por vezes resulta na culpabilização da própria vítima, seja por suas roupas, pelo local e hora em que estava etc. Outro fator são os direitos reprodutivos, que até mesmo em caso de estupros, o aborto é muitas vezes questionável e condenável mesmo que amparado por lei. Desde 1940, no Brasil, é permitido o aborto em

casos de gravidez decorrente por estupro e em casos onde há risco de vida para a mãe ou anencefalia do feto.

Apesar disto, vemos uma forte revolta social com casos legais de aborto, em contrapartida a Pesquisa Nacional de Aborto, realizada em 2015 pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis)² mostrou que ao menos uma a cada cinco mulheres entre 18 e 39 anos já tinha realizado pelo menos um aborto até os 40 anos, totalizando de quase 500 mil intervenções.

Com esses exemplos, podemos notar que em geral, tal como coloca Piovesan (2007) os ganhos constitucionais e legais não implicaram automaticamente na sensível mudança cultural, que, muitas vezes, adota como referência os valores da normatividade pré-1988. Nas palavras de Piovesan:

A real compreensão e incorporação social e normativa da concepção dos direitos das mulheres como direitos humanos implica, necessariamente, mudanças de valores e práticas culturais. Envolve, ainda, a real compreensão e incorporação do novo paradigma de justiça social e equidade na ordem político-jurídica e sócio-econômica interna, para que no plano legal, das políticas públicas e da aplicabilidade da lei possam ser implementados, de forma adequada, os princípios de igualdade e não-discriminação proclamados na Constituição Federal de 1988, na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher, bem como nos vários instrumentos jurídicos internacionais ratificados pelo Brasil (PIOVESAN, 2002, p. 216).

Considerando isto, podemos ver o quanto é relevante falar sobre o movimento feminista, seus ramos e lutas, nas esferas e instituições de modo que preconceitos sejam de fato derrubados, pois as mensagens que criam e recriam imagens de mulheres e homens correspondem à ideologia que prevalece na sociedade. Nas relações que estabelecemos uns com os outros, no meio sociocultural que estamos inseridos, as leis e também as normas sociais dos grupos a que pertencemos, tudo isso configura o ser e o dever ser “homem” ou “mulher”.

Realizada esta brevíssima apresentação da história das atribuições de papéis de gênero a partir do patriarcalismo e os avanços constitucionais alcançados em busca da igualdade, podemos dar seguimento a um assunto iniciado, porém, pouco explorado nesta tópica: a ideia de uma essência e identidade inata atribuída aos sujeitos a partir do seu sexo biológico.

² Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 21/06/2019

2.3 Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim?: (Des) construindo sexo e gênero

Meninos vestem azul e meninas vestem rosa? Por que o homem não chora? Mulher tem mesmo que ser delicada? Estas são algumas indagações que nos instigam a compreender a construção social do ser homem e do ser mulher. No centro do senso comum sobre gênero está fixada a ideia de que existe uma diferença natural entre homens e mulheres, tais crenças são propagadas em diversas sociedades, se puxarmos a memória lembraremos que desde nossa tenra idade somos ensinados a nos comportar de determinada maneira de acordo com os ideais normativos de cada sexo: “pare de chorar, você é homem!” ou “tem que sentar direito, você é uma mocinha!”. Você já ouviu expressões como estas? Já se perguntou de onde vêm essas regras? Em algum momento você falou coisas do tipo aos seus filhos, netos sobrinhos etc.?

Falas como estas, tão comumente reproduzidas, revelam a existência do apontamento de uma norma para **ser** sujeito. Isso acontece até mesmo antes do nascimento; uma criança, mesmo antes de vir ao mundo, já é um sujeito apontado pela configuração familiar ideológica. Mesmo antes de nascer ela já possui um lugar predeterminado e específico (menino/menina), em que é "esperado" ocupar depois de concebida. Ou seja, quando uma mulher engravida já existe uma concepção do que é engravidar, do que é ser mãe, do que é uma menina, do que é um menino.

Além, disto a marca do gênero é tão forte, especialmente durante a gravidez que há uma “previsão” de como será a relação mãe-bebê pelo sexo da criança. No reflexo desta “previsão” estão expressões como: “ser mãe de menina é mais tranquilo”. No caso da mulher, além da categoria “mãe”, há uma subcategoria distintiva “ser mãe de **menino**” ou “ser mãe de **menina**”. A onda dos “chás-revelação” é um claro reflexo da determinação social de um gênero pelo que se mostra o “sexo”, dito natural.

Isso tudo preexiste e formam um conjunto de expectativas pré-elaboradas socialmente, que foram internalizadas pelos indivíduos, e que agora vão ser dirigidas aquele outro “indivíduozinho”, o lugar de ser sujeito dele já está definido de véspera, a própria declaração "É uma menina!" ou "É um menino!", institui um processo de pertencimento a tal gênero.

De acordo com Louro (2004), esta afirmativa (é), mais do que uma descrição, é compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo; de modo que se for do sexo (biológico) masculino (ter pênis) receberá um nome correspondente ao gênero masculino, não terá bonecas e sim carrinhos, espadas, bola de futebol; e se for menina (vagina), vai ser

vestida com roupas, laços, e cores típicos do gênero feminino. Não há espaço para outras possibilidades de SER que não sejam as genericadas.

Todas essas construções são legitimadas pelos mais variados discursos e precedem o corpo indicando as condições para que este ser se desenvolva e viva, até que um dia este indivíduo por si só diga "eu sou". O ato de nomear o corpo inaugura a diretriz cultural da masculinização ou feminilização com o qual o sujeito deve se comprometer.

As crenças nas diferenças sexuais “naturais” foram/são o solo dos papéis de gênero na designação do que é ser homem e do que é ser mulher. De acordo com Goffman (1975), papel é concebido como um conjunto de prescrições e proscricões para determinada inserção no meio social. Essa noção faz referência a uma gama de direitos e deveres considerados legítimos em uma determinada condição.

Sendo assim, os papéis e os conceitos atribuídos aos homens e as mulheres num dado contexto englobam aprovações, restrições e proibições que são apreendidas culturalmente e transmitidas. Tais pensamentos sobre a importância da divisão sexual nos comportamentos humanos se faz tão “natural” que estamos acostumados a prognosticar as personalidades e identidades possíveis de “homem” e de “mulher” (forte, calma, protetor, meiga etc.).

Neste contexto, as práticas sociais em relação ao gênero, desigualdades, violências e preconceitos estão diretamente ligados à como os corpos são interpretados e marcados culturalmente.

Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência dos seus corpos; a partir dos padrões e referências das normas, valores e ideais da cultura. A cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das suas mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marca de raça, de gênero, de etnia e até mesmo de classe e nacionalidade. (LOURO, 2020, p. 68-69).

O fato de que há uma diferença reprodutiva entre os corpos de homens e mulheres não é controverso, contudo o seu significado gera uma série de embates dentro de certas abordagens de gênero, “algumas tratam o corpo como uma espécie de máquina que manufatura diferenças de gênero, outras tratam o corpo como um tipo de tela em que a cultura pinta imagens de gênero e há aquelas que tentam grampear as imagens de tela na máquina” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 91).

A ideia de que há uma diferença natural (divina e/ou essencial) sobre os corpos é a base para os padrões sociais desiguais de gênero e se manifestam em variados formatos, por este motivo, em início daremos uma atenção especial a essa definição. Apresentaremos a

seguir a elaboração conceitual proposta pelas autoras Connel & Pearse, onde descrevem sobre três modelos dominantes das abordagens de gênero em relação ao corpo, são eles:

Modelo1: faz referência à visão do corpo enquanto uma máquina de gênero. Os ideais deste modelo vêm sendo usado para defender a ordem de gênero existente, e também ridicularizar algumas ideias feministas sobre os papéis de gênero. Esta visão coopera fortemente na questão das hierarquias de gênero, ao considerar os homens com grande “vantagem hormonal” automaticamente os garantem uma série de vantagens sociais em detrimento das mulheres. Mesmo com o avanço constante de pesquisas que se fundamentam neste modelo as autoras afirmam que:

Nenhuma diferença sexual em características psicológicas foi efetivamente comprovada enquanto resultado de mecanismos evolutivos. Está claro que o modo como o nosso corpo cresce e funciona é influenciado pela distribuição de comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação e medicina, para citar apenas as influências mais óbvias. Então não podemos pensar em arranjos sociais de gênero como mero efeito que flui de propriedades do corpo. (CONNELL; PEARSE, 2015, p.93)

Neste sentido, pode se afirmar que há uma co-construção do biológico e social.

Modelo 2: este modelo é radicalmente oposto à visão do corpo como máquina. Aqui há a ideia do central do corpo como tela em que a cultura pinta imagens do que é ser homem e do ser mulher. As autoras relatam que o feminismo da segunda onda se preocupou bastante com modo como o corpo das mulheres eram representados naquela época, isto deu origem ao histórico episódio conhecido como “queima de sutiã”. Embora a história aponte que não tenha sido queimado qualquer sutiã, o objetivo desta manifestação feminista era denunciar e acabar com a exploração comercial da imagem feminina.

A questão apontada neste modelo é que um corpo seria então doutrinado a partir das categorizações sociais sobre o gênero. Estudos como estes são muito influenciados por Michael Foucault que mostrou como os sistemas modernos de conhecimento dividiram as pessoas em categorias, e como estas se entrelaçam com técnicas de disciplina social que policiam os corpos. “A abordagem que vê os corpos como telas em branco, embora tenha sido maravilhosamente produtiva, também passa por dificuldades, visto que, enfatiza o significativo a ponto do significado desaparecer” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.96).

Partindo desta ótica, em que momento a estrutura simbólica se tornaria uma estrutura de gênero? Quais fatores determinam sua transformação?

O que torna uma estrutura simbólica em estrutura de gênero em vez de qual quer outro tipo de estrutura, é o fato de que seus signos se referem direta ou indiretamente à maneira como os seres humanos se reproduzem. Pesquisas pós-estruturalistas de alguma maneira exageram na docilidade dos corpos [...] corpos também são rebeldes

e difíceis. [...] Então, corpos não podem ser entendidos apenas como objeto do processo social. Participam por meio das suas capacidades, desenvolvimento e necessidades, por meio de sua resistência e de orientações definidas por seu prazer e por suas habilidades. Corpos compartilham da agência social, da geração e definição dos caminhos da conduta social. (CONNELL; PEARSE p. 97,98).

Ainda que este segundo modelo proponha a cultura como modeladora dos gêneros, é possível observar como o determinismo biológico permanece sendo um fator crucial nas atribuições e nas imagens sociais de homem e mulher, através das representações e significações do que é um corpo feminino e do que é um corpo masculino.

Modelo 3: por fim, no modelo 3 há uma suposta tentativa de sustentar tanto a noção do corpo enquanto máquina quanto a noção do corpo como tela em branco. Foi o que fizeram parte das teóricas feministas nos anos de 1970, propuseram uma nítida distinção entre “sexo” e “gênero”. Assim, neste modelo o sexo é concebido como um fato biológico e o gênero como uma questão decorrente do social. Quando surgiu este modelo, que distingue dois universos, foi considerado como uma inovação e utilizado para mostrar que a biologia não poderia ser justificativa para a questão da subordinação das mulheres aos homens (por ser um fato social). Porém, as autoras salientam que ainda assim que

A ideia de gênero como uma diferença escolhida culturalmente (“papeis sexuais”) não conseguiu explicar por que um lado dessa diferença, o masculino, era mais valorizado do que o outro. A separação do gênero a partir dos corpos ia de encontro ao desenvolvimento do feminismo que estava dando mais ênfase aos corpos. [...] A socióloga estadunidense Judith Lorber observa que, para qualquer indivíduo, o gênero se compõe de: categoria sexual; identidade de gênero; status marital e procriativo de gênero; orientação sexual generificada; personalidade generificada; processos de gênero (em interações cotidianas); crenças de gênero; expressão de gênero. (ibidem, p. 100).

Com a apresentação destes modelos sustentados em diversas abordagens, é possível notar o quanto universo do gênero é complexo, isto porque não é meramente falar sobre as diferenças sexuais reprodutivas ou sobre categorias fixadas, mas, é tratar especialmente de relações, identidades, práticas e representações construídas por grupos sociais com circunstâncias próprias e particulares.

A relevância social de falarmos sobre as significações do corpo na ideia do que é ser homem e do que é ser mulher, está na profundidade de como essas definições binárias moldam e interpelam o indivíduo na sua forma de existir e como repercutem nos atos de discriminação e preconceito contra a mulher e tudo que é ligado ao feminino.

A respeito disto vale pensar sobre o impacto da adesão popular da chamada “psicologia pop” (psicologia do senso comum) na noção de gênero, uma vez que traz justamente a ideia de que homens e mulheres são essencialmente diferentes, onde cada qual

teria seu próprio mundo com diferenças em capacidades, habilidades, pensamentos e emoções.

Não é incomum, sobretudo no contexto atual, vermos livros, cartilhas, artigos e revistas que garantem que homens e mulheres são completamente diferentes na sua comunicação, no seu modo de pensar, nas habilidades físicas e também de aprendizado. Tudo isto, posto como determinado pelo órgão sexual reprodutor. Este tipo de doutrinação e normas sobre uma diferença natural entre os gêneros causa fortes danos aos direitos trabalhistas das mulheres, ao processo de aprendizagem e também à identidade do sujeito, uma vez que o reconhecimento pelo outro é estruturante em todas as relações emocionais dos adultos e crianças.

Diante do cenário atual, observamos tais regras normativas de gênero sendo fortemente defendidas e ratificadas pelos discursos políticos, jurídicos, religiosos, etc., os sujeitos que escapam destas normas e promove uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão/são marginalizados, ora demonizados, ora patologizados.

Cumpramos observar a pauta de um grupo denominado *Movimento Ex-gays do Brasil* (MEGB), que se autodesigna como “a minoria das minorias” e diz reunir pessoas que foram “curadas” dos desejos homossexuais e da “ideologia de gênero”. Com isto, vemos como ideias relacionadas ao gênero e sexualidades precisam urgentemente ser repensadas e discutidas, uma vez que movimentos e manifestações como estas, que se mostram cada vez mais frequentes, são responsáveis por propagar ainda mais preconceitos, discriminação e desinformação em nossa sociedade.

Louro (2008) relata que aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura a partir dos discursos que são repetidos sejam eles da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. Assim, podemos entender que “gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado.” (LOURO, 2008, p. 1).

Então, a polarização dos gêneros (feminino x masculino) é feita segundo uma cultura, que coloca seu discurso e caracterização nos corpos de mulheres e homens. “São os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência acabe por se converter em definidores dos sujeitos” (LOURO, 2020, p. 80).

Nesta lógica, Boga (2018), diz que é importante que as questões de gênero sejam pensadas como produções discursivas, pois assim é possível compreender como as relações sociais são responsáveis pela constituição dos papéis sociais de gênero delegados aos sujeitos a partir de seus corpos. Para Scott (1990) “o gênero, como parte constitutiva das relações sociais que se fundam nas diferenças que são percebidas entre os sexos, se divide em quatro elementos inter-relacionados: a cultura, as normalizações, a política e a identidade subjetiva”. É também, “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1990 p. 23).

São os discursos que produzem e reproduzem os valores na sociedade. Sendo assim, quando a sociedade se pauta nos discursos da naturalização de uma norma específica a ser seguida para as experiências do gênero (masculino x feminino), outras expressões possíveis de vivência das identidades são subordinadas e/ou excluídas. Neste sentido, a autora Louro (2008) vai afirmar que:

[...] nada há de exclusivamente natural nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. *Os corpos ganham sentido socialmente*. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2008, p. 6; grifos meus).

Deste mesmo modo também coloca Butler (2003), ao considerar que a matriz normativa do gênero se fundamenta na suposição da existência de um gênero inteligível. Desta forma, o sujeito que nasce com determinado órgão genital, deverá ter comportamentos e desejos predeterminados e socialmente aceitos. Segundo a mesma, trata-se de uma ilusão de um núcleo autogênero e este determinismo de uma categoria sobre a outra cria os papéis de gênero com suas atribuições sociais hierárquicas onde o homem sempre esta no topo.

Scott (1990) define os papéis de gênero como a forma de significação para as relações de poder, uma primeira forma de dar sentido a essas relações. Por isso, para se entender como essas desigualdades se produzem e reproduzem na dinâmica social é necessário se analisar aquilo que se determinou sobre sexo/gênero, como categorias responsáveis pela hierarquização das diferenças entre as identidades.

Entender o conceito de gênero é importante para a análise das relações sociais, uma vez que isso permite a compreensão de como é feita a atribuição de papéis e características masculinas e femininas em processos de socialização e como essas atribuições constroem hierarquias na dinâmica social. Portanto, as questões de gênero estão presentes em todo o processo de socialização dos sujeitos e as

características de gênero, discursivamente atribuídas a eles, é que serviriam de orientações para definir quais os papéis devem e podem assumir nas relações sociais. As características construídas socialmente sobre o gênero, no entanto naturalizadas no processo histórico-político de formação da sociedade, apoiadas em discursos da biologia e da psicologia da “diferença sexual”, serviram como justificativa para as desigualdades existentes entre os sujeitos categorizados como masculinos e femininos. (BOGEA, 2017, p.2)

O gênero é “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1990 p. 23). Logo, pode-se concluir que as identidades de gênero são formadas a partir da interação desses elementos no meio social, uma vez que não há um "si" inseparável do social, ou seja, ele só pode ser compreendido em suas interações com outros "eus”.

Nesse sentido, segundo Scott, os estudos sobre gênero devem apontar para a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino versus feminino” e a importância de sua historicização e “desconstrução” nos termos de Jacques Derrida – revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas. (SOIHET, 2013, p. 79).

Nessa perspectiva, as características atribuídas aos gêneros são formadas a partir de elementos sociais; daquilo que está presente na constituição da sociedade e são aceitáveis, tais características estabelecem a hierarquização dos gêneros, por meio da produção de sentidos que indicam perfis mais ou menos valiosos no âmbito social, colocando por vezes a mulher/feminino como parte “mais fraca”.

Em suma, pensar nos significados de ser homem e ser mulher a partir das configurações que constituem a nossa sociedade é algo extremamente desafiador, complexo e necessário. Considerando os pontos até aqui apresentados, podemos afirmar que as questões que envolvem o gênero estão relacionadas aos mais variados discursos e significações de acordo com cada sistema cultural, lugares e tempos específicos que interpelam os sujeitos através de estruturas normativas hierarquizadas, gerando assim também a desigualdades. Ao colocar em cena o determinismo biológico (não negando a materialidade dos corpos), procuramos enfatizar o caráter social construído dos significados atribuídos a “ser homem” e “ser mulher”.

Com base nos autores citados acima, vimos que o gênero não tem essência, portanto, tal como diz Beauvoir: “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1980. p. 9). Sendo assim, o gênero não tem nenhuma identidade preferente, não há nenhuma naturalidade que o gênero expressa ou externaliza.

O ser homem ou ser mulher não deve ser pensado como experiência fixada pela natureza, contudo, não podemos também considerá-lo apenas como o cumprimento de uma imposição das normas sociais, uma vez que é de suma importância atentar que “as pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem do gênero ou respondemos ao lugar que nos é dado” (CONNELL; PEARSE 2015, p.39, grifos das autoras), e tal como coloca Anna Beatriz Esser dos Santos:

Os indivíduos, porém, não são simples depósitos de valores, normas e condutas que determinam comportamentos e atitudes institucionais e normativas; ao contrário, também refletem e reagem, modificam ou mesmo interpretam essas regras, sem esquecer que grupos e indivíduos inseridos nesse contexto estão sob estruturas de coerção, como os contextos sócio-político, econômico, cultural, que não *só criam as desigualdades como as reproduzem*. (SANTOS, 2013, p. 36, grifos meus).

As ideias e representações sobre o que são mulheres e homens são oriundas dos discursos a fim de que os indivíduos se submetam às normas aceitáveis e coerentes das relações sociais. De modo que são as normas de gênero existentes que vão *indicar* aos sujeitos sociais e culturais o que é ser “homem” e ser “mulher”. Aqueles que subvertem essa lei, ou seja, que subvertem essa “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo, são por vezes envoltos em debates que ampliam a discriminação e legitimam discursos de ódio e intolerância. É partindo deste fio condutor, que vamos apresentar algumas reflexões sobre o que talvez, seja a forma mais comum de compreender o gênero na vida pessoal: o conceito de “identidade de gênero”.

2.3.1 Identidades de gênero e atos performáticos em Butler

A filósofa contemporânea Judith Butler é considerada uma das principais teóricas de gênero, seus estudos são requisitados e reconhecidos com inúmeros prêmios. Butler defende que gêneros são construções sociais. Considerada a teórica *queer* por excelência, defende que ninguém nasce “homem” ou “mulher”, mas aprende a desempenhar esses papéis dados pela imposição cultural.

Para a pensadora, haveria “tecnologias de gênero”, ou seja, técnicas que decretam como um indivíduo vai viver em sociedade segundo normas específicas de “ser homem” ou “ser mulher”. A repetição dessas regras no decorrer do tempo faz com que classifiquemos os comportamentos como “naturais”, ou melhor, como parte da “essência” daquele “homem” daquela “mulher”. Um exemplo é a idealização de que toda mulher (vagina) nasceu para ser mãe e de que todo homem (pênis) é “instintivamente” protetor (BUTLER, 2003).

São crenças e falas que ouvimos desde os nossos avós, de modo que o que foge dessas idealizações é levado a discriminação e até mesmo patologizado. A revolta social sobre a

famosa fala de algumas mulheres se referindo à maternidade “amo o meu filho, mas detesto ser mãe” é um claro exemplo disto. Em muitas sociedades, ser mãe nos é o único destino para “completude” da mulher. Isto porque “dentro” dela haveria um instinto materno. Essa ideia é tão fortemente esmiuçada que seja torna impensável considerar a socialização da mulher como agente no desejo de ter filhos em vez da “natureza” maternal feminina.

Do mesmo modo ao homem que, por exemplo, negue ou não busque constantemente por atividade sexual com uma mulher, geralmente é taxado como “não ser homem de verdade”, uma vez que a crença é que “homens” são biologicamente e naturalmente caçadores sexuais. Caso não se identifique com este padrão de comportamento tem até mesmo sua sexualidade questionada.

Por essas razões, a ideia social sobre a identidade de ser homem e de ser mulher foi/é enraizada na noção essencialista de identidade e biologicista sobre o corpo. Ou seja, corpo x = homem > homem = comportamentos do plano masculino. De igual modo a mulher: corpo y= mulher > mulher = comportamento feminino (mãe e outros).

Todas essas concepções influenciam nossos gostos, gestos etc. Tal como coloca Costa e Antoniazzi (1999), o processo de construção da identidade de gênero tem uma importância basal para o desenvolvimento dos indivíduos, pois é responsável por determinar os interesses, atitudes e comportamentos que o acompanharão ao longo da vida. As visões sociais sobre a identidade de homem e mulher tem como base o pensamento de que o gênero é o reflexo do sexo biológico. Neste caso, o indivíduo seria predisposto à identidade de “homem” ou de “mulher” de acordo com órgão sexual X ou Y.

Pressupostos teóricos biologicistas sustentam que determinados aspectos biológicos como hormônios, cromossomos e características de base genética são responsáveis por diferenças de comportamento entre homens e mulheres; já outros se voltam para fato de homens e mulheres serem socializados para terem comportamentos distintos. Este fato é bastante discutido no campo do gênero e suscita muitos embates teóricos onde exatamente este contrassenso é posto em xeque. Perguntam-se até que ponto as diferenças no comportamento de mulheres e homens são resultados das diferenças biológicas e/ou das influencias sociais. Na ótica de Jesus (2012):

Cada um (a) de nós é uma pessoa única que, porém, tem características comuns a toda a humanidade. Elas nos identificam com alguns e nos tornam diferentes de outros, como a região em que nascemos e crescemos, nossa raça, classe social, se temos ou não uma religião, idade, nossas habilidades físicas, entre outras que marcam a diversidade humana (JESUS, 2012,p.05).

O ponto que nos interessa tratar aqui se refere à maneira pela qual é socialmente compreendida a identidade de gênero, onde os indivíduos percebem a existência da diferença sexual e posteriormente identificam-se como homem ou mulher, sendo-lhes conferido um caráter essencialista e determinista de ser. Então, onde acabaria a natureza? Onde começa a cultura? Veremos como estas indagações são discutidas na teoria de gênero performativo sob da filósofa estadunidense Judith Butler.

Butler é considerada uma das principais filósofas contemporâneas e indispensável nos estudos de gênero. Nascida nos Estados Unidos, é vista por muitos como uma autora polêmica. Isto porque em maior ou menor grau, todas as suas obras levantam críticas à questão da formação das identidades conferida aos seres humanos.

Em sua concepção ao atribuir identidade às pessoas, limita-se as singularidades humanas que são amplas e infinitas. A autora buscou empregar em seus estudos, formas desconstrutivas de leitura da identidade de gênero, dedicando-se a descrever os “processos pelos quais nos tornamos sujeitos ao assumir identidades sexuadas/ ‘generificadas’/ racionalizadas que são construídas para nós (e, em certa medida por nós) no interior das estruturas de poder existentes.” (SALIH, 2019, p. 10). Para Butler:

se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. (BUTLER, 2003, p.195; grifos da autora).

Partindo deste pensamento de não “aprisionar” as singularidades, ela lança o seu conceito chave nas teorias de gênero, o conceito de *performance*. Com isso, como diz Silva (2018, p. 6) “Butler desloca a problemática da identidade de gênero do campo das diferenças entre dois gêneros possíveis para o campo da ideia de performance de gênero”. Esta é a sua crítica à identidade. Vale ressaltar um trecho da entrevista em que a filósofa esclarece seu posicionamento quanto à identidade. Nas palavras de Butler:

Quando falamos numa crítica da identidade, não significa que desejamos nos livrar de toda e qualquer identidade. Pelo contrário, uma crítica da identidade interroga as condições sob as quais elas se formam, as situações nas quais são afirmadas, e avaliamos a promessa política e os limites que tais asserções implicam. Crítica não é abolição. Por fim, faz grande diferença se alguém toma “ser uma lésbica” ou “ser um judeu” como fundamento ou base de todas as suas outras visões políticas, ou, se ativamente compreende que as categorias são historicamente formadas e ainda estão em processo. Então, minha perspectiva é a de que não é útil basear todas as demandas políticas de alguém em uma posição de identidade, mas, faz sentido levantar, como uma questão política explícitas, como as identidades foram formadas, e ainda são construídas, e que lugar elas devem ter num espectro político mais amplo. (BUTLER, 2003, p.48, grifos meus)

Para (re) pensar as categorizações identitárias de aos homens e mulheres, traz a tona duas principais ideias da teoria (e política) feminista, que são: a classificação de “mulher” como sujeito do feminismo e a distinção feita entre sexo e gênero. Suas contribuições, a partir destas críticas, se tornaram fundamentais para uma nova ótica ao conceito de gênero.

A filósofa enfatiza que a suposta obviedade do sexo como natural e biológico só atesta o quanto ele está enraizado no discurso. Uma vez que toda categoria biológica é um sentido **dado** ao corpo, "o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de ‘corpos’ que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero" (BUTLER, 2003, p. 27). Ou seja, para toda e qualquer coisa que diz respeito ao corpo que se pareça natural, não é natural, porque é aquilo que é dito sobre. O sexo diz não diz respeito à natureza porque quem o definiu assim fomos nós. Vale deixar claro que não se trata de negar a materialidade do corpo, mas de dizer que também a anatomia tem uma história.

Butler desfaz a distinção sexo / gênero para argumentar que não há sexo que não seja já em desde sempre, gênero. Todos os corpos são "generificados" desde o começo de sua existência social (e não há existência que não seja social), o que significa que não há "corpo natural" que preexista à sua inscrição cultural. Isso parece apontar para a conclusão de que gênero não é algo que somos, é algo que fazemos, um ato, ou mais precisamente, uma sequência de atos, um verbo em vez de um substantivo (SALIH, 2019, p. 89).

A partir daí, é lançada a ideia de que a identidade é um **constructo performativo** e expande a célebre frase de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1980, p. 9) "ninguém nasce mulher: torna-se mulher", para sugerir que "mulher" é concernente ao que **fazemos** e não o que "**somos**". Assim, toma o gênero como efeito, no lugar de um sujeito centrado e estático. Nas palavras de Butler: "A presunção aqui é que o ‘ser’ um gênero é um efeito" (BUTLER, 2003, p. 58, grifo da autora).

Aceitar o atributo de efeito é aceitar que a identidade ou a essência não representam um sentido em si do sujeito. “o gênero é o ato que faz existir aquilo que ele nomeia: neste caso, um homem ‘masculino’ ou uma mulher ‘feminina’. As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem” (SALIH, 2019, p. 90). O que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem. “Se quiséssemos poderíamos dizer: não é que uma identidade “faça” o discurso ou a linguagem, mas é precisamente o contrário, a linguagem e o discurso é que “fazem” o gênero” (ibidem)

De acordo com Souza (2017), na visão da filósofa, gênero são modos complexos de modelação do corpo que nos faz presente no mundo diante do outro que vai tentar me reconhecer, é uma forma de se colocar corporalmente no mundo, códigos de reconhecimento

e de inteligibilidade ao olhar do outro, e isso é dado corporalmente. Por isso, Butler coloca também a ideia de que o gênero não é meu enquanto propriedade, mas ele está no campo de inteligibilidade de corpos. Neste sentido, ao contrário de muitas crenças sociais, o gênero seria sempre **exterior** ao sujeito.

A identidade de gênero é cultural e socialmente instituída através da repetição de atos estilizados, "o efeito do gênero se produz pela estilização do corpo [...] constituem *a ilusão* de um eu permanente marcado pelo gênero" (BUTLER, 2003, p. 200, grifos da autora). A constituição de gênero se dá através de atos performativos que são gestos corporais, estilos, movimentos (linguagem também), a própria repetição desses atos que produz um conjunto de comportamentos e formas reificadas que aparece como a configuração natural (evidente) de ser.

Dessa forma, o papel do gênero seria produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes e estáveis, tal como propõe a heteronormatividade. Portanto, a identidade de gênero só se torna aceitável mediante a uma matriz cultural que exija que outros tipos de "identidade" não possam "existir", ou seja, aquelas que subvertem a ordem compulsória de sexo/gênero/desejo.

A problemática é que nessa ordem compulsória de sexo/gênero/desejo, são três categorias que se apresentam como aquilo que as pessoas são ou pertencem, ou seja, uma substância, um estado natural, assim como a própria questão da identidade. Os sujeitos que não se enquadram no sistema idealizado, não correspondem a gêneros socialmente aceitáveis (masculino-homem e feminino-mulher), sendo inclusive designados à patologia ou à demonização.

Lembremos o recente caso (2020) do Thamy Miranda,³ um homem trans que ao ser escolhido para a campanha publicitária da Natura de dia dos pais, desencadeou uma série de linchamentos morais e transfóbicos. Líderes religiosos chegaram a suscitar um "boicote" à Natura pela escolha do Thamy como o rosto da campanha "meu pai presente". Mas, a grande questão é: por que tanta indignação social? Por que o fato de Thamy, um homem trans, ser pai é considerado um insulto? Insulto a quem, ao que? Será o fato de não ter nascido com pênis? Será o fato de estar *transgredindo* a continuidade sexo > gênero > desejo?

Fiquemos com a resposta de Butler: "há modos de se 'construir' nossa identidade que irão perturbar mais ainda quem está diretamente interessado em preservar as oposições

³ Mais informações disponíveis em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/07/31/campanha-valoriza-pais-presentes-thammy-e-um-diz-executiva-da-natura.htm>. Acesso em: 16/01/2021

existentes, tais como macho/fêmea, masculino/feminino, gay/hétero e assim por diante" (BUTLER apud SALIH, 2019, p. 65).

Instigadas por essas questões tão presentes fica a interrogação que nos move a prosseguir: ser homem e ser mulher trata-se de uma discussão apenas biológica x social? Ou é sobre quais identidades estão e não estão autorizadas a existir, aparecer?

Por muito tempo a disseminação de que ser de “x” sexo significa viver de “x” maneira produz uma série de patologizações de comportamentos humanos que não se enquadravam no binarismo masculino/feminino. De maneira geral, a importância de compreender as “identidades de gênero” antes ocultadas, tem sido discutida em diversas áreas do saber e despertando interesse do senso comum, mas notamos que ainda hoje, esta noção é destino de diversos preconceitos além de muita desinformação. Sobre isto, comenta Rago, ao afirmar a existência de:

Uma partilha cultural que se tem até recentemente considerado como fundamental entre o universo masculino e o feminino, separando os corpos e opondo-os entre si. Ao mesmo tempo o desejo é pouco pensado e problematizado em nossos estudos, mesmo porque temos ainda operado com categorias pouco flexíveis que dão conta de algumas dimensões das relações sociais, muito mais racionais do que emocionais, psíquicas, intuitivas, sentimentais e afetivas, o que sem dúvida *empobrece demais a experiência humana*. (RAGO, 2013, p. 92, grifos meus).

Por isso, daremos espaço à explicação dos termos que designam às identidades de gênero que vão muito além das significações de ser homem e ser mulher heteronormativas, mas, ao contrário destas, englobam as singularidades humanas.

Notando as demasiadas dúvidas e mitos e preconceitos que circundam a noção de gênero e identidade de gênero, Jaqueline Gomes de Jesus proporcionou um e-book gratuito denominado “*Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*” (2012). Trata-se de um importante Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros. Este guia é muito utilizado e demandado por parcelas da academia, educadores, comunicadores sociais, e constitui um relevante instrumento na desmistificação e desinformação social quanto às possibilidades do gênero e desejo. Nos mostra como os ideais heteronormativos fixados na sequência sexo-gênero-sexualidade não constitui o único destino das possibilidades de identificações humanas. Vejamos alguns termos inclusivos do dicionário e suas definições de acordo com JESUS (2012, p. 24-28):

Glossário de termos inclusivos

➤ **Gênero**

Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo.

➤ **Sexo**

Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Ao contrário da crença popular, reiterada em diferentes discursos, a categoria sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual), mas, isso sim, como um contínuo complexo de características sexuais.

➤ **Expressão de gênero**

Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive.

➤ **Identidade de gênero**

Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

➤ **Papel de gênero**

Modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico.

➤ **Cisgênero**

Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

➤ **Transgênero**

Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Por fim, como exposto acima, falar em identidade/identificações de gênero atrelado à leitura de um corpo é extremamente complexo, mas muito necessário, já que é discutir

precisamente sobre o conjunto de significados que define alguém no desempenho de algum papel em particular na sociedade. Ainda que as mudanças sociais a respeito da inserção da mulher no campo público e as discussões sobre a base machista que rege a nossa sociedade estejam cada vez mais presentes em nossos discursos, as categorizações quanto às funções e às atribuições identitárias de homens e mulheres não alteraram significativamente, uma vez que são enraizadas na lógica essencialista de ser que privilegia os homens.

Desconstruir a ideia do gênero como reflexo do sexo, que por sua vez incidirá na sexualidade, significa romper com uma série de preconceitos e discriminação contra as mulheres, e também romper com estereótipos sobre o que é ser homem. Por este fato, nos valem da TRS e as teorias de gênero uma vez que, segundo Arruda (2002), a dimensão conceitual de tais teorias, vê-se que elas apresentam características comuns no que se refere aos objetos a que se aplicam e aos métodos mais adequados à sua abordagem:

- destinam-se a revelar e/ou conceituar aspectos de objetos até então subvalorizados pela ciência, considerados como menores (a mulher, o senso comum);
- tomam seus temas/objetos ao mesmo tempo como processo e produto, o que exige abordagens mais dinâmicas e flexíveis;
- em consequência e considerando que o método decorre das características do objeto e da teoria adotada, e busca a reunião desses dois para gerar o conhecimento trabalham com tais objetos/temas de formas não obrigatoriamente canônicas, ousando metodologias criativas, nem sempre específicas daquela área disciplinar, e nem sempre consideradas legitimamente científicas na área. (ARRUDA, 2002, p. 132).

Agora, apresentados ao leitor, o capítulo teórico que embasa o estudo e o capítulo do objeto desta pesquisa, cabe dar um passo à frente e mostrar como o mesmo será analisado a luz da teoria das representações sociais.

Apresentaremos nesse item os objetivos, já explicitados na introdução, de forma a organizar a leitura a partir da construção da pesquisa. Vale lembrar os objetivos para que possamos dar continuidade com os métodos utilizados para alcançá-los e os resultados obtidos.

Objetivo geral: O principal objetivo desta pesquisa foi identificar as representações sociais de ser “homem” e ser “mulher” em estudantes universitários do gênero feminino com idades entre 18 e 60 anos.

Objetivos específicos:

- Identificar os elementos que compõem o núcleo central das representações sociais de ser homem e ser mulher e os seus elementos periféricos;
- Observar se há mudança nas representações de ser homem e de ser mulher de acordo com a idade dos participantes.

3 -METODOLOGIA

Esta pesquisa de natureza quanti-quali foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, obedecendo a Resolução legitimada pela Portaria nº 1.211/GR (de 25/10/2011), que prevê as normas para pesquisas com seres humanos.

A escolha metodológica obedeceu às propostas apontadas pela abordagem estrutural das representações sociais que concebe a existência de dois sistemas, sendo eles: o sistema central, que gera a significação da representação e determina sua organização; e o sistema periférico que hierarquicamente organiza os elementos da representação.

3.1 Participantes

Participaram desta pesquisa 160 alunas de graduação com idades entre 18 e 60 anos. Os cursos de graduação identificados na coleta de dados foram: Serviço social; Psicologia; Engenharia civil; Nutrição; Pedagogia; Administração; filosofia; Museologia; e direito. Uma vez que o aspecto geracional constitui um importante fator de influência no processo de categorização social de gênero, a idade das universitárias foi o único critério de inclusão/exclusão da pesquisa.

A fim de observar possíveis diferenças e/ou semelhanças nas representações sociais de SER HOMEM e SER MULHER, dividimos as participantes em dois grupos. Chamaremos de **grupo 1**, as graduandas de **18 a 29** anos; e de **grupo 2**, as graduandas de **30 a 60** anos.

A faixa etária escolhida tem base na Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 que institui o Estatuto da Juventude no Brasil e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Nela, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

3.2 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi composto por um questionário sociodemográfico com 6 perguntas, 1 questão fechada, duas tarefas de evocação livre, seguido por mais 2 tarefas auxiliares às de evocações livres e por fim, outras 2 questões com perguntas abertas.

Foi desenvolvido um formulário online compartilhado nas redes sociais através de um link gerado pelo Google Forms (um aplicativo de gerenciamento de pesquisas) contendo o total de 13 questões. Sendo elas:

- 8) Diga de 3 a 5 palavras que lhe vem à mente quando você pensa na expressão "SER MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA"
- 9) Das palavras colocadas acima, qual você considera que não pode deixar de ter na definição do que é SER MULHER? Por quê?
- 10) Diga de 3 a 5 palavras que lhe vem à mente quando você pensa na expressão "SER HOMEM NA SOCIEDADE BRASILEIRA"
- 11) Das palavras colocadas acima, qual você considera que não pode deixar de ter na definição do que é SER HOMEM? Por quê?
- 12) Em sua opinião, quais são as funções da mulher na família?
- 13) Em sua opinião, quais são as funções do homem na família?

Anterior a estas perguntas abertas, foi realizada ainda uma pergunta objetiva:

Questão:7) Na sua concepção, há comportamentos, características ou coisas típicas de homens e mulheres?

SIM ()

NÃO ()

Outras seis perguntas compõem o questionário sociodemográfico que permitiu uma caracterização dos participantes por suas informações relacionadas à idade, gênero, curso de graduação, semestre em curso, cor da pele, e por fim, religião. Exceto a idade, as demais questões não possuem objetivos comparativos.

Nas duas tarefas de **evocação livre** solicitamos as estudantes que registrassem espontaneamente de três a cinco palavras ou expressões que lhes viessem imediatamente à lembrança quando apresentado o termo indutor "SER **HOMEM** na sociedade brasileira" e numa outra questão o termo indutor "SER **MULHER** na sociedade brasileira".

Bardin (1977, p.52) explica que a técnica de evocação livre é utilizada para "fazer surgir espontaneamente associações relativas às palavras exploradas ao nível dos estereótipos que a engendram". De acordo com Abric (1994, p. 66) a vantagem desta é que "a associação livre permite a atualização de elementos implícitos que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas". Em um segundo momento foi solicitado que hierarquizem por grau de importância as palavras ou expressões evocadas anteriormente.

Os dados coletados das outras duas questões abertas (perguntas 12 e 13 do questionário) foram interpretados e descritos de forma complementar a discussão dos resultados obtidos pela análise prototípica e de similitude das evocações livres.

O material final das análises das evocações foi analisado com o auxílio do Software IRAMUTEQ (desenvolvido por Pierre Ratinaud). Trata-se de uma interface visual ancorada no software R para a produção análises de corpus textuais, o que permitiu a análise de similitude e a construção da árvore máxima, evidenciando os elementos que compõe o núcleo central e o sistema periférico das representações sociais de “ser homem” e “ser mulher”.

4. RESULTADOS

4.1 Questionário sociodemográfico

Considerando que a amostra foi aleatória, não controlamos as variáveis sociodemográficas a não ser a idade e o gênero.

Tendo em conta que a idade dos participantes é o critério de inclusão/exclusão da pesquisa, 50% das estudantes de graduação tem idades entre 18 e 29 anos; 36% com idades entre 30 e 40 anos; e 14% entre 41 e 60 anos.

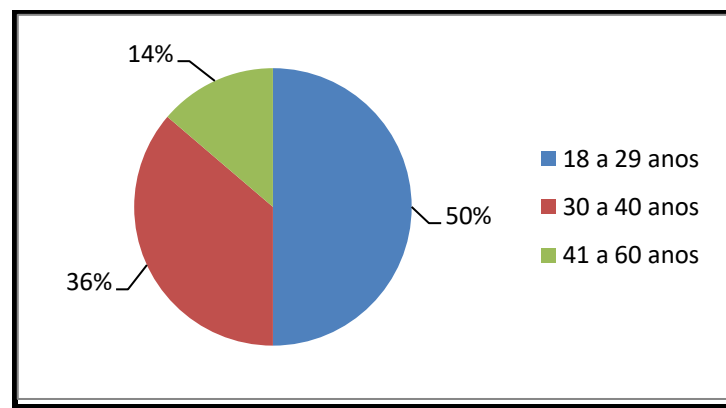


Gráfico 1: idade das participantes (ambos os grupos)

Dentre o Grupo 1 de graduandas de 18 a 29 anos, os cursos das participantes, 40% cursam Serviço social; 35% Psicologia; já os cursos: Engenharia civil; Nutrição; Pedagogia; Administração; filosofia; Museologia; e direito tem um número mais expressivo neste primeiro grupo; juntos somam 25% dos entrevistados.

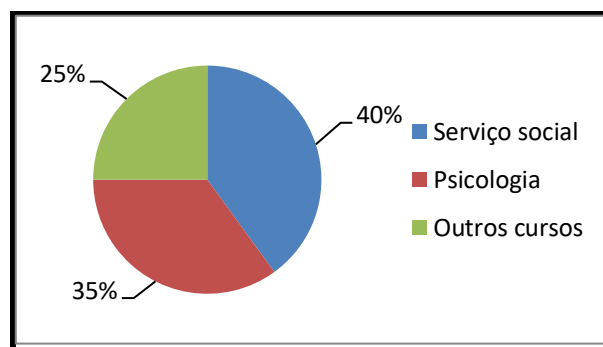


Gráfico 2: curso de graduação das participantes do **grupo 1**

Dentre os cursos das participantes do grupo 2, 56% cursam Serviço social; 39% Psicologia; já os cursos: Engenharia civil; Nutrição; Pedagogia; Administração; filosofia; Museologia; e direito, juntos somam 5% das entrevistadas.

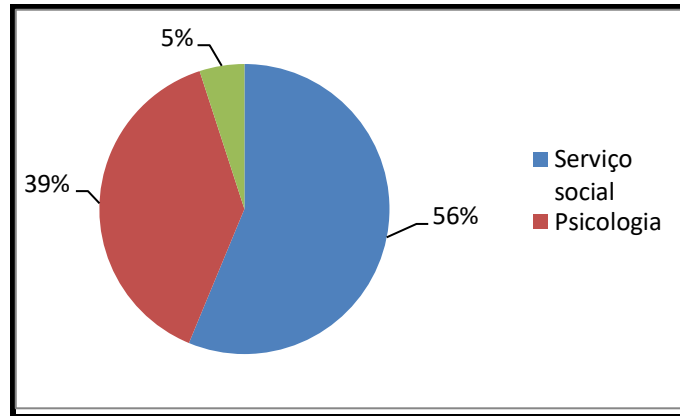


Gráfico 3: curso de graduação das participantes do **grupo 2**

Vemos uma prevalência das estudantes entre o primeiro e o quarto semestre, no grupo 1 de 18 a 29 anos, que somam 54%; entre o quinto e oitavo semestre somam 41% das participantes, já nas estudantes que cursam acima do oitavo período constituem 5% das entrevistadas.

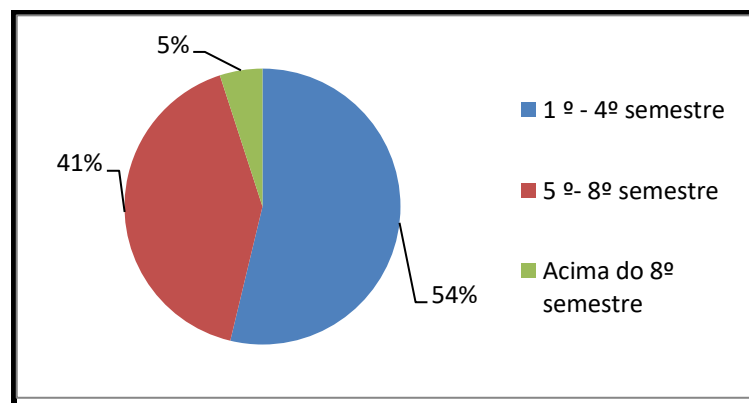


Gráfico 4: período em curso das participantes **grupo 1**

No grupo 2, igualmente vemos uma prevalência das estudantes entre o primeiro e o quarto semestre que somam 49%; entre o quinto e oitavo semestre somam 22% das participantes, já nas estudantes acima do oitavo período constituem 29% das entrevistadas.

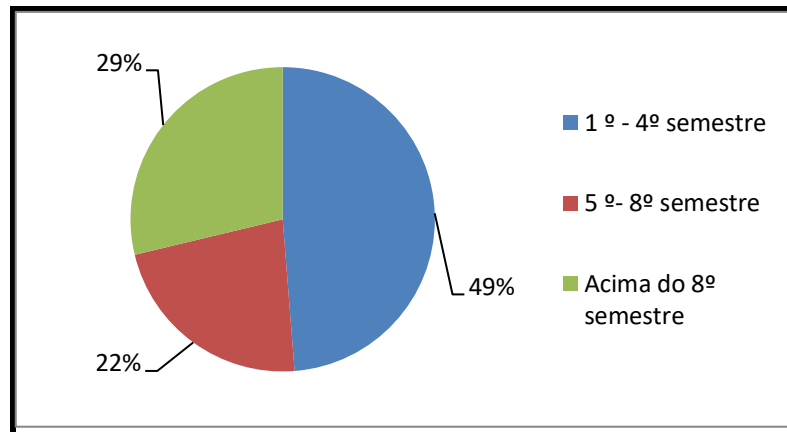


Gráfico 5: período em curso das participantes **grupo 2**

Em relação a autodeclaração de cor, no grupo 1, 46% declaram-se brancas; 21% pretas; 29% pardas e somente 4% amarelas.

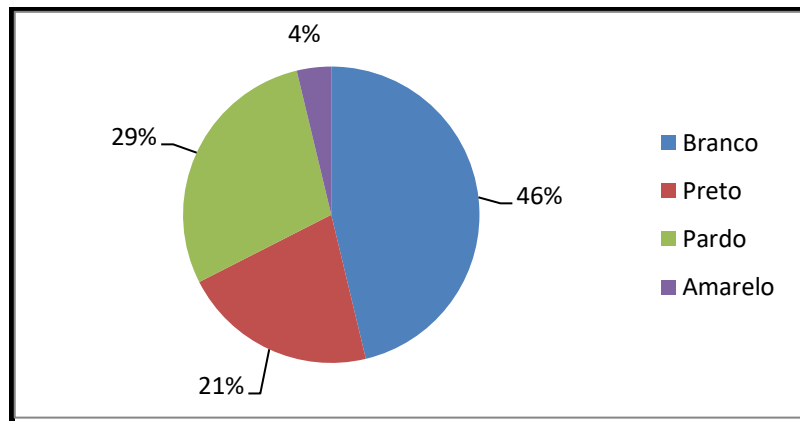


Gráfico 6: cor das participantes do **grupo 1**

Já no Grupo 2, 44% declaram-se brancas; 22% pretas; 33% pardas; e 1% amarelas.

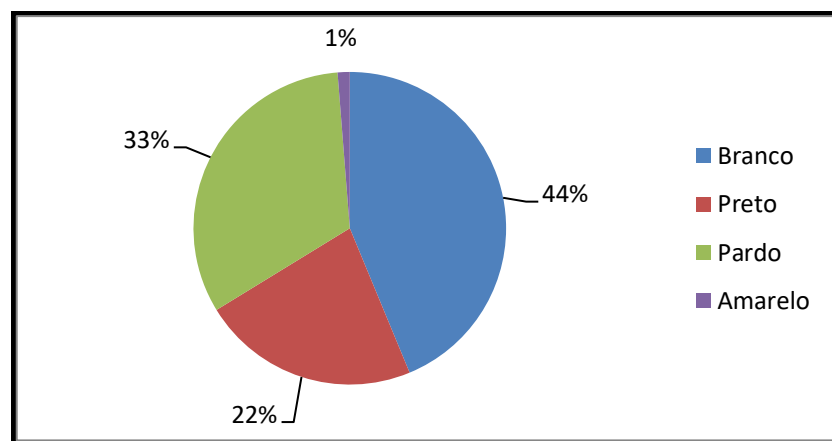


Gráfico 7: cor das participantes do **grupo 2**

Na religião dos sujeitos do grupo 1, vemos que 40% alegam não ter; 21% declaram-se católicas; 25% evangélicas; 4% espíritas, 9% umbandistas; 1% candomblecistas.

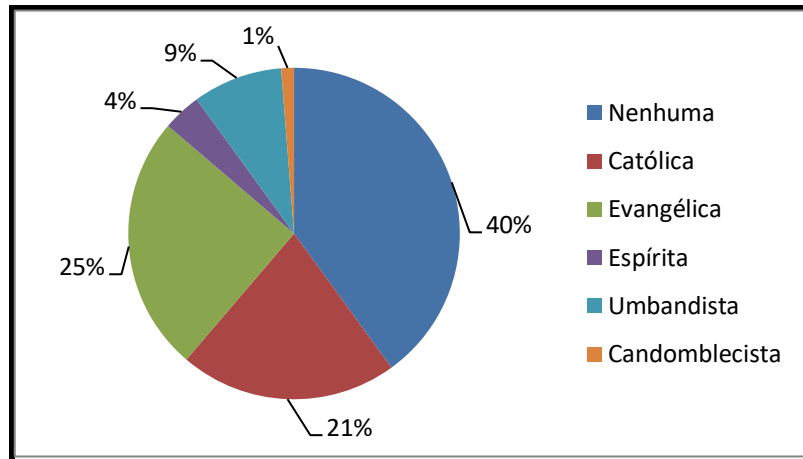


Gráfico 8: religião das participantes do **grupo 1**

Na religião dos sujeitos do grupo 2, vemos que 25% alegam não ter; 37% declaram-se católicas; 32% evangélicas; 2% umbandistas; 3% candomblecistas e 1% budista.

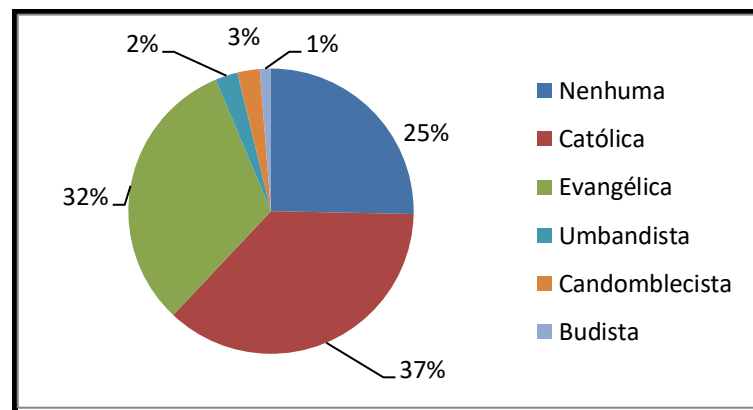


Gráfico 9: religião das participantes do **grupo 2**

Com o objetivo de compreender como são interpretados os comportamentos de homens e mulheres, levantamos esta questão em ambos os grupos e não notamos uma discrepância significativa nas respostas. No Grupo 1, 76% das estudantes universitárias com idades entre 18 e 29 anos disseram haver características típicas de homens e de mulheres, enquanto que 24% acreditam não haver características típicas de gênero. E no Grupo 2, 74% das estudantes universitárias com idades entre 30 e 60 anos disseram haver características

típicas de homens e de mulheres, enquanto que 26% acreditam que não há características típicas de gênero.

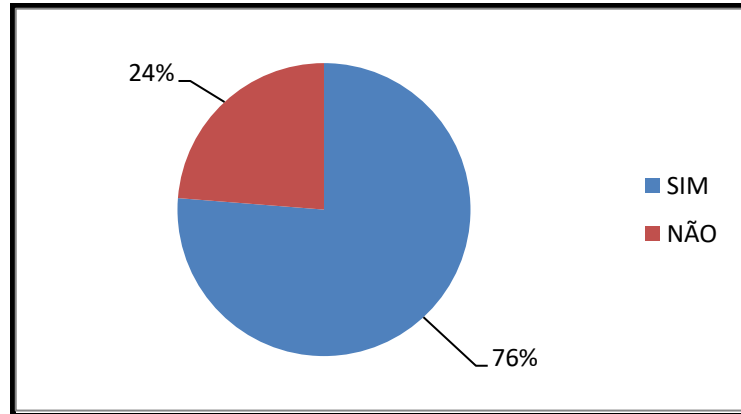


Gráfico 10: consideração se há comportamentos típicos de homem e mulher **grupo 1**

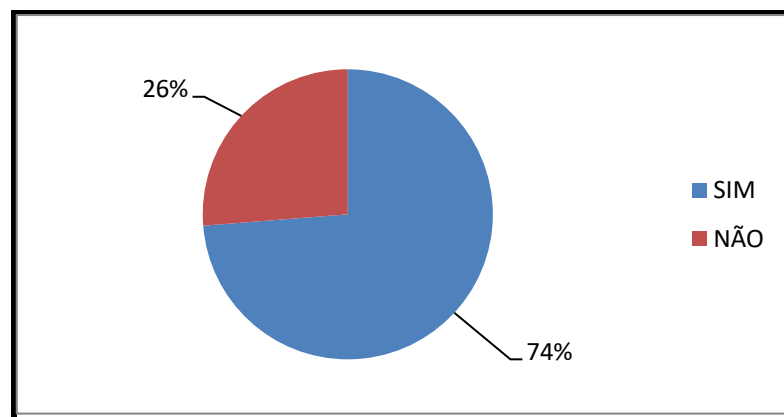


Gráfico 11: consideração se há comportamentos típicos de homem e mulher **grupo 2**

4.2 Análise das evocações livres

A fim de identificar os elementos que compõem a estrutura das representações sociais de ser homem e ser mulher, qual seja, o provável núcleo central e os elementos periféricos dos grupos pesquisados, apresentaremos a seguir 4 figuras que representam o quadro de quatro casas e demonstram análise prototípica das evocações livres com o uso do termo indutor “SER MULHER na sociedade brasileira” e do termo indutor “SER HOMEM na sociedade brasileira”.

Para a identificação destes termos indutores, foi realizado um piloto que possibilitou identificar os termos que trariam respostas mais concretas.

De acordo com Abric (1994) o Sistema Central é responsável por gerar toda a significação da representação e tem característica organizadora, enquanto que o sistema

periférico (ou elementos periféricos) desempenha um papel fundamental no funcionamento e na dinâmica das representações e constitui a parte operatória da representação, sua função é proteger a significação do NC. No sistema periférico são encontrados: a primeira periferia, a segunda periferia e a zona de contraste.

O primeiro quadro demonstra os resultados das evocações do termo “SER MULHER na sociedade brasileira” dos sujeitos com **18 a 29** anos (grupo1); o segundo quadro os resultados do mesmo termo indutor dos sujeitos de **30 a 60** anos (grupo 2).

Já o terceiro quadro revela os resultados das evocações com o termo indutor “SER HOMEM na sociedade brasileira” das participantes com idades entre **18 e 29** anos (grupo1); em seguida o quarto quadro manifesta os resultados das evocações com o mesmo termo indutor dos sujeitos **de 30 a 60** anos (grupo 2).

As figuras abaixo retratam os resultados das análises prototípicas e se dividem em:

- Quadrante **superior esquerdo**: onde se situam as palavras mais evocadas e por um maior número de pessoas. Possivelmente é nesse quadrante que se encontra o núcleo central da representação estudada que gera toda significação da representação.
- Quadrante **superior direito**: que mostra a primeira periferia, onde se encontram elementos frequentemente evocados, porém evocados mais posteriormente.
- Quadrante **inferior esquerdo**: que representa a zona de contraste e contém os registros evocados que possuem uma baixa frequência.
- Quadrante **inferior direito**: onde se localizam os elementos menos frequentes e de menos relevância.

Figura 1: Entre as estudantes de 18 a 29 anos houve um total de 279 palavras evocadas com o uso do termo indutor “SER MULHER na sociedade brasileira”. O valor do ponto de corte para a ordem de evocação foi 2,23 e para frequência, 10.

Quadro de quatro casas com a disposição estrutural das representações sociais do termo indutor “SER MULHER na sociedade brasileira” para universitárias de 18 a 29 anos
Ordem média de evocação 2,23
Frequência Mínima 4

Provável núcleo central
Frequência ≥ 10

Primeira periferia
Frequência ≥ 10

Luta	32	2,1	força	22	2,3
medo	21	2,1			
preconceito	15	2,1			
Zona de contraste Frequência < 10			Segunda periferia Frequência < 10		
violência	9	1,8	desigualdade	9	2,3
difícil	7	1,6	direitos	9	3,0
resistência	7	2,0	guerreira	9	2,4
opressão	6	1,8	coragem	9	2,8
igualdade	5	2,0	machismo	8	2,4
respeito	4	1,8	feminismo	6	2,3
			persistência	5	3,4
			família	4	2,5

Figura 1: Quadro de Quatro Casas – Termo Indutor: “ser mulher” grupo 1.

De acordo com esta análise, os cognemas: “luta”, “medo” e “preconceito” provavelmente compõe o NC da representação social do que é SER MULHER para as universitárias de 18 a 29 anos. Na primeira periferia aparece “força”, enquanto que na segunda periferia surge “desigualdade”, “direitos”, “guerreira”, “coragem” e vemos ainda “machismo”, “feminismo”, “persistência” e “família”. Na zona de contraste vemos: “violência”, “difícil”, “opressão”, “igualdade”, e “respeito”.

Figura 2: Com o mesmo termo indutor “SER MULHER na sociedade brasileira”, entre as universitárias com idades de 30 a 60 anos foram evocadas o total de 291 palavras cujo valor do ponto de corte para a ordem de evocação foi 2,18 e para frequência, 12.

Quadro de quatro casas com a disposição estrutural das representações sociais do termo indutor.
 “SER MULHER na sociedade brasileira” para universitárias de 30 a 60 anos
 Ordem média de evocação 2,18
 Frequência Mínima 6.

Provável núcleo central Frequência \geq 12			Primeira periferia Frequência \geq 12		
guerreira	22	1,9	luta	29	2,4
força	20	2,0			
preconceito	18	1,9			

Zona de contraste Frequência < 12			Segunda periferia Frequência < 12		
medo	10	2,0	machismo	8	2,5
difícil	8	1,8	inferioridade	7	2,4
empoderamento	7	2,1	direitos	7	3,1
resiliência	6	1,8	trabalho	6	2,2
			opressão	6	3,0

Figura 2: Quadro de Quatro Casas – Termo Indutor: “ser mulher” grupo 2.

Aqui, possivelmente o NC das representações sociais de SER MULHER é composto por “guerreira”, “força”, “preconceito”. Na primeira periferia surge “medo”. Na segunda periferia surge “machismo”, “inferioridade”, “direitos”, “trabalho” e por fim, “opressão”. Já na zona de contraste vemos “medo”, “difícil”, “empoderamento” e também “resiliência”.

Adiante, já com o auxílio da análise de similitude no levantamento da estrutura das RS, mostraremos com mais clareza um quadro comparativo, mas até aqui podemos notar uma provável composição do elemento “preconceito” no NC de ambos os grupos. Nota-se também uma diferença na composição de dois elementos do núcleo central das representações sociais dos grupos (graduandas de 18 a 29 anos/ 30 a 60 anos), uma vez que enquanto aqui temos “guerreira”, “força”, “preconceito”; na figura anterior temos “luta”, “medo” e “preconceito”.

Figura 3: A partir de agora os quadros mostram a análise prototípica das evocações para o termo indutor “SER HOMEM na sociedade brasileira”. O quadro abaixo se refere ao grupo 1 de universitárias com idade até 29 anos, sendo identificadas 257 evocações. O valor do ponto de corte para a ordem de evocação foi 2,03 e para frequência, 12.

Quadro de quatro casas com a disposição estrutural das representações sociais do termo indutor.
 “SER HOMEM na sociedade brasileira” para universitárias de 18 a 29 anos
 Ordem média de evocação 2,03
 Frequência Mínima 4

Provável núcleo central Frequência ≥ 12			Primeira periferia Frequência ≥ 12		
Privilégio	44	1,9	Liberdade	12	2,3
Machismo	28	1,7	Poder	12	2,3
			Desigualdade	9	2,4
			Violência	7	2,1
			Trabalhador	6	2,3

	Coragem	5	3,0
	Injustiça	4	2,8
Zona de contraste Frequência < 12	Segunda periferia Frequência < 12		
	Força	11	2,0
	Esteriótipo	5	1,2
	Respeito	4	5,0

Figura 3: Quadro de Quatro Casas – Termo Indutor: “ser homem” grupo 1.

Nesta análise, o possível núcleo central da representação são “privilégio” e “machismo”. Na primeira periferia “poder”, “desigualdade”, “violência”, “trabalhador”, “coragem”, e “injustiça”. Na segunda periferia temos: “força”, “estereótipo”, e ainda “respeito”.

Figura 4: No quadro abaixo foi identificado 267 evocações realizadas pelo grupo 2 (30 a 60 anos) com termo indutor “SER HOMEM na sociedade brasileira”. O valor do ponto de corte para a ordem de evocação foi 2,18 e para frequência, 11.

Quadro de quatro casas com a disposição estrutural das representações sociais do termo indutor.
 “SER HOMEM na sociedade brasileira” para universitárias de 30 a 60 anos
 Ordem média de evocação 2,18
 Frequência Mínima 4

Provável núcleo central Frequência \geq 11	Primeira periferia Frequência \geq 11
Machismo	36 1,5
	Privilégio 25 2,5
	Poder 16 2,4
	Violência 15 2,7
Zona de contraste Frequência < 11	Segunda periferia Frequência < 11
Provedor	11 1,9
Força	11 1,8
Liberdade	9 1,9
Trabalho	8 1,8
	Egoísmo 10 3,1
	Superioridade 8 2,4
	Trabalhador 5 2,2
	Patriarcado 4 3,2
	Protetor 4 2,2

	Pai	4	2,2
	Imaturo	4	2,8

Figura 4: Quadro de Quatro Casas – Termo Indutor: “ser homem” grupo 2.

Conforme vemos, “machismo” compõe o provável núcleo central das representações sociais de SER HOMEM. “Privilégio”, “poder” e “violência” compõe a primeira periferia. Na segunda periferia há: “Egoísmo”, “superioridade”, “trabalhador”, “patriarcado” além de “protetor”, “pai”, e “imaturo”. Já na zona de contraste há: “provedor”, “força”, “liberdade”, e “trabalho”.

Podemos notar que o cognema “machismo” provavelmente compõe o NC das representações sociais de SER HOMEM em ambos os grupos. No grupo 1 surge ainda o cognema “privilégio” como possível NC.

4.3 Análise de Similitude

Considerando que os métodos em RS são aproximativos, utilizamos também a análise de similitude que é uma estratégia metodológica complementar e auxilia na busca de encontrar a estrutura de uma representação social. A análise de similitude foi introduzida no campo das representações sociais por Claude Flament (1994) e constitui a principal técnica de detecção do grau de conexão dos elementos da representação.

Trata-se de “uma técnica de tratamento dos dados cuja influência na definição final dos resultados é já determinada, em boa parte, pelos procedimentos de coleta” (SÁ, 2002, p. 126-127). Tal análise foi especificamente desenvolvida para adequar-se a construção de objetos de pesquisa no campo das representações sociais.

Sá diz ainda que esta estratégia metodológica envolve:

De início, a partir de um conjunto de dados pareados ou agrupados [...], o cálculo entre o índice de similitude entre cada par de itens. O mais simples destes índices (dentre os vários que tem sido propostos), consiste segundo Moliner (1994a), na relação entre números de co-ocorrências (número de ligações estabelecidos entre dois itens específicos) e o número de sujeitos envolvidos. Ou como diz Flament ‘admite-se que dois itens serão tanto mais próximos na representação, quanto um número mais elevado de sujeitos os trate da mesma maneira, calcula-se um índice de contingência que é um índice de similitude clássico.’ (SÁ, 2002, p. 128)

Em suma, a análise de similitude tem sua base teórica na matemática e apoia-se na teoria dos grafos, possibilita a distinção das partes comuns e as especificidades em função das variáveis identificadas na análise.

Análise de similitude das evocações do termo **SER MULHER** do **Grupo 1** (18 a 29 anos)

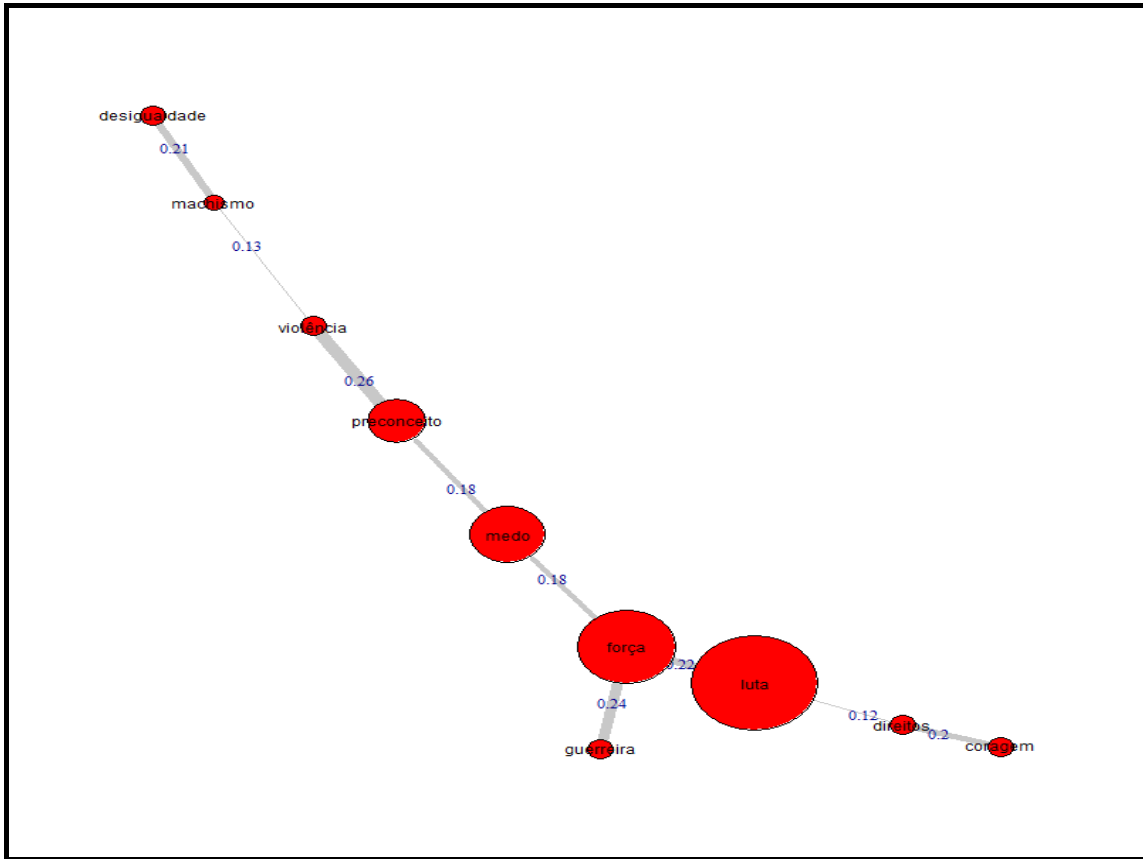


Figura 5: análise de similitude das evocações do termo **SER MULHER** do **grupo 1**

A figura acima apresenta que na representação de **SER MULHER**, os cognemas “força” e “luta” apresentam maior relevância por terem sido elementos agregadores e organizadores de outras dimensões, possuindo uma maior força nas conexões. Assim, fortalece a hipótese de centralidade da análise prototípica que indicou o elemento “luta”. Já o cognema “força” compôs a primeira periferia. Desta forma, podemos indicar que para o grupo 1, “força” e “luta” compõe o núcleo central das representações sociais de **SER MULHER**.

Análise de similitude das evocações sobre **SER MULHER** do **Grupo 2** (graduandas 30 a 60 anos).

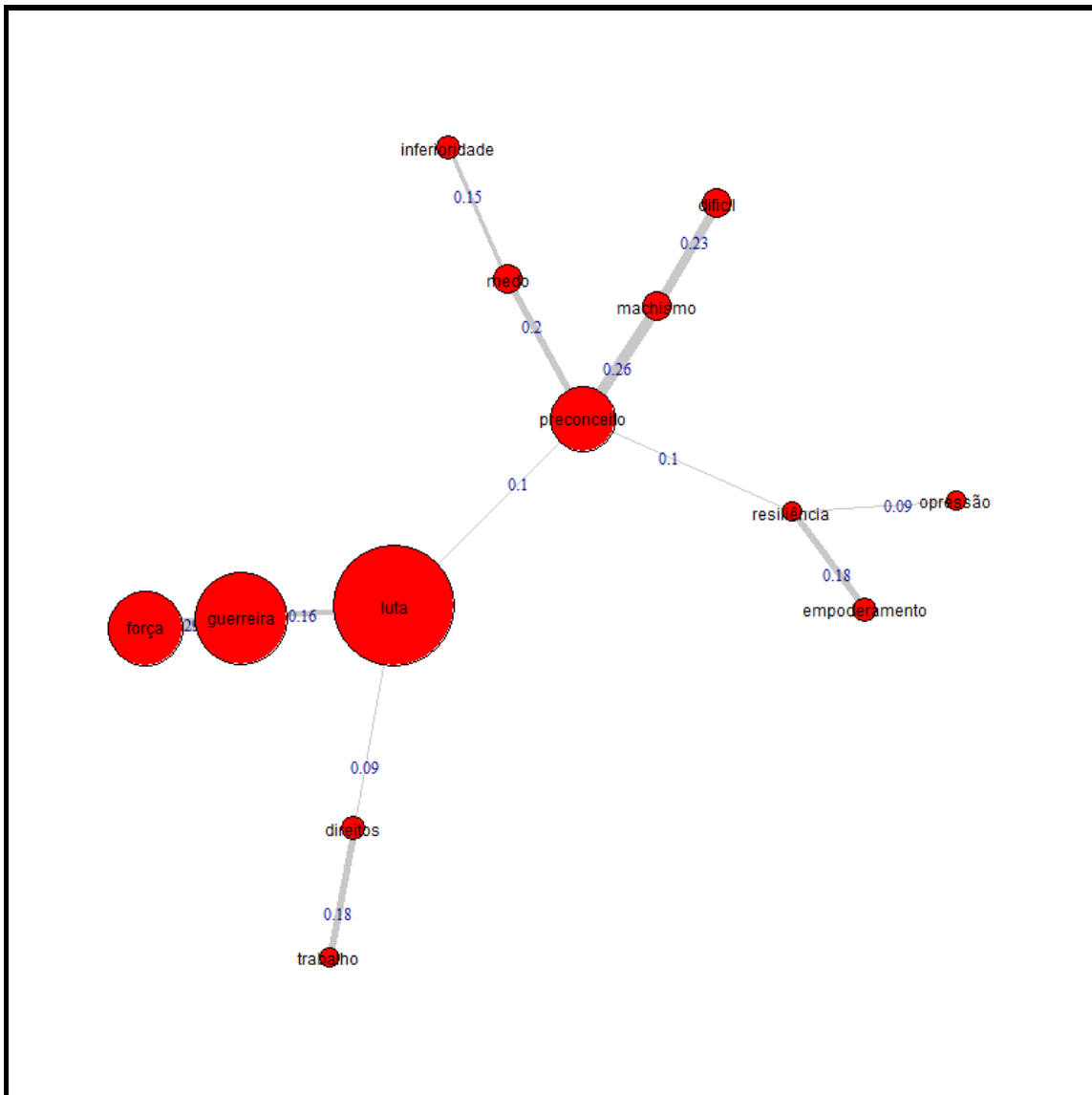


Figura 6: análise de similitude das evocações do termo SER MULHER do **grupo 2**

Na realização da análise prototípica do grupo 2, vimos que os prováveis elementos centrais da representação de SER MULHER são “guerreira”, “força” e “preconceito” e que na primeira periferia surge “luta”. Aqui, na análise de similitude, observamos duas macro-estruturas, são elas: “preconceito”, uma vez que várias ramificações levam até a ele; e “luta” que também aparece organizando outras dimensões como “guerreira” e outros. Com o auxílio dos resultados da análise de similitude consideramos que “preconceito” permanece como provável elemento central e “luta” também se configura como um provável elemento central.

Análise de similitude das evocações do termo **SER HOMEM** do **Grupo 1** (graduandas 18 a 29 anos)

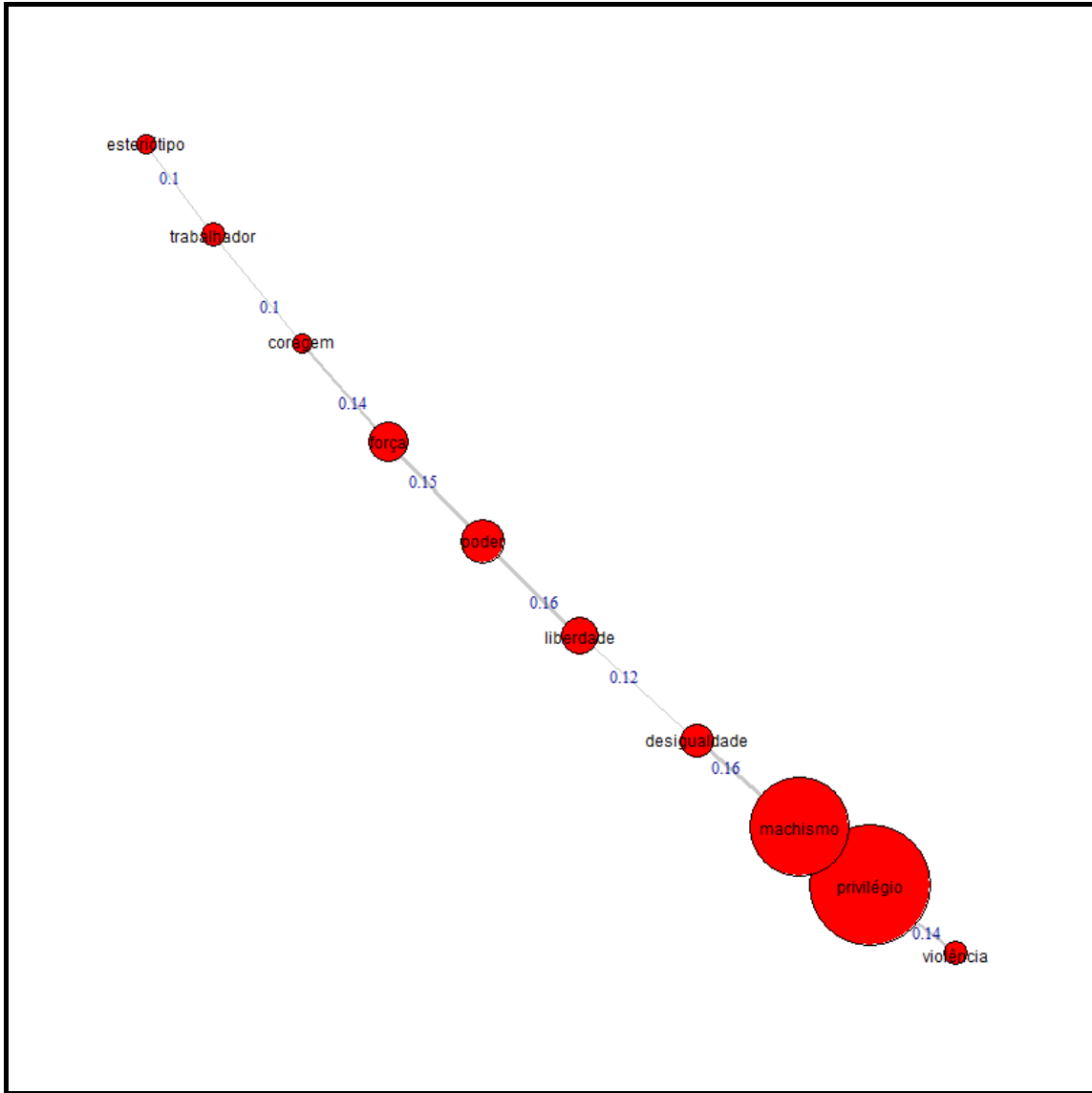


Figura 7: análise de similitude das evocações do termo SER HOMEM do **grupo 1**

Observamos que os cognemas “privilégio” e “machismo” aparecem relacionados gerando uma organização e outras ramificações. Esta análise fortalece a provável centralidade destes elementos em razão de também se manifestarem como elementos centrais do NC na análise prototípica da representação social de SER HOMEM para o grupo 1.

Análise de similitude das evocações do termo **SER HOMEM** do **Grupo 2** (graduandas 30 a 60 anos)

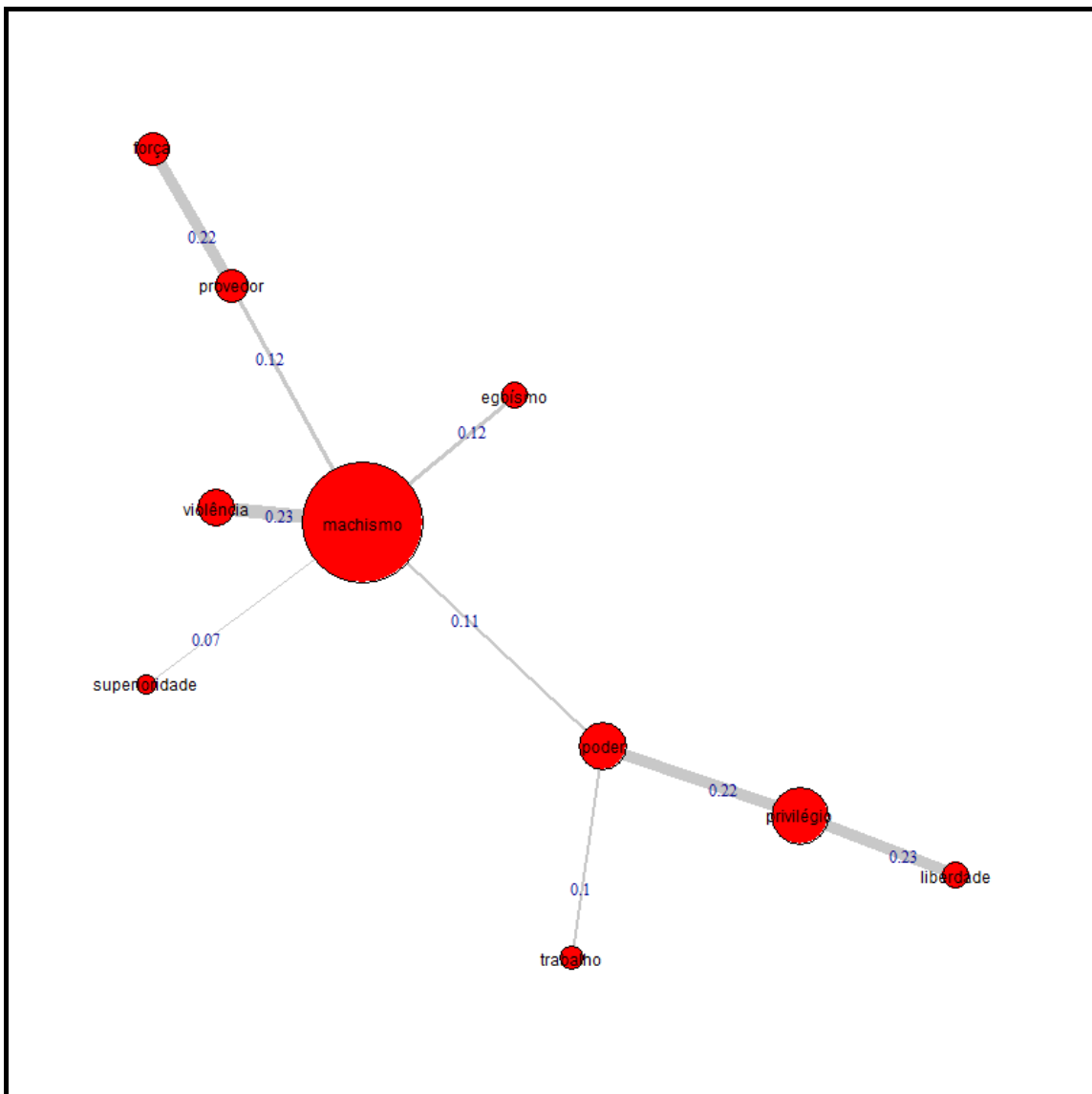


Figura 8: análise de similitude das evocações do termo SER HOMEM do **grupo 2**

Aqui, é possível identificar que o cognema “machismo” aparece como organizador de outras dimensões e corrobora com a análise prototípica na identificação dos prováveis elementos do núcleo central das representações sociais de SER HOMEM para o grupo 2, ou seja, as participantes de 30 a 60 anos.

4.4 – Discutindo comparativamente as análises

Comparativo das evocações com o termo indutor “SER MULHER na sociedade brasileira”
(Resultados da análise prototípica associada à análise de similitude)

Representações sociais “SER MULHER”	GRUPO 1- 18 a 29 ANOS	GRUPO 2- 30 a 60 anos
PROVÁVEL NÚCLEO CENTRAL	Força Luta	Preconceito Luta
ELEMENTOS PERIFÉRICOS	Medo Preconceito Desigualdade Direitos Guerreira Coragem Machismo Feminismo Persistência Família Violência Difícil Resistência Opressão Igualdade Respeito	Guerreira força Machismo Inferioridade Direitos Trabalho Opressão Medo Difícil Empoderamento Resiliência

Tabela 1 : Comparativo das evocações com o termo indutor “SER MULHER na sociedade brasileira”

➤ **Núcleo central** das representações sociais de SER MULHER:

Com os resultados da análise prototípica associados à análise de similitude para identificação da estrutura das representações sociais de SER MULHER, consideramos que o provável núcleo central das representações no grupo 1 é composto por “força” e “luta”, já no grupo 2, os elementos que compõe o seu núcleo central são: “preconceito”, e assim como no grupo 1, surge também o cognema “luta”.

Conforme a análise da questão que solicitou a hierarquização das evocações sobre SER MULHER, notamos que as participantes de ambos os grupos que responderam “força”, “luta” e/ou “preconceito” na questão nove do formulário (pergunta auxiliar de evocação livre) parecem respectivamente considerar o **PRECONCEITO** como consequência da cultura machista; a **LUTA** como um único meio de enfrentamento a ela; e **FORÇA** que aparece no

sentido de relutância e resistência aos efeitos da expressão opressora da cultura machista. Vejamos:

Questão 9: Das palavras citadas acima, qual delas você acha que não pode faltar na definição de SER MULHER? Por quê?

Preconceito (NC do grupo 2 e primeira periferia grupo 1)

“Preconceito, porque somos obrigadas a ser quem a sociedade quer, a seguir um padrão, somos desafiadas a aceitar o machismo. Desafio de nos amar como somos, de respirar e de se valorizar”

(participante núm. 32. **Grupo 1**)

“Preconceito. O Brasil dá muito mais valor ao trabalho masculino enquanto ainda desvaloriza o da mulher, os homens em sua maioria tem uma dedicação muito grande à providência financeira e apesar de ainda termos uma sociedade machista, os homens vêm quebrando tabus e se dedicado aos cuidados familiar e isso a sociedade brasileira tem proporcionado, essa oportunidade de amadurecimento, portanto entendo que é uma honra ser homem em nossa sociedade”

(participante núm. 31. **Grupo 2**)

Luta (NC de ambos os grupos)

“Luta. A sociedade brasileira tem evoluído consideravelmente quando falamos no "papel de uma mulher" na sociedade, então é de se destacar a importância da luta feminina na sociedade que abre caminhos para futuras mulheres.”

(participante núm. 5. **Grupo 1**)

“Luta. Porque as mulheres na nossa sociedade precisam todos os dias lutar para serem respeitadas, para terem direitos à vida e etc”.

(participante n 44. **Grupo 1**)

“Luta, porque a mulher tem de lutar bastante ainda p/ ser reconhecida em uma sociedade machista”.

(participante 24. **Grupo 1**)

“Luta. Nos dias de hoje a luta feminista ganhou ainda mais for para a causa feminina, sendo crucial para a igualdade de gênero na sociedade.”

(participante n. 117. **Grupo 2**)

“Luta, porque ela sempre precisa lutar pelos seus direitos.”

(participante n. 12. **Grupo 2**)

“Luta, porque estamos sempre buscando o nosso espaço na sociedade. Homens e mulheres tem a mesma profissão e os salários são diferentes.”

(participante 176. **Grupo 2**)

Força (NC grupo 1)

“Força. Porque ela sempre precisa lutar pelos seus direitos na sociedade.”

(participante n. 12. **Grupo1**)

“Mesmo com todas as dificuldades que existem por conta da desigualdade a mulher é forte, nem todas terão todos esses papéis, cada uma terá o seu de acordo com a oportunidade que teve, mas ainda assim elas são fortes e principalmente esperançosas.”

(participante n. 124. **Grupo1**)

“Força, pois temos de ter força pra viver em um mundo tão machista e preconceituoso.”

(participante n. 17. **Grupo1**)

“Força porque as mulheres enfrentam muitas lutas trabalhar, estudar, criar filhos entre outros”

(participante n. 175. **Grupo 2**)

“Forte, porque a vida toda terá que provar seu valor.”

(participante n. 51. **Grupo 2**)

“Forte, para aplicar sua função e ter emprego valorizado sendo igualado do homem”.

(participante n. 92. **Grupo 2**).

De acordo com um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgado em março de 2020, cerca de 90% da população mundial tem algum tipo de preconceito contra mulheres. A análise mostra que **o preconceito** contra as mulheres persiste em todo o mundo, tanto entre os homens como entre as próprias mulheres. Ao todo, 75 países participaram da pesquisa.

O estudo revela que no Brasil, 89,5% dos entrevistados mostraram ter ao menos um preconceito contra mulheres; e 52,39%, ao menos dois em relação integridade física da mulher (violência doméstica e os direitos reprodutivos) e a educação.

No decorrer da história, os estereótipos de gênero promoveram a construção e o enraizamento das bases do preconceito e da discriminação. A ideia do homem como sendo superior a mulher em diversos aspectos, por muito tempo não era sequer questionada. De acordo com Salih (2019), as categorias “homem” e “mulher” continuam sendo operacionais em direito e servindo de justificativa para desigualdade de tratamento masculino em relação ao gênero feminino. Nesta lógica, a base do preconceito social às mulheres é a opinião sobre a diferença dos sexos quanto à sua natureza predeterminada.

Embora seja possível notar um repensar destes conceitos que privilegiam os homens (figura masculina) em detrimento das mulheres (figura feminina), muitos desses ideários de

matriz machista ainda moldam as sociedades e fundamentam os preconceitos e os mais diversos tipos de violência e desigualdades contra as mulheres. Sobre isto, comenta Silva:

A partir da noção que meu semelhante merece mais privilégios porque pertence à classe dos incluídos parece ser uma falácia que se tem mantido até os dias atuais. Os estereótipos, os preconceitos e a discriminação contra as mulheres precisam ser analisados, estudados, pensados, repensados, proibidos, vigiados e punidos sob todas as formas, não obstante a diversidade multicultural em que vivemos até mesmo dentro de um mesmo país, e, acima de tudo, deve ser analisado o sentido irracional de se pensar que um ser humano possa ser humilhado e desprezado por razões de identidade de gênero. *A esse sentimento de desconsideração e desmerecimento do outro ou da concepção de que esse outro, por algum motivo, possa ser alguém de menor valor e possuir menos direitos que eu chamamos de preconceito.* (SILVA, 2010, p. 561, grifos meus).

Contudo, as mudanças de consciência na sociedade, (se é que se pode afirmar diante dos dados alarmantes de crimes contra mulher) expressam uma nova interpretação de realidade ainda em curso, o NC “luta” que aparece em ambos os grupos, parece apontar que os estudantes estão conscientes da realidade desigual.

O antigo e atual sistema preconceituoso que chamamos de machismo, manifesta-se pela divisão sexual de tarefas sob o argumento histórico das “atribuições naturais” de cada sexo, usado para dividir o gênero em polo dominante e polo dominado. É o que vemos de forma marcante nas práticas sociais brasileiras e está inserido principalmente nos ambientes do trabalho e familiares onde são construídas as regras e normas da vida social.

Abric (1994) faz uma correlação das práticas sociais e das representações e cita três fatores determinantes no papel das práticas sociais na constituição das representações, são eles: *os fatores culturais, os fatores ligados às normas e valores e os fatores de ação do sujeito.*

Na ordem do gênero, a desigualdade e a opressão têm levado repetidamente demandas por reformas, graças à luta das mulheres no combate da estrutura patriarcal é que hoje os temas como machismo, desigualdade sociais, preconceito e violência de gênero sendo muito mais discutido hoje em dia alcançando espaços para serem ouvidos, repensados e abolidos.

É justamente por existir fatores culturais machistas tão naturalizados e enraizados que os desdobramentos e as contingências sociais igualitárias em relação ao gênero caracterizam-se como um processo complexo, marcado por avanços e retrocessos. Neste trabalho, notamos que o surgimento do núcleo central de SER MULHER compostos por cognemas como “luta”, “força” e “preconceito” indicam uma urgência de consolidação de novas possibilidades para a vida da mulher em todas as suas esferas sociais é isso que o movimento feminista vem

gradualmente requerendo, buscando mudanças na estrutura social do gênero e consequentemente nas práticas sociais em torno do gênero.

Com base no que diz Abric (1994), se novas práticas sociais persistem ao longo do tempo e passam a ser percebidas como irreversíveis, o núcleo central pode ter sua composição alterada e assim surgir uma representação diferente do objeto. A ideia é de que novas práticas sociais em relação a um objeto podem alterar a relação entre a pessoa e este objeto, que neste caso é o significado de ser mulher. De acordo com Abric, as práticas sociais são de algum modo, a interface entre circunstâncias externas e prescritores internos da representação. Sobre isto, comenta Wolter e Sá:

Por mudança externa deve-se compreender que são alterações extra-individuais e extra-representacionais que impõem mudanças de práticas. Uma nova lei pode, por exemplo, ser concebida como uma mudança externa aos indivíduos, grupos e suas respectivas representações. (WOLTER e SÁ, 2013, p. 92)

Contudo, embora o movimento feminista venha dando importantes passos, Louro (2020) diz que as categorizações e a hierarquização de gênero fundamentadas nas crenças essencialistas sobre as diferenças ditas biológicas, são ainda muito sólidas na sociedade e se mantêm pela sua produção e reprodução nos sistemas e práticas sociais vigentes. Com base nessas crenças, é estabelecido padrões fixos do que é típico feminino e corresponde a mulher (vagina) e do que é típico do masculino e corresponde ao homem (pênis), de tal modo que os comportamentos pareçam ser “inatos” ou “naturais do ser”. “[...] talvez, pronunciar gênero seja sofrimento para os que sustentam haver ordem natural na vida – as mulheres são isso ou aquilo porque é a ordem da natureza; o pênis se acopla na vagina porque assim seria a natureza” (DINIZ, 2016, p. 3).

Por este motivo, vemos ainda diversos tipos de preconceito e discriminação na esfera trabalhista brasileira que segrega e discrimina o que é trabalho de “homem” e o que é trabalho de “mulher”, este último geralmente associado ao cuidado. Segundo Aguiar (2000), essa é a característica primordial do patriarcado, associar a biologia à cultura (sobre isto, observar o expressivo resultado dos gráficos 6 e 7).

Considerando que Scott (1990) define os papéis sociais de gênero como a forma de significação para as relações de poder, e que o patriarcado possui grande influência na formação social dos indivíduos, levantamos uma questão sobre as funções da mulher na família, visto que uma das esferas sociais que mais se evidencia os mecanismos hierarquizantes de gênero é a familiar.

Na questão 12 sobre as funções da mulher na família, notamos um rico arcabouço de respostas em ambos os grupos. Parte delas parece dar indícios de um reconhecimento gradual

das imposições culturais de gênero pelo sexo, todavia a frequência das definições pautadas na suposta determinação biológica na descrição do SER MULHER mostrou-se bastante expressiva. Consideremos:

Questão aberta: Em sua opinião, quais são as funções da mulher na família?

*“Ser mulher é nascer tendo um papel a cumprir, ter filhos, cuidar da casa, ser feminina, cumprir estereótipos e etc. **nossa opressão vem da visão do sexo biológico**, e deve ser considerado e não devemos apagar, porque a partir do nosso sexo biológico que somos oprimidas e mortas por sermos mulheres”.*

(participante n. 61. **Grupo 1**)

“A mulher tem mais inteligência emocional para conciliar situações e exerce o papel mais importante na união familiar”.

(participante n 70. **Grupo 1**)

*“Ajudar em todas as questões familiares de acordo com as suas habilidades, contribuindo com a sua sensibilidade e sua **intuição natural** para o proveito de todos.”*

(participante n 3. **Grupo 1**)

*“A Mulher deve exercer o papel que se sentir a vontade dentro do seio familiar. Estudar, trabalhar, fazer os afazeres domésticos. Se for mãe, dever de proteger, ensinar a respeitar e principalmente combater a desigualdade de gênero, explicando a criança que ser do **sexo oposto não deve implicar numa desigualdade**. Ambos tem os mesmos direitos.”*

(participante n. 89. **Grupo 2**)

“As mulheres querendo ou não são responsáveis pela construção de um lar harmonioso, pois ela possui essa habilidade por natureza, instinto de cuidar”.

(participante 94. **Grupo 2**).

“Cuidadora da família, responsável pelas maiores atividades da manutenção de vida desta, mesmo quando trabalha fora também”. (participante 76. **Grupo 2**).

Conforme as informações coletadas e rigorosamente analisadas, não encontramos divergências significativas entre os grupos quanto a logicidade e definição do cognema “LUTA” que compõe o núcleo central das representações sociais de SER MULHER de ambos os grupos, e nem mesmo no cognema “preconceito”. Portanto, tal como coloca Sá:

Duas representações ou dois estados sucessivos de uma mesma representação devem ser considerados distintos, apenas se seus respectivos núcleos centrais tiverem composições nitidamente diferentes. Caso contrário, ou seja, se as diferenças se apresentam apenas no nível dos seus sistemas periféricos, trata-se de uma mesma representação que se manifesta diferentemente em função de diferentes condições circunstanciais, de ordem grupal ou interindividual” (SÁ, 2002, p. 24).

Assim, em ambos os grupos, vimos que o núcleo central das representações sociais de ser mulher “FORÇA” e “LUTA” (**grupo 1**) e “PRECONCEITO” e “LUTA” (**grupo 2**), parecem estar diretamente associados à consciência de opressão diante da estrutura social machista. Os papéis masculino e feminino atribuídos ao homem e a mulher num dado

contexto é o responsável por englobar as aprovações ou restrições e são apreendidas transmitidas culturalmente. De fato, como nos mostra a história, “o feminismo veio questionar essa leitura hierarquizadora e excludente da política, [...] Lutou e luta para que as mulheres se reconheçam como sujeitos políticos, cidadãs com deveres e direitos a serem reconhecidos e criados”. (RAGO, 2001, p. 65). Lembremos que:

poucas décadas atrás, “mulher pública” evocava a prostituta e não uma figura que participava do mundo da política, e que as prostitutas, no passado, também não haviam ainda criado seus movimentos de luta pela cidadania, como o que surge a partir de 1987, nem sugerido a figura da “trabalhadora do sexo” como alternativa política para sua identidade. (ibidem)

Fatos como estes, fortalecem e legitimam a noção de que o enfrentamento aos tipos de discriminação e desigualdades de gênero é necessário haver muita **força** e **luta** no combate aos mecanismos de **preconceito** contra a mulher. O feminismo veio então, “questionar essa leitura hierarquizadora e excludente da política, informada pelo discurso médico masculino [...] Lutou e luta para que as mulheres se reconheçam como sujeitos políticos, cidadãs com deveres e direitos a serem reconhecidos e criados”. (RAGO, 2001, p. 65)

➤ Elementos periféricos

Grupo 1 temos : “Preconceito”, “Desigualdade”, “Direitos”, “Guerreira”, “Coragem”, “Feminismo”, “Persistência”, “Família”, “Violência”, “Difícil”, “Resistência”, “Opressão”, “Igualdade” e “respeito”.

Grupo 2 temos: “machismo”, “inferioridade”, “direitos”, “trabalho”, “opressão”, “medo”, “difícil”, “empoderamento” e “resiliência”.

Nos dois grupos surgem “medo”, “direitos”, “opressão” e “difícil” como elementos do sistema periférico das representações sociais de SER MULHER.

Elementos como “persistência” que aparece no grupo 1 e “resistência” presente no grupo 2, parecem estar no sentido de subsistência e perseverança.

Os elementos “violência” presente no grupo 1 e “medo” presente nos dois grupos, parecem estar relacionados aos alarmantes números de diversos tipos de violência contra as mulheres sobretudo a sexual e o feminicídio. Uma vez que essa realidade se faz tão presente no cotidiano e exposto nas mídias de massa, a sensação de iminente **violência** afeta a mente e

os modos de vida e um dos efeitos mais cruéis é o **medo**. Os casos de violência sexual se evidenciam o poder patriarcal.

O poder dos maridos sobre as esposas e dos pais sobre as filhas, são um aspecto importante da estrutura de gênero. Essa ainda é uma ideia aceita em grande parte do mundo e se mostra como um fator presente nas análises estatísticas de violência e abuso sexual praticado contra as mulheres. A mulher abusada muitas vezes é julgada como réu onde “o histórico sexual da mulher, sua situação conjugal e seus motivos para prestar a queixa são postos em escrutínio”.

Um grande exemplo atual é o caso da blogueira Mariana Ferrer⁴ que ao fazer uma denúncia de estupro recebeu diversos ataques do advogado do réu, que inclusive em uma audiência colocou como “provas” de defesa/justificativa do seu cliente, fotos “sensuais” de Ferrer. O caso tomou proporções nacionais ao ser vinculado na mídia uma possível condenação do réu por “estupro culposo” (condenação esta posteriormente desmentida por autoridades). Exemplos de violência física e psicológica como estes são continuamente repetidos em nossa sociedade machista, “apesar de tentativas de reformas, prestar queixa ainda pode ser, hoje uma experiência traumática para a mulher”. (ibidem)

O elemento periférico “preconceito” que aparece nas representações do grupo 1 (e que no grupo 2 compõe o NC) parece estar relacionado ao elemento periférico “inferioridade”, presente no grupo 2, ao passo que é o preconceito sociohistórico contra a mulher (que também configura violência) que produz a visão social que condiciona as *mulheres* a uma posição hierarquicamente *inferior*.

⁴ Informações disponíveis em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/10/caso-mari-ferrer.htm> Acesso: 10/01/21

**Comparativo das evocações com o termo indutor
“SER HOMEM na sociedade brasileira”
(resultados da análise prototípica associada à
análise de similitude)**

Representações sociais “SER HOMEM”	GRUPO 1 18 a 29 ANOS	GRUPO 2 30 a 60 anos
PROVÁVEL NÚCLEO CENTRAL	Privilégio Machismo	Machismo
ELEMENTOS PERIFÉRICOS	Liberdade Poder Desigualdade Violência Trabalhador Coragem Injustiça Força Esteriótipo Respeito	Privilégio Poder Violência Egoísmo Superioridade Trabalhador Patriarcado Protetor Pai Imaturo Provedor Liberdade Trabalho

Tabela 2 : Comparativo das evocações com o termo indutor “SER HOMEM na sociedade brasileira”

➤ **Núcleo central:**

No **grupo 1** os elementos “privilégio” e “machismo” são o NC; e no **grupo 2** “machismo” também surge como NC das representações sociais de SER HOMEM.

“Privilégio”

Nas análises das respostas abertas das participantes do grupo 1, **“PRIVILÉGIO”** parece surgir como efeito do machismo, uma espécie de contraposição ao elemento “difícil” que como vimos no comparativo anterior, aparece em ambos os grupos na periferia das RS de ser mulher. Observemos:

“Os homens tem diversos privilégios, não é tão julgado pela sociedade, tem todo o apoio”

(participante n.73. **grupo 1**)

“O Brasil dá muito mais valor ao trabalho masculino enquanto ainda desvaloriza o da mulher”

(partipante n 32. **Grupo 1.**)

“Privilégio, porque nesta sociedade brasileira em que vivemos, os homens nascem com privilégios independente da classe social, orientação sexual e raça. Aplica-se classificações.”

(Participante 154. **Grupo 1**)

“Privilégio. Homem já nasce carregando metade da carga que a mulher”.

(Participante n. 80. **Grupo 1**)

“Machismo” (NC de ambos os grupos)

De acordo com Márcia Tiburi (2018, n.p.), o machismo é “uma forma de miséria espiritual. No sentido de que ele é avarento, violento, invejoso, silenciador.” Para ela, essa violência aniquila tanto mulheres quanto homens e não traz benefícios na vida de absolutamente ninguém. O machismo é a metodologia do patriarcado e funciona sob uma lógica, e a mesma opera sempre no sentido de destruir o feminino.

Considerando que nossa sociedade brasileira é ancorada na estrutura patriarcal de supremacia masculina, de certa maneira, todos nós somos vítimas das mais variadas formas de violência oriundas dessa estrutura. Quando falamos de patriarcado ou machismo, quase que automaticamente ligamos as desigualdades e a opressão que as mulheres sofrem, mas vale deixar claro que ainda que a cultura machista seja prioritariamente prejudicial às mulheres, também é danosa aos homens em diversos aspectos psicossociais, já que “corpos nascidos com vagina são sujeitados a certas opressões, corpos nascidos com pênis são sujeitados a outros tipos de opressão” (SILVA, 2018, p. 33).

A cultura machista incide sobre os significados de ser mulher e também reconhecimento social de **ser homem** pela exigência social de uma masculinidade machista, são cobrados por agir conforme os padrões de masculinidade estabelecidos e concebidos como certo e a sociedade não tolera “erros”.

*“Masculinidade tóxica. Tudo pode mudar em uma sociedade realmente justa, **homens também são vítimas do machismo**, da ignorância e não reconhecem seus privilégios”. (resposta à questão 11, sujeito 151).*

A estrutura social machista é tão marcante no nosso cotidiano, nas nossas práticas, mas muito pouco falada ou discutida nas escolas e mesmo nas universidades. Na ordem do gênero, a nossa cultura moderna por muito tempo não se abria se quer ao diálogo sobre os conceitos cristalizados sobre o gênero, ainda que hoje seja possível notar um repensar às

construções generificadas (conquista feminista), nós somos ainda moldados por discursos hierárquicos de homem sobre a mulher.

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE em 2017 cujo objetivo foi conhecer os hábitos e entendimento dos brasileiros quanto ao preconceito, mostrou que o machismo é o preconceito mais praticado no Brasil.

Frases preconceituosas apontadas como as mais faladas foram:

- Mulher tem que se dar ao respeito – 49%
- Mulher no volante, perigo constante – 28%

Esse tipo preconceito é derivado de uma bagagem histórico-cultural que oferta a prepotência (poder mais elevado) dos homens relativamente às mulheres. A crença social na suposta diferença entre homens e mulheres (pelo corpo/sexo) se constitui como principal causa e fundamento do machismo. Para Bezerra:

A literatura reitera que a desigualdade de gênero é um dos fatores que perpetua as heterogeneidades sociais, fundamentadas na diferença entre os sexos. Essa cristalização que circunda o senso comum subjuga as mulheres e favorecem imposições estigmatizantes prevaletentes nos contextos social, econômico, cultural e político, ganhando visibilidade nas constantes diferenças salariais, atribuições de cargos, funções e papéis (BEZERRA, 2016, p.52).

Moscovici (2003, p. 40) alerta sobre a importância dos aspectos sociais na formação das RS de um objeto e salienta que “as informações que recebemos e tentamos dar um significado, está sob o controle dos fatores sociais e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele”. Desta forma, são as relações sociais no cotidiano que definem as significações.

Segundo Naiff; Monteiro et al (2009, p. 4), “é no universo sociocultural que estão e são continuamente produzidas as representações sociais. Se quisermos compreender por que uma pessoa se comporta de um jeito e não de outro devemos ver as relações sociais embutidas em seu cotidiano”. Neste caso, quais são os estereótipos, crenças e atitudes socialmente aceitas que sustentam a “teoria” dos papéis de gênero.

Segundo Vala (2004, p. 293):

Os estereótipos sociais constituem, nesta perspectiva, formas específicas de organização subjetiva da realidade social, reguladas por mecanismos sociocognitivos, que permitem compreender a sua incidência e resistência nas interações sociais, ao contrário das explicações que as associam a desvios individuais, como a falta de informação e a rigidez do pensamento

As ideias e representações sobre o que é ser homem são oriundas dos discursos, portanto, são as normas de gênero existentes que indicam aos sujeitos sociais e culturais o que

é ser “homem”. Neste caso. “SER HOMEM na sociedade brasileira” representa **machismo e privilégio**. Segundo Louro (2020, p.82):

Definir alguém como homem ou mulher, como sujeito de gênero e de sexualidade significa, pois, necessariamente nomeá-lo segundo as marcas distintivas de uma cultura, com todas as consequências que esse gesto acarreta: a atribuição de direitos ou deveres, privilégios ou desvantagens.

Embora as alterações sociais e comportamentais da cultura do machismo pareçam estar bem distantes de acontecer de forma significativa, é necessário reconhecer a existência de múltiplas dimensões na estrutura das relações de gênero, como Connell e Pearse (2015) retratam, por vezes, parece que uma dimensão de nossa vida opera em uma determinada lógica de gênero, enquanto outras estão em lógica diferente. Na questão de número 13 do questionário (funções do homem na família), observamos que de forma bem expressiva, ambos os grupos consideram que não há funções familiares específicas de homem, ao passo que na questão 12, que fez referência às funções familiares da mulher as respostas que consideraram **não** haver uma função específica familiar para **mulher** foi menos expressiva. Vejamos as respostas da questão 13:

“Hoje em dia não acho que tenha função específica, mas trabalho em conjunto”.
(Participante n 154. **Grupo 1**)

“Também não há mais função específica para homem assim como não há para mulher.”
(participante n 62. **Grupo 2**)

*“Conheço muitos **homens modernos** (respeitam mulheres de igual pra igual, sabem seu lugar, sabem que somos iguais) como conheço homens ainda homens machistas que acham que mulher é inferior e etc.”*
(participante 109. **Grupo 1**).

“Assim como a mulher os papéis estão se modificando e para isso é necessário que todos se mobilizem”
(participante n. 26. **Grupo 2**)

“Dentro de casa a função tanto da mulher quanto do homem são praticamente as mesmas: educar os filhos, dividir as tarefas domésticas, brincar. enfim”
(participante 27. **Grupo 1**).

“Acredito que não exista funções pré-definidas, deve existir um diálogo aberto para que cada um faça uma parte para que a vida se torne leve para ambos”
(participante n. 162. **Grupo 2**)

Esses dados parecem apontar que as mulheres vêm reconhecendo os meios de preconceito e desigualdades, identificando como os mecanismos sociais contribuem para perpetuação do julgamento da mulher como um ser inferior ao homem. Aqui, me pego em uma questão: as respostas que vimos acima e o surgimento dos cognemas “machismo” e

“privilégio” como NC das representações sociais de ser homem seriam efeitos ou indícios de uma possível reformulação do ideal masculino?

Segundo CONNELL e PEARSE (2015, p.156) “Fazemos nosso próprio gênero, mas não somos livres para o fazermos como quisermos. Nossa prática de gênero é poderosamente formatada pela ordem de gênero em que nos encontramos”. Atualmente temos em pauta discussões necessárias sobre como esses reconhecimentos e reivindicações por mudanças refletem numa possível crise da identidade masculina.

Os homens são cobrados por agir conforme os padrões de masculinidade vigentes, a masculinidade fundamentada nos moldes machistas/patriarcais vem cada dia mais questionada e ainda que pareça distante, gradualmente está perdendo força, “exigindo” novos espaços de possibilidades de “ser homem” que não seja pela reafirmação do modelo machista, que é tóxico e danoso também à vida dos homens e as diversas pesquisas sobre a taxa de suicídio e depressão em homens, só comprovam alguns destes danos.

Para Rago, o masculino, embora instituído culturalmente, deveria deixar de ser o único padrão existente para o assim chamado ser humano, “uma vez que os homens não são os únicos habitantes humanos do planeta. Centrar a atenção exclusivamente nas necessidades masculinas, nos seus interesses, desejos, concepções, garante apenas uma compreensão distorcida e parcial das práticas sociais” (RAGO, 2001, p. 64).

A ativista e escritora Antonia Pelegrino (2019) em seu depoimento no documentário “O Silêncio dos Homens”⁵ (PAPO DE HOMEM, 2019) ressalta que não é por acaso que os homens estão procurando novos espaços e refletindo quanto à masculinidade, mas que “houve uma mudança na sociedade e isso gerou dificuldades para os homens, então essas novas masculinidades estão se produzindo e sendo **empurradas pelo movimento das mulheres**” (PAPO DE HOMEM, 2019, grifos meus).

➤ Elementos periféricos

Grupo 1: “liberdade”, “poder”, “desigualdade”, “violência”, “trabalhador”, “coragem”, “injustiça”, “força”, “esteriótipo” e “respeito”.

Grupo 2: “privilégio”, “poder”, “violência”, “egoísmo”, superioridade”, “trabalhador”, “patriarcado”, “protetor”, “pai”, “imaturo”, “provedor”, “liberdade” e trabalho.

⁵. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&v1=pt>

Os elementos periféricos “poder” e “trabalhador” surgem na representação dos 2 grupos pesquisados. Os cognemas “desigualdade” e “injustiça” (grupo 1), parecem estar ligados a noção de “superioridade” (cognema presente no grupo 2). Notemos algumas respostas à questão 11 do questionário:

“Superior, homens basicamente podem ser o que quiser e fazer o que quiser sem julgamentos ou punições, principalmente ser for heterossexual e branco.”

(participante n 180. **grupo 1**)

“Desigualdade. pois com todo o contexto histórico difícil de ser revertido o homem sempre foi o topo de tudo.”

(participante n 7. **grupo 1**).

Tanto no núcleo central das representações sociais quanto nos elementos periféricos de ambos os grupos, não houve manifestação de sentidos significativamente opostos quanto à definição de SER HOMEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Teoria do Núcleo Central das representações sociais, toda representação possui duas faces: figurativa e simbólica, sendo assim, toda atividade representativa possui um sentido, e de igual modo cada sentido possui uma figura. De acordo com Abric (1994) é a coexistência dessas duas lógicas, cognitiva e social é que torna a análise das representações sociais desafiante, pois envolve aspectos intersíquicos e sociais.

Considerando a importância das representações sociais na determinação dos comportamentos, na definição de identidades e na indicação do sistema de valores em relação a um objeto, nesta pesquisa nos esforçamos na tentativa de identificar quais representações sociais circulam em relação ao ser homem e ao ser mulher. Além da identificação das RS possibilitar uma leitura de como as relações de gênero estão penetradas no tecido social, promove também um mapeamento dos estereótipos que reforçam e mantêm a desigualdade de gênero.

Discorremos como os rótulos sociais de “ser homem” e “ser mulher” e a crença essencialista em torno do mesmo são em si, instrumentos de opressão e assim, como diz Louro (2020, p.76), “os corpos são marcados social, simbolicamente e materialmente pelo próprio sujeito e pelos outros”.

Com o conhecimento das representações de ambos os grupos foi possível identificar os seguintes aspectos:

- As representações sociais de **ser homem** e de **ser mulher** em ambos os grupos de universitárias têm como pano de fundo a estrutura patriarcal e machista na qual se sustentam os estereótipos de gênero baseados na dicotomia “homem” x “mulher”. As representações de “SER HOMEM” parecem estar ligadas à figura do homem como detentor do poder social, com diversos privilégios sociais em detrimento da mulher. As representações sociais de “SER MULHER” em ambos os grupos Parecem estar ligadas à consciência da opressão feminina e à emergência de lutas por igualdades.
- Não observamos diferenças de logicidade e de sentidos nas representações sociais de “ser homem” e de “ser mulher” nas estudantes quanto à idade, ou seja, de 18 a 29 anos e de 30 a 60 anos.
- Em relação às duas perguntas abertas sobre as funções da mulher e do homem na família, notamos que em relação às funções do homem, ambos os grupos acreditam não mais haver uma função específica a ser seguida, mostrando assim uma possível mudança na configuração dos papéis sociais do homem incluindo-os nas tarefas e

cuidados domésticos. Ao se tratar das funções da mulher, em ambos os grupos o cenário modificou-se, demonstraram haver funções específicas, especialmente ligadas à maternidade e educação dos filhos e certa “responsabilidade” por manter a coesão familiar. Tal diferenciação pode estar ligada a cobrança social sobre mulher que é sutilizada pela romantização das funções materno/familiares e enraizada nos discursos da existência de “instintos” próprios da mulher.

“HOMEM é homem e MULHER é mulher” quantos significados estão implícitos nessa expressão aparentemente inofensiva? Poder tratar das representações sociais de ser homem e de ser mulher, constitui uma importante contribuição às discussões de gênero pelo seu caráter desconstrucionista frente aos problemas humanos, uma vez que a principal causa da perpetuação do preconceito contra a mulher (e também do ligado ao universo feminino) está na presunção que há uma diferença natural que determinaria quem seria o dominante e quem seria o subordinado.

Estes discursos naturalistas permeiam nossa sociedade e estão cada vez mais presentes nos discursos religiosos e também nos políticos (sobretudo atualmente). De modo que, “Desnaturalizar o mundo é devolver potência de agência, ou dito mais simplesmente, assumir o poder de escolha para nós humanos, como sujeitos da história. Não é do além-mundo que os sentidos e destinos serão criados. É da vida na história”. (DINIZ, 2016, p.3).

Os estudos da ordem do gênero requerem uma atenção especial visto a sua urgência social, os dados resultantes da hierarquização de gênero e da cultura machista são expressões dessa urgência evidenciadas pelos alarmantes e crescentes índices de feminicídio e todo tipo de violência contra mulher como também nos altos índices de suicídio e depressão em homens. A cultura machista, braço do patriarcado que prega a supremacia do homem, em maior e menor grau fragiliza a todos.

Com o aporte teórico das representações sociais é possível abrir caminhos para consciência social de que o que é ser mulher e ser homem não é fruto da “natureza”, mas sim da forma como nós vamos aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado grupo social e contexto histórico. A partir daí, vamos reproduzindo, refutando ou acolhendo determinadas práticas e comportamentos relacionados às expectativas de gênero. Por fim, este trabalho visou explicar os mecanismos que conformam esses papéis, o que é fundamental para compreender as significações que damos ao que é **ser homem** e ao

que é **ser mulher**, e também entender o seu impacto na construção do conjunto das relações sociais de gênero.

Cabe ressaltar a importância de desenvolver estudos isolando variáveis como religião, escolaridade e focando também nas representações sociais de pessoas do sexo masculino. Precisamos tentar entender, de forma cada vez mais complexa e sofisticada, as representações sociais que circulam na sociedade brasileira e que repercutem nos comportamentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J.C. *Pratiques socialis y representaciones*. México: Filosofia y Cultura Contemporânea, 1994 ,
- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. Brasília: *Sociedade e estado*, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922000000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 12/11/2020
- ALVES-MAZOTTI, A. J. *A abordagem estrutural das representações sociais*. Psicologia da educação, São Paulo, v.14-15, p.17-37, 2002.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: 2006. 2ª edição.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, novembro/2002
- AZÂMOR, C; NAIFF, L. Representações sociais da avaliação da aprendizagem em professores do ensino público fundamental de Niterói. *Estudos RBEP*, v 90, n 226, p.650-672, set/dez. 2009.
- BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BEZERRA, J e col. Conceitos, causas e repercussões da violência sexual contra a mulher na ótica de profissionais de saúde. *Violência sexual contra a mulher*, Fortaleza, v.29, n. 1, p. 51-59, jan./mar. 2016.
- BOGEA, A. Um olhar sobre a construção do gênero: categoria analítica e questões sócio-políticas. *Temática*, XIV, n. 3, p. 129-139, Março/2018
- BOGEA, A. Um olhar sobre o gênero: categoria analítica e questões sócio-políticas. In: *VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS*. Seminário. São Luis/Maranhão, UFMA, 2017.
- BUTLER, J. *A filósofa que rejeita classificações*. São Paulo: 2013. Cult, São Paulo, ed. Especial, n. 06, ano 2019, Entrevista cedida a Carla Rodrigues. Tradução: cadu ortolan.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2003.
- CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513- 518. doi:10.9788/TP2013.2-16
- CONNELL, R; PEARSE, R. *Gênero uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015
- COSTA, F. O; ANTONIAZZI, A. S. A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percepções dos pais. Ribeirão Preto: *Paidéia*, p. 67- 75, 1999.

COWLING, C. *Negociando a liberdade: Mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888*. In: LIBBY, D, C; FURTADO, J, F (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006

DINIZ, D. Entrevista: Professora Debora Diniz. Entrevista concedida à Cláudia Turner Duarte e Cristina Telles. *Publicum*, Rio de Janeiro, v 2, n 1, 2016, p. 1-12.

DINIZ, D. *Alcance não tão longo*. - O ESTADO DE S. PAULO, 4 Março 2015. Disponível em:
http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Feminicidio/fem_artigos/alcaceNaoTaoLogo.pdf. Acesso em: 10/02/2021

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

FARR, R. *Representações sociais: a teoria e sua história*. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 31-59.

FLAMENT, C. *Structure, dynamique et transformation des représentations sociales*. In JC. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* México: Filosofia y Cultura Contemporânea. 1994, (p. 37-57).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORTES, A, I. *Mulher e Trabalho: entre a melancolia e o luto*. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, v. 6, n. 2, p.288-304, 1998.

GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*, Petrópolis: Vozes, 1999.

HUMAN DEVELOPMENT PERSPECTIVES TACKLING SOCIAL NORMS. A game changer for gender inequalities, 2020. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/gсни>. Acesso em: 17/01/2021

IBGE-PNDA continua-outras formas de trabalho 2018. Disponível em:
<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas.html>

IBOPE INTELIGÊNCIA. Preconceito principais resultados, 2020. Disponível em
<https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Pesquisa-SKOL-DIALOGOS-1.pdf> . Acesso em: 17/01/2021

JODELET, D. *Representações sociais*. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

JODELET, D. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 02, p. 423-442, outubro/2018

JODELET, D. A fecundidade múltipla da obra “A psicanálise, sua imagem e seu público”. In ALMEIDA, A. M. de O. SANTOS, M. de F. de S. & TRINDADE, Z. A. (Orgs), *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011, p. 305-332.

LOURO, G. L. *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, p.17-24, maio/ago. 2008

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MENEZES, T. D. Identidade e subjetividade: uma reflexão sobre o que é ser mulher. *Revista Letra Capital*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016, p. 70-91.

MOSCOVICI, S. A história e a atualidade das representações sociais. In: *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vózes, 2003, p.167-214.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes [1961], 2012.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978

NAIFF, D. NAIFF, L e col. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro. V.9, n.1, p. 219-232, 1 semestre 2009.

JESUS, J. G de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília: EDA/FBN, 2012. 42p.

NOGUEIRA, R, M. A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero. Teresina: *Jus Navigandi*. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718/a-evolucao-da-sociedade-patriarcal-e-sua-influencia-sobre-a-identidade-feminina-e-a-violencia-de-genero>. Acesso em: 7/07/ 2019.

OLIVEIRA, M. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012

OLIVEIRA, F. O; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. (Org.). *Psicologia social contemporânea*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 104-117.

PAIVA, G, J. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, pp. 77-84, jan./abr. 2007

PAPO DE HOMEM. Documentário *O silêncio dos Homens*. Disponível pelo YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&t=2380s>. Produção: Papo de Homem e Instituto PdH, 2019.

PIOVESAN, F. *Igualdade de gênero na constituição federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil* 8^a ed, São Paulo: Saraiva, 2007

RAGO, M. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. *São Paulo em perspectiva*. vol.15 n.3, São Paulo set/ 2001, p. 58-66

SÁ, C. P de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, M, P. A teoria das representações sociais como referencial didático-metodológico de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais aplicadas. *Emancipação*. Ponta Grossa, v. 13, n. 1 p. 9-21, 2013. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao> . Acesso em: 10/06/19

SANTOS, A, B. E. *Representações femininas em The Canterbury Tales de Geoffrey Chaucer*. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2013.

SAWAIA, B. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SPINKY, M, J, (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCOTT, J, W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: *Educação e Realidade*, v, 15. n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, G, Preconceito e Discriminação: *As Bases da Violência Contra a Mulher*. Rio de Janeiro: *Psicologia ciência e profissão*, v.30, n. 3, p. 556-571, 2010.

SILVA, J, M. *Identidade de gênero: os atos performáticos de gênero segundo Judith Butler*, Recife : independetly published, 2018

SOIHET, R. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 77–87, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SOUZA, D, C. *Relacionamentos abusivos: significados atribuídos por um grupo de jovens acadêmicos da UFAM*. 2018, p. 86. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em:

<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6809>. Acesso em: 25/01/2021

STEARNS, P, N. *História das relações de gênero*. - 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

TIBURI, M. "O machismo é uma forma de miséria espiritual". Entrevista concedida à Tatiana Mendonça. *A tarde*. 01/2018, n.p. Disponível em:

<<https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1931733-marcia-tiburi-o-machismo-e-uma-forma-de-miseria-espiritual>>. Acesso em: 09/01/2021

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J; MONTEIRO; BENEDICTA, M. (Coord.). *Psicologia social*. 6. ed. Edição. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 457-502.

VIANA, I. *Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer*. Dissertação, Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em lazer. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Minas Gerais. 2013

VIANA, N. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.

WOLTER, R; SÁ, C, P. As relações entre representações e práticas: o caminho esquecido. *Revista Internacional de Ciências Sociais y Humanidades, SOCIOTAM*, vol. XXIII, núm. 1-2, 2013, p. 87-105.

APÊNDICE

Pesquisa em Representações Sociais

Caro (a) estudante, gostaria de convidá-lo (a) a participar desta pesquisa que objetiva identificar as representações sociais de gênero. Sua colaboração é muito importante para compreendermos os fenômenos sociais. Não existe resposta certa ou errada, pedimos somente a sua opinião. Desde já, agradeço sua participação.
Ana Paula de Oliveira Souza
psicóloga e mestranda - UFRRJ

1) Qual é a sua idade? *

Texto de resposta curta

2) Qual é o seu gênero? *

- Feminino
- Masculino
- Outro
- Prefiro não declarar

3) Qual é o seu curso de graduação? *

Texto de resposta curta

4) Qual semestre está cursando? *

Texto de resposta curta

5) Em relação à cor da pele, você se considera: *

- Preto
- Pardo
- Branco
- Indígena
- Amarelo

6) Você tem alguma religião? Se sim, *

Texto de resposta longa

7) Em sua concepção, há comportamentos, características ou coisas típicas de homens e mulheres? *

- SIM
- Não

8) Diga de 3 a 5 palavras que lhe vem a mente quando você pensa na expressão "SER MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA" *

9) Das palavras colocadas acima, qual você considera que não pode deixar de ter na definição *
do que é SER MULHER? Por quê?

Texto de resposta longa

10) Diga de 3 a 5 palavras que lhe vem a mente quando você pensa na expressão "SER *
HOMEM NA SOCIEDADE BRASILEIRA"

Texto de resposta longa

11) Das palavras colocadas acima, qual você considera que não pode deixar de ter na *
definição do que é SER HOMEM? Por quê?

Texto de resposta longa

12) Em sua opinião, quais são as funções da mulher na família? *

Texto de resposta longa

13) Em sua opinião, quais são as funções do homem na família? *

Texto de resposta longa
